UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

ANTONIO MARCIO HALISKI

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DAS GÊMEAS DO IGUAÇU: UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL?

PONTA GROSSA
2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

ANTONIO MARCIO HALISKI

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DAS GÊMEAS DO IGUAÇU: UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL?

Dissertação apresentada para a obtenção do título de mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa em Ciências Sociais Aplicadas.

Orientador: Profº Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha.

PONTA GROSSA

2007

CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

Haliski, Antonio Marcio
H183a Arranjo produtivo local das Gêmeas do Iguaçu: uma alternativa para o desenvolvimento territorial? / Antonio Marcio Haliski. – Ponta Grossa, Universidade Estadual de Ponta Grossa –UEPG, 2007.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas – UEPG – Setor de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, 2007)

1. Geografia econômica 2. Economia 3. Geografia 4. Brasil – Condições econômicas I.Título

CDD 330.981

Bibliotecária Responsável: Rita de Cássia Funaro Vieira – CRB-9/1143

ANTONIO MARCIO HALISKI

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DAS GÊMEAS DO IGUAÇU:
UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL?

Dissertação de mestrado apresentado para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais Aplicadas

Ponta Grossa,___de_____de_____

_____

Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha. Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professor da UEPG - PR.

_____

Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001). Professor da UNIOSTE de Francisco Beltrão-PR.

_____

Profª Dr(a) Danuta Estrufika Cantoia Luiz. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Professora da UEPG - PR.

Dedico a minha mãe Daniela, meu pai Antonio (*in memorian*), minhas irmãs Marli e Eliane, meu irmão Marcos, a minha cunhada Marli, minha esposa Valéria e aos meus filhos Guilherme e Adson.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Marcos Aurélio Saquet e à professora Dr(a) Danuta Estrufika Cantoia Luiz pela contribuição com seus conhecimentos e sugestões para melhorias na dissertação.

Ao professor Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, que além das sugestões na orientação desta dissertação, foi um grande incentivador e oportunizou esse momento.

Aos meus colegas de mestrado, pela amizade, apoio, incentivo e momentos de discussões, que serviram para o aprimoramento do trabalho.

Aos que foram meus professores do curso de mestrado e contribuíram para minha dissertação.

Aos meus alunos e colegas do colegiado da Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras que sempre me apoiaram.

Aos meus amigos que mesmo não entendendo o que é ser mestre, me admiram pelo esforço em estudar e tentar melhorar a vida dos outros.

A minha mãe, imãs e irmão que mal conseguem acreditar no tamanho do feito que consegui, mediante as nossas origens.

A minha amada esposa e amados filhos que entendem que os momentos em que estive ausente foram para que eu conseguisse concretizar esse sonho.

“Agora, decorridos mais de cem anos do estabelecimento das primeiras posses e mais de setenta anos da criação dos primeiros núcleos coloniais, relanceando o olhar sobre a extensão do vale, verifica-se que o progresso foi muito lento e, em parte, ilusório”.

(Alvir Riesenberg)

RESUMO

O investimento em Arranjos Produtivos Locais (APLs) é uma alternativa para o desenvolvimento territorial? É isso que se propõe responder. Defende-se que discutir a pertinência do enfoque territorial para explicar o processo de desenvolvimento econômico é uma contribuição significativa para a sociedade. Na dissertação, analisa-se o caso do APL da madeira dos municípios de União da Vitória-PR e Porto União-SC, conhecidas como “As Gêmeas do Iguaçu”. O enfoque central é na cooperação entre os envolvidos. Acredita-se que diagnósticos mal formulados que não aborde o contexto social no qual está inserido o APL abordado, dificulta a formulação dos projetos que tentam dinamizá-los. Este estudo foca a falta de cooperação existente entre os atores que atuam no território, procurando analisar o que isso pode significar para o avanço dessa idéia de desenvolvimento territorial descentralizado.

Palavras-chaves: Desenvolvimento. Território. Arranjos Produtivos Locais.

ABSTRACT

Is the investment in Local Productive Arrangements (APLs) an alternative to the territorial development? This is the issue proposed to be answered. It is used to defend that to argue the relevancy of the territorial approach to explain the process of economic development is a significant contribution to society. It is analyzed in this the thesis the case of the APL of the wood at União da Vitória-PR and Porto União-SC cities, known as “the Iguaçu’s twin”. The central approach is in the cooperation between the involved ones. It is believed that credit that diagnostic badly formulated the social context in which the boarded APL is inserted, makes the formularization difficult and try to remake them. This study emphasizes the lack of existing cooperation between the actors who act in the territory, wondering to analyze what this can mean for the advance of this idea about the decentralized territorial development.

Keywords: Development. Territory. Local Productive arrangements.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Território do APL 46
Mapa 2 – Estrutura geológica do Paraná..... 47
Mapa 3 – Hidrológico..... 66
Foto 1 – Divisa entre estados e municípios 64
Foto 2 – Ponte dos arcos 65
Foto 3 – Laboratório da madeira 95
Gráfico 1 – Origem dos insumos..... 75
Gráfico 2 – Destino das vendas 77
Gráfico 3 – Número de sócios..... 78
Gráfico 4 – Ano de fundação..... 79
Gráfico 5 – Preenchimento do questionário..... 82
Gráfico 6 – Motivos para participar do APL..... 83
Gráfico 7 – Necessidade de participação do Estado 84
Gráfico 8 – O que faz você fazer parte do APL 84
Gráfico 9 – Você sabe o que é os objetivos do SEBRAE?..... 85
Gráfico 10 – O que faria você desistir do APL?..... 86
Gráfico 11 – Em que circunstâncias não responderia o questionário 86
Gráfico 12 – Participa das reuniões do APL 87
Gráfico 13 – Maior qualidade do APL 88
Gráfico 14 - Desvantagem do APL..... 89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Objetivos do SEBRAE 103
Tabela 2 – Eixos 103

LISTA DE SIGLAS

AC - Associação Comercial
ACPU - Associação Comercial de Porto União
ACUV - Associação Comercial de União da Vitória
AFPR - Agência de Fomento do Paraná
AMURC - Associação dos Municípios da Região do Contestado
ANSULPAR - Associação dos Municípios do Sul do Paraná
APL - Arranjo produtivo Local
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
E - Embriões
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEES - Instituições de Ensino Superior
IEL - Instituto Euvaldo Lodi
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IETS - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
NDSR - Núcleo de desenvolvimento Setorial/regional
SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SELP - Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação Geral
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem
SETI - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PPA - Plano Plurianual
VA - Vetores Avançados
VDL - Vetores de Desenvolvimento Local

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

2 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL 18

2.1 O LOCAL NO CONTEXTO REGIONAL/TERRITORIAL..... 18

2.2 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL, CLUSTER E COOPERAÇÃO..... 24

2.3 ORIGEM DO DESENVOLVIMENTO DE APLS 29

2.4 METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE APLS NO BRASIL..... 35

2.5 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO PARANÁ 36

2.6 NO PARANÁ APL E EM SANTA CATARINA EMPREENDER..... 38

2.6.1 Implantação do APL das Gêmeas do Iguaçu..... 41

3 A FORMAÇÃO SÓCIO TERRITORIAL DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL .. 43

3.1 RECORTE TERRITORIAL 43

3.2 FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO..... 50

3.3 CONTESTADO E A ESTRADA DE FERRO 53

3.4 As MARCAS DO PASSADO 60

3.5 As GÊMEAS DO IGUAÇÚ..... 63

4 CARACTERIZAÇÃO DA AGLOMERAÇÃO DAS EMPRESAS E AVALIAÇÃO DO PROJETO DAS GÊMEAS DO IGUAÇU COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL 68

4.1 INSTALAÇÃO DE MADEIREIRAS E SERRARIAS 68

4.2 MATÉRIA-PRIMA E PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS: ORIGEM E DESTINO71

4.3 A COOPERAÇÃO NAS GÊMEAS DO IGUAÇÚ..... 79

4.4 ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.... 95

4.4.1 O caso de Porto União da Vitória..... 96

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 110

6 REFERÊNCIAS 113

ANEXO A - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA MADEIREIRA NO TERRITÓRIO DO APL NO PERÍODO DE 1959 A 1980 ---------- 118

ANEXO B - QUESTIONÁRIO ENTREGUE AS EMPRESAS DO APL ---------- 121

ANEXO C - QUESTIONÁRIO APLICADO AO REPRESENTANTE DO GRUPO GESTOR DO APL ---------- 124

1 INTRODUÇÃO

Estudar sobre desenvolvimento econômico é uma forma de contribuir para o entendimento de como isso ocorre e quais os seus principais entraves. Esse é o motivo de estudar a temática. Quando aluno do ensino fundamental e médio, no Colégio Estadual Bernardina Scheleder, na periferia de União da Vitória, Estado do Paraná, desenvolveu-se um interesse nessa discussão, visando, quiçá, contribuir teoricamente para que projetos de desenvolvimento econômico sejam aplicados a realidades que lhes são próprias e, desse modo, que sejam exeqüíveis.

Ingressei como acadêmico no curso de Geografia da Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória, no ano de 1999. Concluí a graduação em 2002. No ano de 2003, iniciei o curso de especialização em Geografia: Gestão Ambiental e Desenvolvimento Regional, na mesma instituição. Discussões sobre a temática do desenvolvimento econômico e social, entre colegas e professores, serviram para que tivéssemos o embasamento suficiente para desenvolver um projeto de mestrado que propiciasse a continuidade nesse debate.

Assim, no ano de 2005, passando por todas as etapas de seleção que exige um curso de mestrado, fui selecionado. A área de concentração do mestrado: “Estado direito e cidadania” e a linha de pesquisa: “Desenvolvimento urbano e regional”, foram fundamentais para que se optasse por esse curso. Cursaram-se seis disciplinas no programa de mestrado, as quais contribuíram para o desenvolvimento da dissertação. A “Epistemologia e Métodos nas Ciências Sociais” trouxe à tona discussões sobre a ciência e seus métodos de análise. Foi através dela que o método de análise utilizado na dissertação (dialética histórica e geográfica) foi instituído, após horas de discussões e leituras sobre o assunto. Na

disciplina, “Análise de Conjuntura”, aprendeu-se a estruturar um trabalho obedecendo às questões sociais, econômicas e políticas que fazem parte do contexto. Em “Métodos e Técnicas de Pesquisa e Projetos de Dissertação”, além de contribuir para apreendermos a estrutura de um trabalho, foi proporcionado o primeiro debate em que discutiu-se a pertinência dos projetos, isso envolveu todos os professores do programa. Na “Formação e Ocupação do Espaço Urbano e Rural”, discutiu-se a fundo essas questões contribuindo para a delimitação espacial da dissertação. Em “Correntes do Pensamento Econômico e Político”, travou-se discussões sobre as suas raízes e origens, sendo fundamental para o entendimento da estrutura da nossa sociedade. Finalmente, em “História, Cultura e Religiosidade”, desenvolveu-se estudos sobre a temática. De suma importância foi a discussão sobre o conflito do Contestado, assunto de destaque na dissertação.

Com o projeto inicial reformulado, partimos para o estudo do arranjo produtivo local (APL) da madeira de Porto União da Vitória, municípios conhecidos como “As Gêmeas do Iguaçu”. Os dois municípios compreendem uma integração contígua interestadual. Eles têm a mesma origem de ocupação e povoamento, assim um complementa o outro. São unidos por aspectos naturais e sociais, sendo divididos, somente, por questões políticas. Até o acordo de limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná, os dois municípios formavam, apenas, União da Vitória, que estava do lado paranaense.

Na pesquisa, o objetivo geral é analisar o projeto APL desses municípios, como uma alternativa para o desenvolvimento territorial. O enfoque principal deu-se na cooperação. Opta-se por focar a discussão na dificuldade de cooperação que existe entre os empresários e/ou pessoas envolvidas no APL. Eles fazem parte dos diferentes grupos étnicos do território em que estão inseridos. Se cooperar é

fundamental para o êxito de um arranjo produtivo local, mostramos que isso, pelo menos da forma como esta sendo conduzido por representantes do governo paranaense, não será atingido. Acredita-se que uma das explicações está no tipo social que a história e a geografia conformaram nesse território. Se isso não foi diagnosticado, não existem estratégias para superar essa situação.

Entende-se que em qualquer projeto de desenvolvimento, um diagnóstico criterioso da área de estudo, é primordial para que não ocorra “falhas” na sua execução. Afirma-se que isso não foi respeitado na elaboração do projeto APL das Gêmeas do Iguaçu. O território do arranjo não está sendo visto em sua multidimensionalidade (política, econômica e cultural). Valoriza-se única e exclusivamente a dimensão econômica. Entendemos que valorizar o econômico não é suficiente para o desenvolvimento territorial que exige uma abordagem mais ampla.

Devido ao sucesso alcançado por micro e pequenas empresas no cenário mundial, principalmente aquelas inseridas em países desenvolvidos, como por exemplo, Itália, Alemanha, Estados Unidos da América, entre outros, disseminou-se pelo mundo a idéia de investir no desenvolvimento territorial como forma de fortalecer as economias dos países ou mesmo regiões. Parte-se do pressuposto de que identificar territórios que foram formados histórica e geograficamente, que possuam micro, pequenas e até médias empresas e apresentem sinergias entre elas, é uma alternativa para o desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, o desenvolvimento local ganha força e passa a despertar o interesse dos cientistas sociais para compreendê-lo e explicar como ocorre a inter-relação entre as escalas local/regional, nacional e global.

Na dissertação, ganha força a discussão sobre território, mostrando a necessidade de identificá-los a partir da sua formação histórica e geográfica. Isso faz parte do diagnóstico para a elaboração de projetos de desenvolvimento com esse caráter, por isso deve ser criteriosamente estudado.

O trabalho divide-se em três capítulos, estruturados de modo que atendam aos objetivos da dissertação: “Discutir a pertinência do recorte territorial”; “Resgatar a formação sócio-territorial do arranjo produtivo local”; “Caracterizar a aglomeração de empresas”; e avaliar o projeto APL como uma alternativa para o desenvolvimento territorial/regional.

O primeiro capítulo demonstra um esforço de mostrar a pertinência do local no contexto regional/territorial. Aborda-se o que é um arranjo produtivo local e como se dá a sua cooperação. Busca-se as raízes do desenvolvimento de arranjos produtivos no Brasil, bem como a sua metodologia de investimento. Valoriza-se a necessidade de identificar territórios que sejam conformados histórica e geograficamente. Mostra-se como se deu a identificação, caracterização de APLs no estado do Paraná, a sua dinâmica e a implantação nas Gêmeas do Iguaçu.

No segundo capítulo, mostra-se o quanto é importante delimitar geograficamente um território respeitando a sua formação sócio-territorial. Aqui, é necessário entendê-lo em sua multidimensionalidade (econômica, política e cultural). Faz-se uma discriminação da área de estudo da pesquisa, trazendo à tona aspectos importantes da sua formação. É pertinente a comparação feita com a delimitação territorial utilizada pelo IPARDES nas Gêmeas do Iguaçu e aquela que, ao nosso ver, seria a mais indicada para o projeto. Finaliza-se com algumas notas sobre o peso da história na atualidade e como ela pode ser utilizada a favor do sucesso do projeto e não como um empecilho, por isso mostra-se que nesse território a

formação social não está sendo respeitada por esse projeto do governo. A idéia desse capítulo é dizer “olha, vocês não estão prestando atenção nisso”.

No terceiro e último capítulo, mostra-se a instalação do ramo madeireiro nas Gêmeas do Iguaçu, assim como no território do arranjo produtivo local. Para mostrar a dificuldade de cooperação que existe, parte-se para aplicação e análise de questionários aos seus integrantes. O objetivo é mostrar que os problemas enfrentados pelo grupo gestor e pelos próprios empresários e/ou envolvidos no projeto, no que diz respeito à cooperação, é um reflexo do tipo social que foi conformado histórica e geograficamente. Finaliza-se com uma avaliação final do projeto APL e mostra-se algumas alternativas para amenizar ou sanar os entraves existentes que, ao nosso ver, são fruto de uma falta ou falha no diagnóstico do projeto, uma vez que não levam em conta os aspectos multidimensionais desse território.

2 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

2. 1 O LOCAL NO CONTEXTO TERRITORIAL/ REGIONAL

Objetiva-se, neste capítulo, travar uma discussão teórica sobre a definição e caracterização de um arranjo produtivo local, com o intuito de verificar qual a sua importância para o desenvolvimento territorial/regional, ou seja, o que justifica o investimento no desenvolvimento territorial. A justificativa para o título do capítulo "Território e Desenvolvimento Regional" é que o APL –no caso paranaense - virou uma política que visa desenvolver essa relação.

O desenvolvimento local é uma alternativa para o desenvolvimento regional, desde que o enfoque seja territorial, ou seja, define-se o território/região de acordo com as suas características: histórica, geográfica, sociológica, entre outras, e o analisa em todas as suas dimensões. Então, quando se falar em desenvolvimento local, subentender-se-á que o local está inserido em um território específico, podendo ser um estado, região, país entre outros. Deste modo, como afirma Saquet (2003), o território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente, e se efetiva em diferentes escalas, não apenas naquela convencional conhecida como "território nacional" sob a gestão do Estado-Nação.

Para compreender o que é desenvolvimento local, faz-se mister, nos reportarmos à Campanhola & Silva (1997) que o definem como um processo micro-social de construção coletiva, em que prevalecem as necessidades sociais e culturais, mas que devem estar sincronizadas com as oportunidades locais de desenvolvimento, tanto nos aspectos econômicos da inserção no mercado, como nos aspectos dos recursos naturais disponíveis e de sua conservação.

Navarro (2001), por sua vez, nos remete à origem da expressão na atualidade e esclarece que ela é recente e deriva de duas grandes mudanças do período atual: 1) a multiplicação das ONGs que, por atuarem normalmente em ambientes mais restritos (a região ou município), lentamente instituíram seu raio de atuação em tais

ambientes e, em decorrência, criaram uma estratégia de *ação local*, que se tornou ainda mais acentuado por oposição, quando os impactos globalizantes se aceleraram; b) a outra mudança refere-se aos processos de descentralização em curso em vários países (como o Brasil) e continentes (como o Americano). Esta transferência de responsabilidade de Estados, antes tão centralizadores, valorizou o local, no caso brasileiro, o município. É a convergência desses fatores, portanto, que tem introduzido o desenvolvimento local como outra das noções que gradualmente passam a ser orientadoras de diversas iniciativas, governamentais ou não.

O fato de se trabalhar em escala local não significa supervalorizá-la, mas sim utilizar-se de uma opção de análise de desenvolvimento econômico regional dentro de uma perspectiva territorial. Entende-se que o local é um fragmento de um território e, por isso, possui uma dinâmica própria intrinsecamente ligada a ele, mantendo uma relação regional, nacional e global.

Assim, as descrições regionais generalizadoras/homogeneizadoras sedem lugar aos estudos particularizados de territórios específicos conformados historicamente. Enfocar-se-á a importância de análises territoriais a partir de sua heterogeneidade.

Segundo Barros[1] (1999), durante o período colonial as relações econômicas entre as regiões brasileiras eram pouco mais que pontuais, deixando que cada região se constituísse em espaços relativamente isolados e, em parte, autônomos[2]. Sob o jugo da metrópole, por meio de taxações pesadas, Portugal mantinham-nas sob rigorosa tutoria. Assim, os poderes econômicos e político local eram muito reduzidos. O Estado-Nação, criado com a Proclamação da Independência em 1822, e a posterior estruturação federativa republicana da organização estatal absorvem as diferenças dessas várias economias regionais voltadas basicamente para a metrópole; no império ficaram garantidos muitos interesses regionais voltados à economia escrava e à dominação patrimonial; na República permitiu-se, nos últimos anos do século XIX, uma maior autonomia dos estados. Essa descentralização traz conseqüências conflitantes para diversas regiões, pois ela favorece os estados mais

---

[1] Fernando Antonio Ferreira Barros. O seu livro intitula-se “Confrontos e Contrastes Regionais da Ciência e da Tecnologia no Brasil”, sendo inicialmente defendido como dissertação de Mestrado na Universidade Nacional de Brasília.

[2] Cita-se como exemplo a dinâmica das relações entre o nordeste – que foi a região mais rica do Brasil durante os dois primeiros séculos da colônia – e o Sudeste, que só começou a se intensificar a partir do século XVIII, quando fatores econômicos e políticos passaram a determinar o declínio da liderança nordestina.

poderosos e a região sudeste[3]. Estabeleceu-se, assim, um conflito entre interesses e as forças das diversas regiões em busca de uma posição de destaque na estrutura de poder nacional. Esse processo naturalmente manifestou-se na composição de quadros dirigentes do Estado, na formulação e implementação de políticas econômicas, na definição de prioridades e, sobretudo, na distribuição de recursos[4].

A descrição clássica das cinco grandes regiões brasileiras camufla particularidades territoriais. Ao se utilizar, por exemplo, a expressão "região sul do Brasil", paira no ar um tom de homogeneidade cultural e econômica; parece que todos os municípios têm a mesma história e reagem da mesma maneira à conjuntura econômica e a política regional.

Conforme Lins (2000), o Centro-Sul do país tende a participar mais intensamente das dinâmicas implicadas pelo binômio globalização-integração, pois configura a região onde o dinamismo econômico é maior e as condições para a reestruturação produtiva, mais evidentes: Estar no Centro-Sul não significa usufruir os benefícios da globalização e da integração e assim evitar as conseqüências negativas, indica apenas que, comparativamente a outras regiões, tende-se a um maior envolvimento, obtendo-se vantagens ou desvantagens, voluntário ou compulsório, no turbilhão de processos associados.

Barros (1999), ao falar das relações econômicas entre as regiões brasileiras deixa explícito a influência da expansão industrial no processo de acirramento das diferenças socioeconômicas no espaço nacional; para ele, é a partir do pólo econômico dominante, liderado por São Paulo, que se expande a economia industrial brasileira que formará um mercado interno ao qual se associarão as demais regiões. Essa integração econômica das regiões à dinâmica de acumulação que se propaga do centro do capitalismo nacional ocorre de forma bastante desigual no espaço brasileiro. O Estado participa dessa expansão criando não só condições políticas como ainda infra-estruturais. As transformações advindas desse processo de expansão concentradora imprimirá, dessa forma, às macrorregiões brasileiras, características sociais, econômicas e culturais marcadamente diferenciadas[5].

---

[3] Outros fatores importantes são a demanda e os interesses do mercado mundial que afetam grandemente as estruturas internas e as relações do Brasil agro-exportador e dependente.

[4] Segundo Barros (1999), essas relações conflitantes entre os grupos dominantes das oligarquias agrárias regionais mantiveram-se em aparente equilíbrio até o aparecimento e consolidação da indústria como setor mais importante do processo de acumulação capitalista.

[5] A partir de análise do PIB de cada região e de suas disparidades sociais o autor diz que, no plano econômico, observa-se pouca variação entre os dados de 1959 e os de 1994. Ao longo desse

Identificar um território significa admitir as suas particularidades, logo, as decisões políticas dirigidas a ele devem abarcá-lo em todas as suas dimensões. Ora, se isso não ocorrer estar-se-á valorizando apenas uma parcela dele. Isso tornará a análise setorial e não territorial.

Como se conformou esse território? Como ele é hoje? Qual o tipo social que deriva dele? Como está estruturada a sua economia? Quais os hábitos e costumes desse povo? São questionamentos básicos que devem ser respondidos, justamente para que as políticas dirigidas a ele não privilegiem uma minoria de bem afortunados e sim toda a sociedade que o compõem.

Cunha (2007), ao discorrer sobre a importância do desenvolvimento territorial[6], nos mostra como esse tipo de análise vem ganhando espaço e está sendo tratado na atualidade. O objetivo de Cunha é mostrar como as concepções de desenvolvimento regional apoiadas em abordagens setoriais foram questionadas em favor de concepções que passaram a incorporar uma preocupação com o espaço geográfico[7]. O autor prossegue dizendo que as concepções de desenvolvimento regional, marcadas por uma preocupação com fatores endógenos do desenvolvimento, priorizam a busca pela territorialização dos processos de dinamização econômica e social de territórios e regiões: Nesse contexto, novos conceitos ganham importância, como o de cluster, mais conhecido no Brasil pela expressão arranjo produtivo local. Percebe-se que a preocupação do autor está centrada na importância do desenvolvimento territorial para o desenvolvimento socioeconômico regional[8].

A similitude dos conceitos de cluster e APL enfocado por Cunha (2007), é pertinente justamente por ser essa a idéia de desenvolvimento territorial empregada no projeto de desenvolvimento de APLs no Brasil, pelo SEBRAE. Os estudos de clusters (aglomeração de empresas), no Brasil, estão vinculados ao sucesso dos

---

período, os PIBs das regiões sul e sudeste representaram uma média de 80% do PIB total brasileiro. Quanto às condições predominantes nas diferentes realidades regionais, verifica-se uma diferença muito grande entre os dados relativos à região nordeste e as demais regiões.

[6] Artigo (no prelo) Do Desenvolvimento Setorial ao Desenvolvimento Territorial.

[7] Para atingir esse objetivo o autor analisou como a visão setorial vem sendo superada a partir da adoção de alguns conceitos que buscavam integrar os setores econômicos, adequando-se à realidade do capitalismo contemporâneo. Nesse caso, os conceitos mais importantes são os de espaço econômico, complexo, cadeias produtiva e o de rede.

[8] Para Cunha, as concepções renovadas de desenvolvimento que incorporam variáveis espaciais permitem superar alguns entraves observados nas concepções tipicamente setoriais tanto no que se refere às possibilidades de revisão de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regionalmente localizado como para fundamentar análises melhor construídas das características sócio-espaciais de regiões e territórios para os quais estarão voltadas estas políticas.

distritos industriais italianos[9]. Conforme o conceito de distrito industrial marshaliano, percebe-se que ele caracteriza-se pela proximidade geográfica de um grande número de pequenas e médias empresas, especializadas na produção de um mesmo produto ou num determinado segmento da produção industrial.

> Este sistema de organização espacial e industrial difere consideravelmente das lógicas de organização de empresas de grande dimensão. A coordenação entre as pequenas e médias empresas não é assegurada unicamente pelo mercado (na óptica da concorrência entre as empresas), mas também pela cooperação e reciprocidade (CHORINCAS, MARQUES e RIBEIRO, 2001, p.50).

Segundo Galvão (2000, p.9), em sua maioria, ‘clusters' e distritos industriais aparecem espontaneamente e se desenvolvem em função de condições particulares do ambiente, ou de circunstâncias históricas diferenciadas. Todavia, a emergência e a consolidação de firmas e de regiões inovativas dependem, de forma crucial, de um conjunto de iniciativas, tanto das próprias firmas quanto de instituições públicas e semipúblicas (como federações de indústrias, associações comerciais, centros de pesquisa e de difusão tecnológica, etc), voltadas para o desenvolvimento constante de novas vantagens competitivas das firmas e das regiões em que estas operam. Quanto à denominação, ele diz:

> Da experiência bem-sucedida de reestruturação produtiva na Itália emergiu uma nova literatura, que partia do conceito mais restrito de distrito industrial para uma denominação mais geral, a de ‘cluster', capaz de compreender todo tipo de aglomeração de atividades geograficamente concentradas e setorialmente especializadas, não importando o tamanho das unidades produtivas, nem a natureza da atividade econômica desenvolvida, podendo ser da indústria de transformação, do setor de serviços e até da agricultura (GALVÃO, 2000, p.8).

A relevância de se identificar territórios com essas características de cluster ou distritos está no fortalecimento da economia local que eles podem propiciar, uma vez que, dentro dele, tem-se um ambiente socioeconômico que propicia o seu desenvolvimento.

---

[9] Chorincas, Marques e Ribeiro (2001), dizem que distrito industrial é um conceito proposto por Alfredo Marshall, sendo entendido como uma entidade sócio-econômica, constituída por um sistema de empresas pertencentes a um mesmo tecido produtivo e localizada numa área geográfica circunscrita (e cujo motor do desenvolvimento é a coexistência de relações de colaboração e concorrência).

Segundo Chorincas, Marques e Ribeiro (2001), entre os fatores que explicam o sucesso de muitos distritos industriais, destaca-se a interação entre o econômico o social e o institucional. Destaca-se, também, a flexibilidade e a capacidade de inovação das empresas industriais, para além da rápida capacidade de adaptação ao mercado e de satisfação da procura na era do pós-fordismo (através da flexibilidade da força de trabalho e das redes de circulação e comunicação).

> Podemos considerar o "Distrito Industrial" um sistema produtivo onde a divisão e coordenação das diferentes fases de produção não é ditada por mecanismos hierárquicos mas pelo ajustamento das pequenas e médias empresas ao mercado e a um conjunto de "normas sociais" imposta pela "cultura comunitária" (relações de cooperação baseados no sentimento de pertença a uma comunidade; regulação local ou modelo social das relações de produção" (CHORINCAS, MARQUES e RIBEIRO, 2001, p.51).

Destaca-se a idéia de que em um distrito industrial há o predomínio das relações horizontais ocorrendo a aprendizagem coletiva e o desenvolvimento de novos conhecimentos através de uma combinação de concorrência e cooperação[10].

> As empresas presentes num "Distrito Industrial" além da partilha do espaço geográfico, desenvolvem trocas de informação, idéias e conhecimentos técnicos – definição da referida "cultura comunitária' baseada na coopetição. Os principais elementos chave da competitividade do Distrito Industrial[11] são as relações de confiança, solidariedade e cooperação entre as empresas, pré-requisito do próprio ambiente comunitário (CHORINCAS, MARQUES e RIBEIRO, 2001, p.50).

No Brasil, a implantação de distritos industriais marshalianos ou arranjos produtivos locais é uma tentativa de incluir a perspectiva territorial em análises regionais. A criação do arranjo produtivo local da madeira das Gêmeas do Iguaçu, dentro desse mesmo enfoque, é fruto de uma tomada de decisão política. Cabe-se, neste momento, contribuir para que políticas públicas, desse cunho, contribuam para a dinamização econômica e social deste território e não se tornem mais um "bom projeto" no papel e inexeqüível na prática pela falta de um diagnóstico preciso em sua fase inicial.

---

[10] Chorincas, Marques e Ribeiro (2001), nos mostram que essa é a lógica do conceito de coopetição, alavanca da inovação tecnológica (este conceito converge na "atmosfera Industrial de Marshall".).

[11] Para esses autores, o caso italiano constitui um exemplo clássico de distritos industriais. Eles mostram que os casos de maior sucesso nesse país estão na chamada Terceira Itália, nas regiões de Toscana, Lombardia, Emilia-Romagnia, Veneto ou Trentino. Até 2001, os distritos representavam 42,5% do emprego industrial e cerca de 1/3 das exportações.

2.2 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL, CLUSTER E COOPERAÇÃO

Ao se traduzir distrito industrial para arranjo produtivo local, faz-se necessário mostrar qual a conceituação utilizada no Brasil e também discorrer sobre o conceito de cluster, que conforme já foi adiantado, seria uma designação mais genérica para o termo distrito industrial.

De acordo com o SEBRAE (2003), arranjos produtivos locais são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm um vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

O conceito de APL aproxima-se bastante do conceito de cluster. Clusters são configurações produtivas caracterizadas por concentrações geográfico-setoriais de firmas que, sobretudo de pequeno e médio porte, interagem fortemente entre si, interagem com o meio e geralmente ostentam dinamismo inovador e exportador[12]. Na literatura espanhola, tem-se o seguinte:

> Se entiende comúnmente por cluster una concentración sectorial y/o geográfica de empresas en las mismas actividades estrechamente relacionadas, con importantes y cumulativas economias externas, de aglomeración y especialización –de productores, proveedores y mano de obra especializada, de servicios anexos específicos al sector- con la posibilidad de acción conjunta en búsqueda de eficiéncia colectiva (RAMOS,1998, p.4).

Chorincas, Marques e Ribeiro (2001), distinguem quatro tipos de clusters[13], sendo eles:

a) **"*Micro Cluster*" ou "*Cluster*" *Local*** – é um conjunto geograficamente próximo de empresas e instituições, inter-relacionadas por elementos comuns e complementaridades, atuando num campo particular de atividade (no mesmo sector ou eventualmente no mesmo segmento de um sector); essas

[12] Esta definição é dada por Lins (1999).

[13] Segundo os autores, o texto procura explorar o conceito de "*cluster"* e ilustrá-lo com vários exemplos europeus; definir as vantagens e impactos da abordagem de *"clusters"* para as políticas de inovação; e indicar a possível relevância da abordagem de *"clusters"* para a dinâmica de transformação estrutural e inovação em Portugal.

empresas simultaneamente concorrem entre si no mercado dos produtos (ou serviços) e são capazes de cooperar entre si, e, ao fazerem-no aumentam a competitividade do conjunto. O caso dos "distritos indústrias italianos" cabem nesta noção, em que a focalização das empresas num leque reduzido de atividades ou de segmentos de atividades é uma característica chave;

b) **"*Cluster Industrial*"** (utilizando a noção mais abrangente de indústria, comum na literatura anglosaxónica), ou simplesmente *"cluster"- é* um conjunto de empresas inter-relacionadas, de fornecedores especializados, de prestadores de serviços, de empresas pertencentes a indústrias relacionadas e de instituições associadas (desde Universidades, centros de certificação de qualidade e associações comerciais) que desenvolvem a sua atividade em campos diferentes, recorrendo a tecnologias distintas mas complementares, e que pela inovação que umas geram, se concretizam benefícios para as outras, beneficiando todas da melhoria da competitividade das partes;

c) **"*Cluster Regional*"** – é, no essencial, um "*cluste*r industrial" cujas articulações principais funcionam no interior de um dado espaço regional (subnacional), podendo essas articulações repetir-se total ou parcialmente noutras regiões do mesmo País. A este nível são mais pertinentes os efeitos de proximidade geográfica sobre a dinâmica da interação entre atores e ao nível da competitividade e inovação do conjunto;

d) **"*Mega Cluster*"** é um conjunto de atividades distintas, mas cujos bens ou serviços satisfazem a procura de uma mesma grande Área Funcional da Procura Final, recorrendo a competências básicas complementares e podendo explorar vantagens de interligação e articulação em rede, entre si e com outras entidades, nomeadamente as que permitem a acumulação do "capital imaterial" para o conjunto das empresas envolvidas.

Devido à globalização, à internet e ao ciberespaço, é mencionado, também, a possibilidade de origem de um novo tipo de cluster - o ***"Ciber-Cluster"*** – entendido como um conjunto de empresas situadas a grande distância física umas das outras, mas que trabalham em conjunto, realizando operações sucessivas num mesmo processo ou especializando-se em segmentos distintos desse processo, explorando as vantagens das diferenças de fusos horários, por forma a permitir uma laboração de 24 sobre 24 horas no "*cluste*r", graças à utilização das telecomunicações e da

internet. A este nível o fator “proximidade” é dado não em termos geográficos, mas de sequenciação temporal.

Pela classificação, realizada acima, os distritos industriais italianos aproximam-se conceitualmente da definição de *Micro Cluster* ou *Cluster Local*. Mas, afirmar que a designação APL, cluster ou distritos industriais Italianos têm o mesmo significado é “perigoso”, justamente pela indefinição, ainda na atualidade, desses conceitos. No entanto, ressaltam-se as similitudes entre as suas várias definições.

Os olhares direcionados para os clusters estão vinculados à própria conjuntura global

> Nas últimas décadas, diversas alterações nos cenários mundiais provocaram, e continuam provocando, profundas mudanças nos processos de reestruturação produtiva em, praticamente, todos os setores da atividade humana. Tais transformações vêm obrigando os formuladores de política a buscar novas concepções de intervenção pública nos espaços regionais, com vistas ao enfrentamento, em novas bases, dos desafios do desenvolvimento regional (GALVÃO, 2001,p.3).[14]

Para Galvão (2001), os analistas dessas mudanças reconhecem, inicialmente, que está havendo, em várias partes do mundo, uma substituição crescente do antigo modelo fordista de acumulação - baseado na presença dominante de grandes corporações de regime de produção verticalizada - por um outro modelo chamado de acumulação flexível, agora centrado em formas mais descentralizadas de produção e menos dependente da existência de economias de escala, ou seja, daquelas decorrentes da produção de grandes volumes de produção padronizada em uma única planta industrial. Esses novos sistemas produtivos pós-fordistas, entre várias características importantes, estariam criando oportunidades para o crescimento de vasto número de pequenas e médias firmas[15], tanto em regiões industrializadas quanto nas menos desenvolvidas, ligadas ou controladas por grandes corporações, ou operando independentemente, atuando em nichos de mercado e até concorrendo nos mesmos mercados das grandes empresas.

---

[14] A preocupação de Galvão é mostrar a influência que vem exercendo a emergência de novos paradigmas tecnológicos e a globalização na natureza dos processos produtivos e da gestão de mão de obra.

[15] Para Galvão (2001), em todas as partes do mundo o fenômeno da emergência de grande número de pequenas e médias empresas tem sido visto como um aspecto muito positivo dos processos de reestruturação em curso, pela capacidade que tais firmas tem de gerar grande volume de emprego.

Não resta dúvida que a palavra de ordem para o sucesso dos clusters é a cooperação. Seja nos casos dos Estados Unidos, da Índia, da Itália, do Reino Unido ou mesmo do Brasil, sempre é dado enfoque a esse tipo de relação. É através da cooperação que ocorrem trocas de informações sobre como melhorar a produtividade, competitividade, qualidade dos produtos, entre outros. Dito isso, chega-se a conclusão que a cooperação é fundamental para o sucesso de um cluster.

> Uma característica comum, que tem sido verificada em muitos países, é a de que essas pequenas e médias empresas estão se aglomerando em certos locais ou regiões, e passando a desenvolver uma diversidade de relações sociais, baseadas na complementaridade, na interdependência e na cooperação. Essas aglomerações de empresas, chamadas de clusters, ou distritos industriais, têm tido muito sucesso em vários países, principalmente pelo fato de que as firmas localizadas neles estariam se organizando em redes (.networks.) e desenvolvendo sistemas complexos de integração nos quais predominam, entre as firmas, vários esquemas de cooperação, solidariedade e coesão e a valorização do esforço coletivo. O resultado desses processos seria a materialização de uma eficiência coletiva, decorrente das externalidades geradas pela ação conjunta, propiciando uma maior competitividade das empresas, em comparação com firmas que atuam isoladamente no mercado (GALVÃO, 2000, p.7).

A formação do *cluster* e a ação coletiva das micro e pequenas empresas pode gerar vantagens e benefícios que as grandes empresas têm como a obtenção de matéria prima com custo reduzido. Aumentando a sua escala de produção, cria-se um ambiente atrativo para investimentos.

Lins (2000), ao discorrer sobre clusters[16] mostra que, nos dias de hoje, a questão chave refere-se à cooperação. Num modelo, o *clima* predominante é cooperativo, fruto do reconhecimento de que só com a união de forças é possível fazer frente aos desafios do período atual. Quando a cooperação, é intensa e produz resultados importantes, diz-se que o sistema exibe eficiência coletiva, termo que capta a imbricação de economias externas, derivadas da própria concentração espacial de firmas especializadas e traduzidas na presença de mão de obra, tecido institucional, serviços e atividades secundárias (em suma, as condições necessárias ao funcionamento do sistema produtivo local, entre elas a própria atmosfera

[16] Lins (1999), diz que boa parte das iniciativas recentes de políticas de desenvolvimento em diferentes países incorporaram a aludida dimensão territorial e alguns aspectos de caracterização dos diferentes tipos de arranjos sócio-produtivos, designados modelos de desenvolvimento; para enfrentar os desafios e ameaças da globalização, é importante estimular as empresas em situação de cluster (aglomeração).

favorável às atividades de que se trata), e ação conjunta voluntária, protagonizada com vistas a alcançar objetivos em nível de coletividade de fabricantes.

Um arranjo produtivo local ou cluster é uma alternativa para valorizar as potencialidades locais. Se o território tem um histórico na exploração de determinado segmento e possui característica de um cluster, o que falta, muitas vezes, é a organização/cooperação do empresariado. Talvez o questionamento que se faça é: A cooperação é criada pelo poder público ou ela é fruto da organização social de um território? Acreditamos que iremos responder ao longo da pesquisa. Trabalha-se com a hipótese de que o espírito da cooperação está ligado à formação histórica e geográfica dos territórios. Essa cooperação se traduzirá no tipo de relação entre as empresas, ou seja, em maior ou menor escala.

Já para Correia, Nuñes e Cachoeira (2006), a cooperação pode se dar através de alianças estratégicas entre empresas, mediante o intercâmbio de informações, assim, em larga medida, o lucro é a instância motivadora maior de busca de alianças. As alianças permitem que vasta gama de informações passem a circular entre as empresas, ampliando o rol de competência das mesmas[17]. Essa cooperação dá-se no âmbito pré-competitivo entre agentes diversos, ou, no interior de arranjos produtivos locais, com diversas configurações, permitindo-lhes explorar com segurança expectativas tecnológicas e mercadológicas promissoras. A cooperação lhes permite ganhos que, atuando individualmente, não lhes seria possível obter.

Para Lins (2000), na atualidade, favorecer a inovação e o apoio aos vínculos cooperativos torna-se essencial. Confiança e reciprocidade revelam-se requisitos importantes mas, em geral, os ambientes assim caracterizados precisam ser instalados, construídos. Deste modo, surge a necessidade de reunir as forças locais (agências governamentais, sindicatos, associações...) em torno de projetos que reflitam os interesses de diferentes grupos de atores, de modo a assegurar o engajamento multilateral. Trata-se, como se nota, de mobilização de fatores, sobretudo endógenos e de instituição de uma espécie de “força tarefa” regional que inclusive represente melhores condições de diálogo entre a esfera da região e outros níveis institucionais.

Em meio a discussões e questionamentos sobre o que leva à cooperação,

[17] Para esses autores, dos muitos ganhos de eficiência que se possa ter, o que mais se sobressai é a minimização dos custos colados a determinadas funções produtivas.

fica evidente a sua importância para o desenvolvimento de projetos de desenvolvimento territorial, como os arranjos produtivos locais.

2.3 ORIGEM DO DESENVOLVIMENTO DE APLs

O apoio a arranjos produtivos locais no Brasil é baseado no modelo dos distritos industriais italianos[18]. As desigualdades regionais na Itália são notórias,[19] a ponto de merecer destaque o Norte e o Nordeste industrializados e "desenvolvido" e o Sul "subdesenvolvido". Geograficamente entre o Norte e o Sul italiano estão concentradas inúmeras pequenas e médias empresas ligadas aos setores tradicionais, como: vestuários, alimentos, calçados, cerâmicas; e em setores que usam altas tecnologias, como: indústria óptica, veículos automotores, eletrônica, entre outros, que vem ganhando projeção mundial. Uma das principais características dessa área é a aglomeração de empresas, e o hábito de cooperar, construído milenarmente. Devido ao fortalecimento econômico dessas empresas, começou-se a disseminar pelo mundo os seus resultados (começou a ser mais difundida a partir dos anos 80 e 90). A partir de então, discussões sobre *cluster* (aglomerações de empresas) começaram a ser mais difundidas e debatidas como sinônimo de desenvolvimento econômico, a ponto de servir de modelo para outros países, como o Brasil.

Conforme o termo de Referencia Para a Atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais (2003), o SEBRAE Nacional, no ano de 2000, começou a estabelecer relações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e com a Câmara de Comércio da Lombardia/Itália – PROMOS (Milão), com o objetivo de desenvolver uma experiência piloto no Brasil[20]; No ano seguinte – com o objetivo de captar e apreender as principais condicionantes do êxito da experiência italiana - o SEBRAE desenvolveu, em parceria com o IETS, o projeto "Espelhos do Mundo – A Terceira Itália", resultando na elaboração de documentários em vídeo e publicação

[18] No Brasil, o SEBRAE adota a denominação de Arranjos Produtivos Locais.
[19] Ver Antonio Gramsci "A Questão Meridional" em que ele examina os problemas econômicos, políticos e culturais da desigualdade entre o Norte e o Sul da Itália.
[20] A partir de uma seleção nacional, foram escolhidos quatro APLs, sendo eles: o de Nova Friburgo-Rj, Campina Grande –PB, Paragominas –PA e Tobias Barreto – SE.

sobre o tema. Em 2002, foi estabelecido a atuação em APLs como uma de suas prioridades. No mesmo período, foi estabelecida a parceria estratégica com a Redesist[21], para a produção de material técnico e instrucional, formação de equipes e apoio à elaboração de uma proposta de estratégia de ação para o SEBRAE nos APLs. Através da UFSC, foram concedidas 30 bolsas de mestrado voltados ao assunto. O SEBRAE mantém um grupo de trabalho, integrado por colaboradores de diversas áreas do SEBRAE/NA e SEBRAE/UF, cuja missão é consolidar a difusão dos conceitos sobre APLs e contribuir metodologicamente para a implementação da estratégia de atuação com foco em Arranjos Produtivos Locais.

> Operar nos ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, os APLs, é uma das diretrizes estratégicas do Sebrae. A experiência do *Projeto Promos/Sebrae (Programa de Desenvolvimento de Distritos Industriais)* mostra que tomamos a decisão certa. Trata-se de fértil parceria com o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID) e a Agência PROMOS, da Câmara de Comércio, Indústria e Artesanato de Milão (SEBRAE, 2004, p.9).

O apoio às micro e pequenas empresas também está inserido dentro do **Projeto Extensão Industrial Exportadora** do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior[22]. O projeto é um sistema de resolução de problemas tecno-gerenciais e tecnológicos que visam incrementar a competitividade e promover a cultura exportadora empresarial e estrutural em Arranjos Produtivos Locais (APLs) selecionados. É um dos projetos estruturantes do Programa APL e da política industrial do Ministério[23], pois se reconhece a composição do seu núcleo estratégico; promove atendimento às empresas ou grupo de empresas pelos técnicos extencionistas; sensibiliza e garante meios para que novas empresas se engajem na gestão do APL; envolve novas empresas no processo de construção ou atualização do plano de Desenvolvimento do APL; compromete instituições locais de ensino e pesquisa com os demais atores e com a dinâmica do APL.

Como é um projeto em desenvolvimento, o SEBRAE demonstra estar ciente das dificuldades da atuação em APLs no Brasil, mas percebe-se que este órgão do

---

[21] Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais.
[22] Esse Ministério faz parte do Conselho deliberativo do SEBRAE.
[23] Seus principais objetivos são: Incrementar a competitividade das empresas; disseminar a cultura exportadora; ampliar o acesso a produtos e serviços de apoio disponíveis nas instituições de governo e do setor privado; Introduzir melhorias técno-gerenciais e tecnológicas; contribuir para a elevação dos níveis de emprego e renda; promover a capacitação para inovação; promover a inovação e cooperação entre as empresas (APLs) e instituições de apoio.

governo acredita na capacidade das micro e pequenas empresas para melhorias nas condições socioeconômicas desse país.

> Convencidos do acerto de focar a atuação do Sebrae em ações coletivas de base territorial constatamos que tal opção exige domínio de técnicas ainda pouco conhecidas, com ferramentas e metodologias ainda mal exploradas. Para obter eficácia na atuação em APL, será necessário, portanto, formar especialistas e difundir técnicas. Estaremos, assim, oferecendo uma estratégia de desenvolvimento capaz de se disseminar por todo o país[24] (SEBRAE, 2004, p. 9).

Segundo Barbosa (2004, p.12), ao discorrer sobre o ceticismo que imperava com relação as políticas de desenvolvimento econômico, em especial a industrial mostra que o Brasil, ao longo dessas difíceis e penosas três décadas, desmontou a política industrial que tinha construído, e, enquanto dedicava toda sua energia para reformar o Estado, a relegou a um plano inferior. Prevaleceu, se não intelectualmente, mas para efeitos práticos, a tese de que as políticas industriais geravam desperdício de recursos públicos e que, portanto, não procedia mantê-las nem redirecioná-las. Diz ele que, felizmente, esse momento histórico foi ultrapassado. A mudança política trazida pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva recuperou a importância das políticas industriais, agora já sem nenhuma dúvida de que elas são necessárias, senão imprescindíveis, para uma retomada do processo de desenvolvimento.

> O Ministério da Indústria, Desenvolvimento e do Comércio Exterior capitaneou intenso debate entre os diversos ATORES[25] institucionais e empresariais, e terminou por inserir, no Plano Plurianual de Ações do Governo Federal (PPA) para o período 2004-2007, a política industrial como um dos eixos centrais de nossa estratégia de desenvolvimento (BARBOSA, 2004, p.12).

Conforme Barbosa (2004, p.12-13), no interior da política industrial mais ampla, o plano Plurianual de Ações (PPA) incluiu o desenvolvimento de arranjos produtivos locais (APLs) como uma das estratégias de política industrial. Para o Sebrae, que já havia compreendido a relevância da dinâmica dessas formações

---

[24] Segundo o SEBRAE (2004), trabalhar APLs em uma economia como a nossa é uma atitude inteligente. Afinal, centenas de concentrações empresariais dedicadas a um certo tipo de produto – calçado, confecções, móveis, alimentos, máquinas, componentes, serviços – surgiram em todo o país, permitindo o aproveitamento de vantagens comparativas localizadas.

[25] Líder político, empresarial ou comunitário que atua na concepção e na condução de experiências de promoção e de desenvolvimento.

empresariais disseminadas pelo território nacional – sistematicamente com presença ampla, quando não exclusiva, de pequenas empresas –, a definição surgiu como uma oportunidade, e, bem mais que isso, como uma missão essencial[26].

> Considerados os diferentes estágios de desenvolvimento, os APLs estão presentes em todo o território nacional, nas grandes, médias e até mesmo pequenas cidades. Dentro de suas comunidades, envolvem um grande número de pessoas, com proporção significativa da população economicamente ativa. Polarizam outras cidades, gerando uma rede integrada com forte potencial de crescimento. Atacar seus pontos fracos, fomentar seus pontos positivos, perscrutar e explorar as oportunidades mercadológicas que se descortinam para eles significará implantar uma política de desenvolvimento interna, autônoma, baseada na capacidade de iniciativa dos atores locais (BARBOSA, 2004, p.13).

Percebe-se que o investimento em APLs é uma política do Governo Federal, possuindo uma característica de interiorização do desenvolvimento econômico e social. O alvo dessa política são as micros e pequenas empresas que apresentem sinergias e potencial de desenvolvimento econômico - conforme já descrito sobre APLs, *clustres* e distritos industriais.

Ao discorrer sobre o porquê de se investir nesse tipo de desenvolvimento econômico descentralizado, o SEBRAE (2004) enfoca contundentemente a força destas empresas ao resistirem às sucessivas crises econômicas do Estado brasileiro, em especial nos anos 70 e 80, enfrentando, para “sobreviver” no mercado, um crescimento econômico anual de 2%.

> Essas circunstâncias perenemente adversas consolidaram estruturas adaptativas, resistentes. E por que isso é importante? Dentre as inúmeras razões com que se pode justificar a utilidade de sistemas resilientes, está a de que podemos estar seguros de que investimento público em tais estruturas propicia boas condições de oferecer retorno, sem os desperdícios tão comuns em políticas subsidiadas. A política de desenvolvimento dos APLs brasileiros não tentará criar do nada ou do muito pouco. Pelo contrário, trabalhará em ambientes que lutaram com obstinação para garantir sua existência, e muito provavelmente saberão aproveitar ao máximo o apoio que vierem a receber (SEBRAE, 2004, p.26).

[26] Segundo Barbosa (2004), a política industrial, além da escolha de alguns setores (conjunto de empresas que trabalham com um determinado produto) produtivos para os quais destinará prioritariamente recursos públicos de diversos tipos – financeiros, fiscais, humanos – capazes de alavancar ou redirecionar seu crescimento, tem como alvo agora formações ou concentrações de um número suficientemente significativo de empresas num mesmo setor, que lograram sinergias e externalidades, e que estão crescendo, mesmo diante de duas décadas de persistente crise econômica.

Conforme o SEBRAE (2004, p.28), grande parte dos instrumentos necessários à deflagração de um programa de desenvolvimento baseado em APLs está disseminada nas instituições públicas e privadas de suporte ao desenvolvimento. Os Ministérios do Desenvolvimento e da Ciência e Tecnologia, no campo público; o Sebrae, Senai, Senar e o Senac, no campo dos serviços sociais autônomos; além de uma vasta rede de consultorias privadas, acumularam competências geradoras de competitividade. É apontado como o grande desafio a construção de um sistema de distribuição de competências técnicas, com a gestão de um planejamento que otimize o uso dos recursos públicos e evite a sua apropriação ilegítima.

> O principal desafio será, certamente, o da orquestração política e técnica, na administração dos recursos. Projetos em APL tendem a exigir forte consistência em arquitetura política – uma GOVERNANÇA [27]inteligente e eficaz, cada uma desenvolvida à feição da história de sua comunidade e das forças sociais em ação, as quais têm de ser respeitadas e preservadas com cuidado, paciência e perseverança. A atitude de humildade institucional e profissional deve ser cultivada (SEBRAE, 2004, p.29).

O SEBRAE (2004) deixa indicado que uma boa governança e os recursos humanos será mais difícil de ser encontrada do que a disponibilidade de recursos financeiros. Do ponto de vista técnico, deve-se construir uma especificidade adequada à pequena empresa brasileira.

Verifica-se que o estudo do SEBRAE[28] está calcado em PMEs territorializadas, sendo a base para a formação de APLs: o capital humano[29], o capital social[30], a governança[31] e o uso sustentável do capital natural. A sua atuação é em territórios que apresentam efetivo potencial de maior dinamismo econômico e, como forma de inclusão social – via empreendedorismo – também em territórios que

---

[27] Segundo o SEBRAE, é a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas administram seus problemas comuns. É um processo contínuo pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas. Diz respeito não só a instituições e regimes formais autorizados a impor obediência, mas também a acordos informais que atendam os interesses das pessoas e instituições.

[28] Segundo o SEBRAE (2003), a orientação para o mercado é o eixo central da abordagem em APLs. As potencialidades, vocações e oportunidades, as vantagens comparativas e competitivas da cada arranjo é que orientarão a mobilização das redes locais na busca de projeto de desenvolvimento que resulte no aumento, sustentável, da competitividade das empresas.

[29] Conhecimento, habilidades, competência e qualidade de vida da população local.

[30] Níveis de confiança, cooperação, reciprocidade e organização social.

[31] Diferentes modos de liderança, coordenação, intervenção, participação e negociação dos conflitos nos processos decisórios locais.

apresentem baixa densidade empresarial, baixa especialização produtiva e baixo dinamismo econômico e social.

O objetivo a ser atingido com a abordagem de APLs é o de promover a competitividade e a sustentabilidade dos micro e pequenos negócios, estimulando os processos locais de desenvolvimento, tendo em mente que qualquer ação nesse sentido deve permitir: **a conexão com os mercados** (atuais ou potenciais); **sustentabilidade** (capacidade autogenerativa); **promoção de um ambiente de inclusão**; **elevação do capital socia**l; a **democratização do acesso aos bens públicos** (educação, saúde, crédito,etc), **preservação do meio ambiente**; **valorização do patrimônio histórico e cultural**; **protagonismo local** (os atores locais devem ser sempre protagonistas); **integração com outros atores** (instituições que tenham programas ou projetos afins); **mobilização de recursos endógenos** (mobilização de recursos públicos ou privados aportados por agentes do próprio APL) e **atração de recursos exógenos** (captação de recursos públicos ou privados complementares aos aportados pelos atores locais).

Pode-se dizer que é louvável a atitude do SEBRAE nacional em investir em APLs. O termo de Referência Para Atuação do Sistema SEBRAE em arranjos produtivos Locais (2003), mostra-se flexível e adaptável aos territórios selecionados para este fim. Mas cabe-se salientar que os seus objetivos podem estar comprometidos pela falta de um diagnóstico da realidade local em que seja claramente definida a delimitação/abrangência do território (recorte espacial) escolhido para a implantação do projeto e os processos histórico-geográficos que o conformaram.

Após a leitura do Termo de Referência, verifica-se que o grande objetivo é fortalecer os laços de cooperação, de modo que os resultados sejam atingidos a curto, médio e longo prazo; o APL deve ser ou ter uma boa estruturação e coordenação a ponto de manter os empresários no grupo.

Verificar as origens da aglomeração, quem é e como se formou a sociedade que está inserida neste território, ou qualquer coisa que lembre o contexto histórico-geográfico da formação territorial a ser analisada quase inexistem. O “quase” quer dizer que, com muito esforço e concentração, pode-se extrair isso do conceito de território. Num primeiro momento, a idéia que se passa ao ler o Termo de Referência é que deve-se pegar alguma delimitação geográfica – chamada de território – e fazer dar lucro, satisfazendo as necessidades imediatas das empresas e do mercado.

O conceito utilizado pelo SEBRAE define o território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações jurídicas, políticas ou econômicas, instituídas sempre por conformações explícitas ou implícitas de poder. O que “salva” o conceito escolhido é que, após a definição, é dito que a idéia de território não se reduz, porém, a sua dimensão material ou concreta, pois ele é construído historicamente por meio de relações políticas, socioeconômicas e culturais, remetendo a diferentes contextos e escalas. A ênfase dada ao conceito (no documento) está fundamentada na questão econômica.

2.4 METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE APLs NO BRASIL

Com relação a metodologia de atuação em arranjos produtivos locais, verifica-se que o SEBRAE/UF está estruturado em três eixos principais, sendo eles:

a) Eixo 1: Dinâmica de Distrito.
b) Eixo 2: Desenvolvimento Empresarial e Organização da Produção.
c) Eixo 3: Informação e Acesso a Mercados.

A metodologia de desenvolvimento do projeto está fundamentada na Teoria da Complexidade de Edgar Morin.

> [...] não é possível usar as metodologias que pressupunham a questão social como um objeto simples para trabalhar com essa “nova” realidade chamada Arranjo Produtivo Local. Deve-se partir do pressuposto que o APL é um sistema complexo, formado de vários elementos, organizados através de diferentes tipos de relações. Assim, interações, inter-relações, retro alimentações, entropias, informações e comunicações, ocorrem com freqüência cotidiana, envolvendo todos os atores, que superam a individualidade dos seus negócios para atuar e realizar negócios coletivos (SEBRAE, 2004, p.57).

A idéia é que um arranjo produtivo local é um sistema complexo que possui diversas estruturas e funciona de acordo com lógicas próprias.

> Um programa de desenvolvimento de APL é naturalmente complexo e de difícil execução. Conforme visto nos capítulos anteriores, para que o arranjo produtivo seja trabalhado na sua totalidade, devemos interferir nos três eixos da metodologia de forma simultânea ou complementar. Ou seja, trabalhamos simultaneamente o relacionamento entre as empresas e uma

> possível agressão a novos mercados; fortalecemos um canal de distribuição desorganizado enquanto incorporamos novos materiais aos produtos existentes; incentivamos a criação de novos serviços para a classe empresarial, ao mesmo tempo em que buscamos novas tecnologias para melhorar a produtividade (SEBRAE, 2004, p.65).

2.5 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO PARANÁ

Posterior a disseminação da necessidade e importância de investimentos em APLs pelo SEBRAE nacional, desenvolveu-se, no Paraná, o projeto **Identificação, Caracterização, Construção de Tipologia e Apoio na Formulação de Políticas para Arranjos produtivos Locais do Estado do Paraná**[32], com o objetivo de propiciar elementos técnicos e sugestões para a Rede APL Paraná – constituída formalmente em 2004.

O projeto foi desenvolvido pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SELP e pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. O apoio técnico e metodológico ficou a cargo dos professores Wilson Suzigan (IGE/UNICAMP), João Eduardo de Moraes Pinto Furtado (BNDS e POLI/USP) e Renato de Castro Garcia (Poli/USP).

Conforme Besen e Delgado (2005), a rede APL Paraná é integrada pelas seguintes instituições: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SELP), Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e assuntos do Mercosul (SEIM), Agência de Fomento do Paraná S.A. (AFPR), Instituto Paranaense de desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Serviço de Apoio às Micro e pequenas Empresas (Sebrae), o Sistema FIEP, representando o Instituto Euvaldo Lodi e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

No ano de 2006, foi publicado o resultado das primeiras três etapas do projeto[33]. **Primeira etapa**: foi realizada a identificação estatística[34] , mapeamento

---

[32] Os dados e informações deste texto estão totalmente baseados no livro Arranjos Produtivos Locais do Estado do Paraná: Identificação, caracterização e construção de tipologia.

[33] A continuidade do projeto, em fase de execução, prevê a realização das pesquisas de campo e elaboração de estudos de casos dos APLs selecionados, com o objetivo de proceder a uma caracterização estrutural do sistema produtivo local; identificar os principais gargalos tecnológicos,

geográfico e construção de tipologias de APLs no Estado. Essas tipologias classificam as aglomerações em quatro tipos de APLs:

a) Núcleos de desenvolvimento setorial/regional (NDSR) – são aglomerações que se destacam duplamente: pela sua importância para a região e pela sua importância para o setor de atividades econômicas do estado;
b) Vetores de desenvolvimento Local (VDL) – são aglomerações que se apresentam como muito importantes para o desenvolvimento local/regional, e menos importante para o setor no estado;
c) Vetores avançados (VA) – são importantes para o setor, mas o desenvolvimento regional não depende exclusivamente deles.
d) Embriões (E) de APLs – são aglomerações com potencial para o desenvolvimento, mas com pouca expressão para o setor e região.

As 114 aglomerações paranaenses foram classificadas em: 12 NDSR, 25 VDL, 32VA e embriões. A partir desta classificação foi realizada (entre elas) a pré-seleção de possíveis APLs[35] chegando ao seguinte resultado: 8 NDSR, 5 VDL, 7 VDA e 5 embriões.

Na **segunda etapa**, além dos critérios utilizados para a pré-seleção dos 25 APLs potenciais e que teriam de ser observados nas visitas prévias às aglomerações, foram adicionados: número absoluto de empregos gerados pela atividade na microrregião e o potencial inovativo da atividade principal do APL, neste último caso tendo em vista fortalecer aglomerações (embrionárias) com características de maior intensidade tecnológica.

A **terceira etapa** do trabalho compreendeu a realização de visitas prévias a 21 dos 25 potenciais APLs selecionados[36]. O principal objetivo destas visitas foi o de proceder a uma caracterização preliminar de cada APL em termos de sua formação,

---

mercadológicos e de gestão relativos às empresas, identificar os entraves de ordem institucional para a consolidação da governança local.

[34] Foram identificadas 165 aglomerações de empresas em 73 classes de atividades de 33 microrregiões do Estado. Como uma mesma microrregião pode ter mais de uma aglomeração em distintas classes de atividades, pode-se eliminar essas múltiplas contagens e chegar ao número de 114 aglomerações.

[35] A pré-seleção levou em conta a relevância de aglomeração de empresas em termos de: número de classes de atividades afins, densidade fiscal, exportação e vendas para outros estados, compras locais, número de estabelecimentos (principalmente pequenas e médias empresas) e importância das vendas da classe de atividade na própria microrregião.

[36] A justificativa para isso é que móveis de Arapongas, bonés de Apucarana, confecções de Cianorte e madeira e esquadrias de União da Vitória já eram conhecidas, por isso não foram visitadas previamente.

estrutura produtiva e ambiência institucional, com a missão de validar ou não a pré-seleção.

Como resultado final, foram validados 22 potenciais APLs, que serão objeto de estudos e servirão de subsídios à definição das políticas de apoio. Na microrregião de União da Vitória, foram encontrados 3 potenciais Apls, sendo eles: 1 NDSR (madeira e esquadrias de madeira), 1VDL (extração de areia pedra e argila) e 1 embrião (não está especificado no trabalho qual).

Dentre essas 2 ou 3 aglomerações encontradas, será objeto de estudo na dissertação - na microrregião de União da Vitória - a atividade madeireira, merecendo destaque o desdobramento de madeira, a fabricação de madeira laminada, a fabricação de chapas compensadas, a fabricação de esquadrias de madeira e a de casas pré-fabricadas.

2.6 NO PARANÁ APL E EM SANTA CATARINA EMPREENDER

O Brasil conta com o SEBRAE nacional que unifica os demais das federações brasileiras. Lançada uma idéia pelo SEBRAE nacional - por exemplo, investimento em empreendedorismo - quem as desenvolverá é o SEBRAE das federações - o nome que será dado ao trabalho/projeto não importa - o que interessa é que o objetivo seja cumprido. Assim, pode-se ter projetos similares e que contenham nomes diferentes. Isso é pertinente porque no Paraná divulga-se o APL, mas na década de noventa já existia o EMPREENDER em Santa Catarina, com os mesmo objetivos.

O projeto EMPRENDER é calcado em um conjunto de ações com o objetivo de desenvolver e fortalecer as micros e pequenas empresas através do associativismo. O projeto de parceria faz parte de um programa piloto de apoio do ministério de Cooperação Econômica e de Desenvolvimento (BZM) da Alemanha e entidades semelhantes nos países em desenvolvimento.

A partir da década de noventa, ganha força uma iniciativa do governo do estado de Santa Catarina com o nome de Fundação Empreender[37] , visando desenvolver inicialmente as micro e pequenas empresas do norte e nordeste do estado em uma parceria com a Alemanha. A Central do Projeto de Parceria – a equipe do Projeto – foi financiada pelo parceiro alemão até o ano de 1999. Como a idéia é boa, mesmo após o término da parceria alemã, com o intuito de manter a cooperação das associações comerciais (ACIs) e os serviços desenvolvidos, institucionalizou-se o Projeto com a Fundação Empreender[38].

A Fundação Empreender[39] visa fomentar o desenvolvimento de uma rede de informações, cooperação e apoio entre as empresas, suas entidades representativas, entidades de formação e apoio, tendo no poder público um grande parceiro na contribuição do desenvolvimento das empresas e da economia. As principais tarefas são: Apoiar a ACIs e os núcleos participantes; Transferir o fluxo de informações e experiências; organizar a cooperação; buscar com entidades nacionais e internacionais; Divulgar os resultados e as experiências para associações empresariais brasileiras e de toda a América latina. A Fundação não tem sede própria, funciona junto a uma ACI em Joinville.

Dentre as associações comerciais participantes[40] , até 1999, estão Joinville, Brusque, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Campo Alegre, Rio Negrinho, Corupá, Massaranduba, Guaramirim, Mafra, Pomerode, Canoinhas, Schroeder, São Francisco Lages **e Porto União**.

Atualmente, os parceiros do projeto são o SEBRAE do Paraná e Santa Catarina, a FACISC (Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina) e a FACIAP (Federação das Associações Comerciais e Industriais do

---

[37] Uma Fundação das Associações comerciais de Santa Catarina (norte e nordeste) participantes do projeto de parceria com a Câmara de Artes e Ofícios de Munique e Alta Baviera da Alemanha.

[38] Desde fevereiro de 1992 foram iniciados mudanças nas associações comerciais e entre elas: Passos na direção de um desenvolvimento em “Empresas de Prestação de Serviços” para melhor atender as empresas associadas; oferta de novos produtos e instrumento, como, consultoria, treinamento, planos de objetivos e metas das ACIs, meios de comunicação com associados e a sociedade entre outros; inicia-se uma cooperação entre as ACIs envolvidas, em todos o níveis (dirigentes, diretores executivos, consultores, entre outros) para trocar experiências e implantar atividades em conjunto.

[39] A Fundação Empreender é financiada por mensalidade pagas pelas ACIs; receitas (taxas) de serviços específicos para as ACIs (como cursos); Receitas (taxas) de venda de Know how (consultoria, cursos) para associações empresariais e outras entidades em Santa Catarina, Brasil e América Latina.

[40] Os demais participantes, até 1999, são a Câmara de Artes de Ofícios (HWK) de Munique e Alta Baviera, de Munique na Alemanha; a sociedade de Cooperação Técnica (GTZ), de Eschborn, Alemanha; Fundação para Desenvolvimento e Qualificação (SEQUA), Alemanha; e o Ministério de Cooperação e Desenvolvimento, em Bonn, Alemanha.

Paraná). Este projeto é importante porque visa combater as falências de micro e pequenas empresas, identificando os problemas que elas enfrentam, fortalecendo os serviços de capacitação (consultoria e treinamento), permitindo que elas permaneçam no mercado através do conhecimento adquirido.

Visa-se organizar setorialmente, todos os segmentos das micro e pequenas empresas, através da criação de núcleos setoriais específicos[41]; identificar, através dos núcleos setoriais, as reais demandas setoriais por serviços profissionais, nos níveis de formação profissional, informação e gestão; ampliar a competitividade das empresas envolvidas; auxiliar o desenvolvimento das associações empresariais atendendo as suas reivindicações; consolidar o processo de redes de apoio, facilitando o acesso ao crédito, informação e à formação profissional[42].

Os objetivos dos núcleos setoriais são: quebrar o isolamento das empresas; fortalecer a cultura do associativismo; promover o desenvolvimento das empresas, e do seu setor; expandir o quadro de associados. As reuniões são definidas pelos empresários[43] , normalmente ocorrendo na sede da ACI, podendo ser realizada também em uma das empresas envolvidas, ou até mesmo na empresa de um fornecedor[44]. Foi a partir do projeto Empreender que Associações comerciais de Porto União e União da Vitória criaram a Núcleo de Esquadrias da madeira, agora chamado de APL.

Assim como no APL o principal objetivo é que empresários que atuam no mesmo ramo possam se ver não como concorrentes mas como colegas que atuam no mesmo setor, com experiências e problemas semelhantes, sendo parceiros em ações de interesse mútuo.

---

[41] Núcleo setorial é um grupo de trabalho dentro da Associação Comercial e Industrial, ou da associação de micro e pequenas empresas, formado por empresários de um mesmo setor ou que desenvolvam atividades semelhantes, com problemas comuns e que buscam soluções em conjunto.

[42] Santa Catarina conta com o desenvolvimento organizacional de 120 Associações empresariais; Formação e manutenção de 355 Núcleos setoriais, e o envolvimento de 5.500 micro e pequenas empresas. O Paraná conta com 518 núcleos, envolvendo 7.473 empresas.

[43] No mínimo semanal e no máximo mensal, sendo o ideal que ocorra as reuniões quinzenalmente.

[44] As reuniões são conduzidas por consultores da ACI com a participação dos empresários. O consultor/moderador auxilia os empresários para identificar os problemas existentes; identificar suas necessidades; trocar informações e experiências; decidir e realizar atividades de treinamento e consultoria; negociar com o fornecedor; buscar soluções em conjunto.

2.6.1 Implantação do APL das Gêmeas do Iguaçu

União da Vitória e Porto União contam com um núcleo de esquadrias de madeira que é conseqüência do projeto “Empreender” do SEBRAE implantado nos municípios na década de noventa. Através da Associação Comercial de União da Vitória (ACUV) e da Associação Comercial de Porto União (ACPU), foram, no ano de 2005, credenciadas 22 esquadrias de madeira das duas cidades, sendo elas a base do atual APL.

Nas associações comerciais, os empresários e/ou representantes reúnem-se periodicamente para obter informações, treinamentos empresariais, palestras e trocar informações, visando melhorar a gestão das indústrias e obter melhoramentos na qualidade dos produtos.

Objetivando a institucionalização do APL nesses municípios, no dia 1º março de 2005, ocorreu nas dependências da Associação Comercial de União da Vitória e Porto União[45] o lançamento e apresentação da *Clínica Tecnológica*[46]. Esta se realizou no período de 8 a 9 de março do corrente ano. Nesta apresentação (do dia 1º) feita por representantes da RETEC – Rede de Tecnologia do Paraná - foi esclarecido o que significava a clínica tecnológica e a sua função. Também foram trabalhados assuntos ligados às palestras com os temas “Tecnologia aplicada em esquadrias de madeira” e “Mercado interno e seus desafios”, além de outras abordagens como: tratamento preventivo da madeira; secagem da madeira; técnica de madeira encaixada; laboratório de criatividade.

Os temas tratados nas clínicas foram o resultado de reivindicações dos donos de esquadrias, visando maior produtividade e o desenvolvimento de novas técnicas para utilização da madeira em seus devidos fins, ou seja, foi feito um levantamento antes e durante a apresentação da clínica sobre as carências das indústrias para posteriormente saná-las.

Nos dias oito e nove de março, realizou-se as clínicas tecnológicas e as palestras abordando os temas supra citados. Merece destaque à participação do francês Jean Jacque Richaud que desenvolveu os temas ligados ao tratamento

---

[45] As duas associações funcionam no mesmo prédio em Porto União/SC.

[46] O desenvolvimento da Clínica Tecnológica pode ser entendido como um atendimento personalizado à grupos de no máximo quinze pessoas (empresários, representantes etc), propiciando um contato destas com especialistas no assunto (por exemplo, tratamento de madeira) para que as dúvidas pudessem ser sanadas.

preventivo da madeira, na clínica tecnológica, e a palestra “Tecnologia aplicada em Esquadrias de Madeira”. Sua fala abordou a utilização da madeira de forma consciente para amenizar impactos ambientais e também obter melhor aproveitamento da matéria-prima.

Para consolidar o APL de União da Vitória, no dia 10 de março de 2005, às 19:00 horas, na Câmara Municipal de União da Vitória, procedeu-se uma Palestra com Rogério Allegretti, enfocando o tema Estratégias Cooperativas para conquista de Resultados, e ainda depoimentos empresariais de representantes das APLs de Bonés em Apucarana e Roupas infantis em Terra Roxa, o evento contou com prefeitos das duas cidades, empresários e representantes de Universidades.

3 A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL

3.1 RECORTE TERRITORIAL

O recorte territorial escolhido para a análise abarca os municípios de União da Vitória (PR) e Porto União (SC), que estão dentro do território do arranjo produtivo local. As esquadrias de madeira, dos municípios citados, estão entre as vinte e duas aglomerações industriais identificadas e priorizadas pelo IPARDES[47]. Cabe-se, neste capítulo, mostrar como se formou e como é, o que se denomina na pesquisa, de território do APL, cujos municípios fazem parte.

Parte-se da premissa que na região Sul do Brasil existem diferentes territórios com características históricas e geográficas que os singularizam.

> Nessa concepção, destaca-se o pressuposto de que em territórios específicos fazem-se presentes determinadas tramas de elementos físicos e humanos que os caracteriza e lhes fornecem as bases das suas possibilidades de desenvolvimento (CUNHA, 2003, p.4).

Um território[48] é "[...] uma determinada fração do espaço geográfico, na qual se conformou uma estrutura territorial, que se apresenta diferenciada ao ser confrontada com outras estruturas" (CUNHA, p.4).

Quanto ao processo de surgimento, eles podem ser vistos como:

> [...] resultados dos processos histórico-geográficos passíveis de serem identificados e definidos no âmbito de cada estrutura territorial. São esses processos que dão o caráter concreto às frações do espaço geográfico, que se definem como regiões, territórios ou territórios regionais (CUNHA, 2003, p.4).

---

[47] Aparelhos, equipamentos e Instrumentos Médicos, Odontológicos e Hospitalares – RMC; Bonés – Apucarana; Cal e calcário – RMC; Confecções (Moda Bebê) – Terra Roxa; Confecções – Maringá; Confecções Sudoeste; Confecções Cianorte; Equipamentos e Implementos Agrícolas – Cascavel e Toledo; Esquadrias de Madeira de União da Vitória; Instrumentos Médicos Odontológicos – Campo Mourão; Louças e Porcelanas – Campo Largo; Malhas – Imbituva; Mandioca e Fécula – Paranavaí; Metais Sanitários – Loanda; Móveis – Arapongas; Móveis - Sudoeste; Madeira – Rio Negro; Móveis de Metal e Sistemas de Armazenagem e Logística – Ponta Grossa; Software – Maringá; Software – Londrina; Software – Pato Branco e Dois Vizinhos.

[48] O fato de trabalhar-se em escala local não é uma forma de supervalorizá-la, mas de mostrar que as particularidades do território fazem parte de uma escala maior. Visa-se mostrar que as análises regionais não devem ser homogeneizadoras, justamente pela formação de territórios específicos.

Como o objeto da pesquisa é o arranjo produtivo da madeira dos municípios conhecidos como as Gêmeas do Iguaçu, parte-se do princípio que caracterizá-los como um território de análise, desconsiderando a sua inserção dentro de um contexto, é dar um passo rumo à uma análise simplista e sintomática da situação das suas indústrias.

> Como a unidade de análise é o território, essa análise pode considerar todas as dimensões contidas na trama que dá concretude a essas frações do espaço geográfico, como as naturais, econômicas, culturais e políticas (CUNHA, 2003, p.5).

Acredita-se que conhecer as singularidades, ou características territoriais, é de suma importância para a elaboração de projetos de desenvolvimento regional, pois estes devem ser heterogêneos, isto é, voltados às realidades locais/regionais, obedecendo às conjunturas macroeconômicas. Feito isto, saber-se-á quais as incapacidades a corrigir e as deficiências a serem supridas, em especial, naqueles projetos baseados na formação de APLs.

Nestes compartimentos territoriais, as condições físicas e humanas se inter-relacionam, de modo que, o homem adquire uma afinidade com este meio através da sua vivência, adaptando-se a esta realidade. O conhecimento adquirido por esta sociedade local é repassado por gerações.

Fronteiras políticas são criadas pelo homem para facilitar a administração de áreas, mas a formação social não as obedece[49]. Esta é a marca do Sul do Brasil, visto que, conformaram-se territórios específicos não delimitados por fronteiras intermunicipais, estaduais e até mesmo interpaíses – como é o caso do Brasil e Paraguai em Foz do Iguaçu. Reconhecendo-se localidades distintas, inseridas em territórios específicos, aplicar-se-á planejamentos direcionados à realidade que ali se vivencia.

O significado de território é amplo e suscita várias discussões. Portanto, para defini-lo, nos reportarmos a Saquet (2003) que o considera como uma expressão concreta/abstrata do espaço produzido a partir de uma multidimensionalidade de

[49] Segundo Oliveira Viana (1975), o elemento histórico é fundamental na formação psicológica dos povos, pois nós não somos senão uma coleção de almas, que nos vem do infinito do tempo. Portanto, o passado vive em nós, latente, obscuro nas células do nosso subconsciente. Ele é que nos dirige, ainda hoje com a sua influencia invisível, mas inelutável e fatal.

relações sociais (econômicas, políticas, culturais). Para ele, o território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Assim, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas.

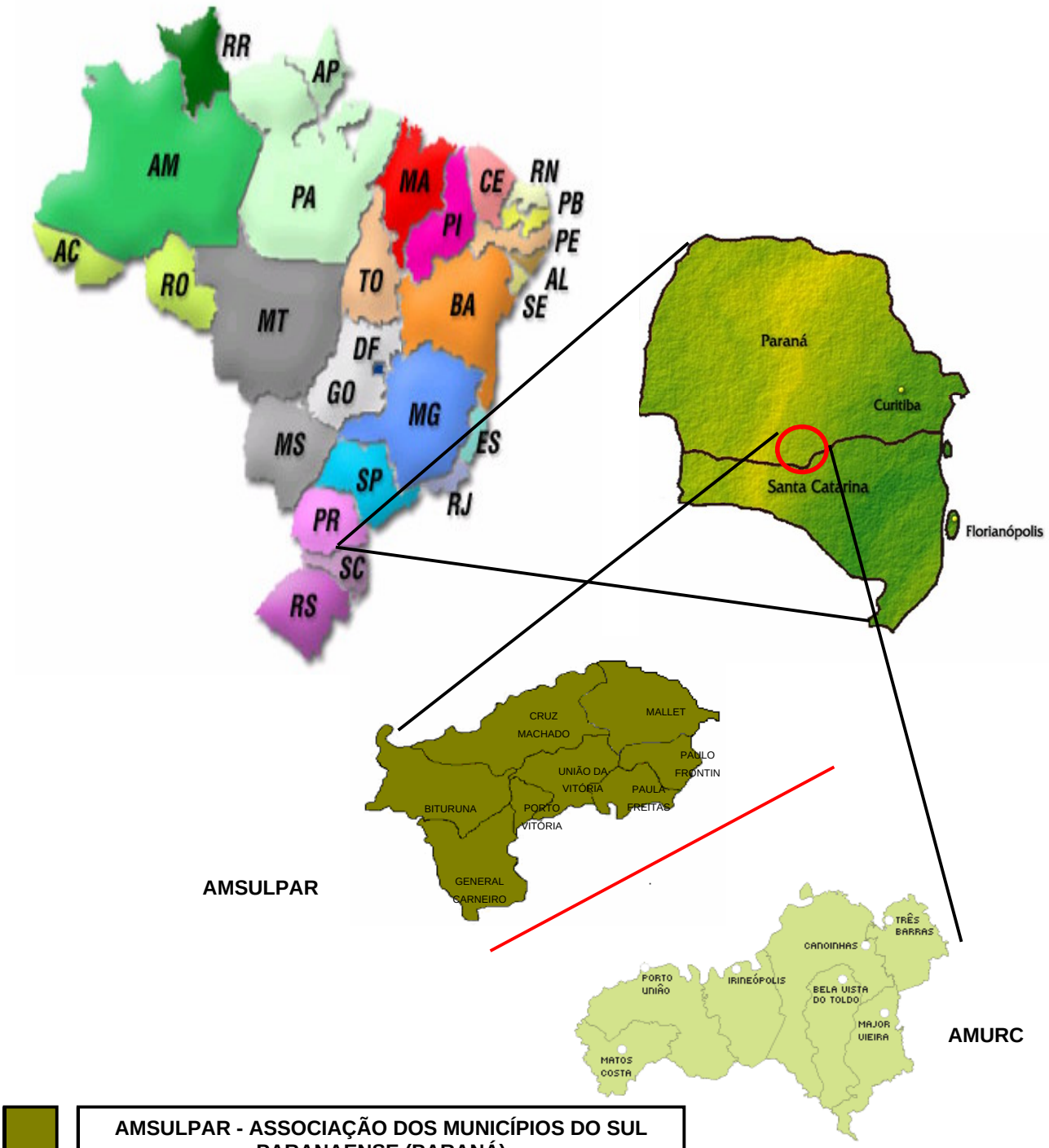
Dito isso, entende-se que quinze municípios que fazem parte das associações dos Municípios do Contestado (AMURC) e a Associação dos Municípios do Sul do Paraná (ANSULPAR) constituem um território, e que este é propício à implantação de APLs voltado ao ramo madeireiro. Oficialmente, hoje, apoiados pelo SEBRAE paranaense no ramo da madeira, estão sete municípios da ANSULPAR e como conseqüência Porto União do lado catarinense. Entendemos que o fato de existir essas associações de municípios facilita a relação política e econômica, entre os mesmos, visto que eles possuem interesses em comum.

Os municípios da AMURC pertencem à microrregião de Canoinhas, sendo esta formada pelos seguintes municípios: **Bela Vista do Toldo**[50], **Canoinhas**, **Irinióplois**, Mafra, **Major Vieira**, Monte Castelo, Papanduva, **Porto União**, Santa Terezinha**, Matos Costa**, Timbó Grande, **Três Barras**.

Os municípios da ANSULPAR são os mesmo que integram à microrregião de União da Vitória, sendo eles: Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paulo Frontim, Paula Freitas, Mallet, Porto Vitória e União da Vitória. A seguir o mapa do território do arranjo produtivo e local da madeira:

[50] Os municípios em negrito pertencem a AMURC.

TERRITÓRIO DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL ANSULPAR/AMURC



AMSULPAR - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUL PARANAENSE (PARANÁ)

AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS A REGIÃO DO CONTESTADO (SANTA CATARINA)

FONTE: Adaptado de: http://www.citybrazil.com.br
Adaptador: Antonio Márcio Haliski

O contingente populacional que ocupou todo este território no seu processo de desenvolvimento socioeconômico tem um histórico similar de apropriação e instalação nesta área. Esses municípios estão inseridos na formação rochosa que segue a estrutura paranaense - estando todos - na transição do segundo para o terceiro planalto. A cobertura florestal remanescente que cobre esta localidade, ainda hoje, movimenta a economia.

A figura abaixo representa a seção esquemática do Estado do Paraná mostrando a estrutura geológica do relevo. P.C.: Planície Costeira; S.M.: Serra do Mar; PAR: Paranaguá; CTB: Curitiba –1º planalto; PGR: Ponta Grossa – 2º planalto; GUA: Guarapuava –3ºplanalto.

Mapa 2: Estrutura geológica do Paraná

Fonte: M,S, Melo (2000); Seção esquemática do Estado do Paraná

As características do relevo são marcantes na paisagem do segundo para o terceiro planalto predominando a Mata de Araucária. Devido ao relevo irregular, a vegetação resistiu a ação predatória do homem – que chegou mais tarde a esta localidade - e ainda hoje se extrai madeira para a comercialização.

No caso específico das Gêmeas do Iguaçu, por terem sido um porto fluvial de embarque e desembarque de pessoas e produtos; ponto de parada de tropeiros – levando suas boiadas e cavalos – no trajeto São Paulo - Rio Grande - e por último ponto de parada – um importante entroncamento ferroviário - do trem “o símbolo da modernidade”, adquiriram moradores de todas as raças e credos.

Nos relatos de Herminio Millis citado por Fagundes e Ribas (2002), nos deparamos com dados sobre a formação do município e composição distrital de Porto União até o período de 1943. Além de Poço Preto, Valões e Caúna pertencia ao território portuniense, que é na atualidade o município de Matos Costa. Dos seus escritos, extrai-se a contribuição de companhias exploradoras dos *sertões brasílicos* que no ano de 1798, por decisão de Botelho Mourão, descem o Rio Iguaçu[51] para conhecê-lo, e conseqüentemente a área por ele banhada; a população que perambulava por esta região resumia-se a índios, bem como portugueses e espanhóis com suas respectivas bandeiras. Nos últimos meses de 1769, novas expedições militares foram feitas no Iguaçu, sendo o comandante das flotilhas o Capitão Antonio da Silveira Peixoto, em cuja rota ele estabelece um Entreposto, com seu desembarque junto à cachoeira do atual município de Porto Vitória.

Percebe-se que o território do arranjo produtivo local é de ocupação tardia, pois no período anterior a 1900, o que se tem são esparsos vilarejos com uma dinâmica econômica interna de subsistência e com o comércio ligado ao tropeirismo. Começa o fortalecimento econômico e o crescimento dos municípios com a navegação a vapor nos rios Iguaçu e Negro (1882), responsável pelo transporte da erva e da madeira que são abundantes na região. Fagundes e Ribas (2002), fazem o seguinte relato:

> O planalto Catarinense e parte do paranaense estende-se apertado entre o Iguaçu e o Uruguai [...]. A sua natureza difere grandemente da do litoral. Longos campos se desdobram, sinuosos, pelas colinas que se sucedem em curvas macias e longas. Os capões de mato denso, semeados de longe em longe, são oásis deste deserto verde. Avultam os pinheiros e as erveiras; aqueles, estendendo ao sol a taça magnífica das suas linhas; estas, cerrando-se em ervais admiráveis e ricos (FAGUNDES e RIBAS, 2002, p.28).

Para Fagundes e Ribas (2002), segregada, isolada, abandonada, por longo tempo, nas suas mais remotas paragens, a zona permaneceu inculta e bravia, agressiva e hostil, conservando quase intacta a sua riqueza nativa. Assim, ao longo dos grandes rios, foi o homem plantando cidades: Rio Negos, Canoinhas e Porto União. A audácia do sertanista deitou fundamentos em Palmas, em pleno sertão. O lageano que trazia no sangue glóbulos dos desbravadores audaciosos de Piratininga

[51] Nos mapas antigos o Rio Iguaçu também era denominado de Rio Grande, Rio Grande de Curitiba, Rio Grande do Registro, Rio do Registro, já os índios Kaingang denominavam Goyó-Govó. A denominação Iguaçu é proveniente por ser esta seguida pelos índios das reduções de Guayrá e figurara nos mapas da antiga Província de Vera ou Guayrá.

plantou Campos Novos e Curitibanos. O mais era sertão grosso; eram os campos sem fim. O homem do planalto remoto permaneceu segregado ali. Não chegavam até ele os influxos da civilização. Nem conforto, nem instrução, nem justiça. Viveu, por isso, segundo as leis da natureza, sem sofrer quaisquer restrições a sua liberdade.

União da Vitória e Porto União contam, na atualidade, com nove grupos étnicos[52]: alemão, espanhol, português, italiano, libanês, polonês, suíço, ucraniano, indígena[53] e, ainda, o grupo representante dos tropeiros[54] - podendo ser considerado a décima etnia. Sabemos que nos atuais municípios que integram a AMURC e ANSULPAR existia um verdadeiro vazio demográfico, fruto das condições de relevo já mencionadas, deste modo, o povo que perambulava por estas bandas anterior a descoberta do vau, resumia-se a índios e mamelucos que desbravavam todo este território.

A maior responsável pela disseminação de povos e culturas por este território foi a estrada de ferro. Conforme Santos (2000), na Região do Contestado, a estrada de ferro São Paulo Rio Grande propiciava o surgimento de diferentes cidades e atraía descendentes de imigrantes que originalmente haviam se localizado no Rio Grande do Sul e europeus que, vitimados pelas agruras da Primeira Guerra Mundial, procuravam novas terras para refazer suas vidas.

Outro grande motivo da vinda de europeus pode ser associado à ideologia do branqueamento populacional. Segundo Skidmore (1976), aceita pela maior parte da elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914, era a teoria peculiar ao Brasil. A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raças “mais adiantadas” e “menos adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. A conclusão otimista dessa análise racial repousava sobre uma afirmação chave: a de que a miscigenação não produzia inevitavelmente ‘degenerados”, mas uma população mestiça capaz de tornar-se mais branca, tanto cultural quanto fisicamente.

---

[52] Essa diversidade étnica é reconhecida pela própria sociedade local. Exemplo disso é o resultado do questionamento feito pelos organizadores do 1º Encontro das Etnias[52], ao publico visitante do evento que leva o mesmo nome – Você acha que o evento se identifica com a cidade (União da Vitória)? -. Dos cento e quarenta e nove entrevistados (149), cento e quarenta e oito (148), ou seja, 99,33% consideraram que sim e um (1), correspondente a 0,67 %, disse que não. Dos entrevistados 50,34% são de União da Vitória, 38,26% de Porto União, 2,01 de Bituruna, 1,34 de Malet, 1,34 de São Paulo, os 6,27% restantes distribuem-se entre os municípios de Bela Vista do toldo, Canoinhas, Cruz Machado, Curitiba, Major Vieira, Irati, Londrina e Porto Vitória.

[53] Predominava na região até 1770 representantes das tribos Botocudos e Caigangues.

[54] Esses, de acordo com a classificação de Darcy Ribeiro, seriam os brasileiros.

As raízes da ocupação européia no Sul do Brasil remontam aos séculos XVIII, XIX e XX, sendo o último século o período da intensificação do povoamento nos municípios do norte catarinense e sudeste paranaense.

> Além dos açorianos, índios, negros e mestiços, estes, oriundos de trocas genéticas, deve-se "destacar o ingresso maciço de imigrantes centro-europeus promovido depois da independência", que serviu para povoar as áreas "desabitadas entre as fronteiras sulinas e os principais núcleos do país[55]" (RIBEIRO, 2006, p.373).

Diversas empresas colonizadoras foram organizadas, com o objetivo de explorar os recursos florestais disponíveis – madeira e erva mate – e, simultaneamente, comercializarem lotes destinados à fixação de colonos. Com o transcorrer das décadas, modos de vida diferenciados sobre a superfície brasileira despontam, evidenciando as especificidades locais.

3.2 FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Definido o recorte espacial, cabe-se, agora, discorrer sobre a formação do tecido social. A formação social é imprescindível para nossa análise. Busca-se, pelo viés cultural, indícios sobre o tipo de relação social que é a base desse povo. A relevância da formação social e cultural está calcada nos níveis de confiança e cooperação que ali se desenvolveram.

Dentro dos limites do território nacional, existem diferenças históricas e geográficas, conseqüências das migrações, processos de ocupação e da aplicação de técnicas de exploração dos recursos naturais. Da interação do meio natural e o social, surge um ambiente com características que lhe são próprias.

De acordo com o antropólogo Ribeiro (2006, p.18), a sociedade e a cultura brasileira são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória européia ocidental, diferenciada por coloridos herdados dos índios

[55] Para Ribeiro, eles ativaram economicamente aquelas áreas, contribuindo para viabilizar e modernizar a economia sulina e capacitá-la para melhor forma de intercambio com o restante do país.

mericanos e dos negros africanos[56]. Contudo, esta unidade étnica básica não significa, porém, nenhuma uniformidade, mesmo porque atuaram sobre ela três forças diversificadoras:

a) A **ecológica**, fazendo surgir paisagens humanas distintas onde as condições de meio ambiente obrigaram a adaptações regionais.
b) A **econômica**, criando formas diferenciadas de produção, que conduziram a especializações funcionais e aos correspondentes gêneros de vida.
c) E por último, a **imigração**, que introduziu nesse magma novos contingentes humanos, principalmente europeus, árabes e japoneses[57].

Assim, Ribeiro (2006) e Viana (1973) afirmam que o Brasil não apresenta uniformidade na constituição do seu povo, pois os que fazem este tipo de análise levam em conta apenas uma idéia vaga, incompleta ou falsa[58]. Levam em conta a unidade da raça, entre outros, e não querem levar em conta a diversidade de habitats, as variações regionais no caldeamento dos elementos étnicos e, principalmente, a inegável diferença das pressões históricas e sociais sobre a massa nacional, quando exercidas ao norte, ao centro e ao sul[59].

Segundo Viana (1973), a nobreza territorial na região sul é formada por duas camadas de latifundiários: a de origem fidalga e a plebéia.O trato com os engenhos por exigirem uma atenção contínua e por exigências de natureza econômica faz os grandes senhores rurais optarem pelo campo retornando a rusticidade.Esse retraimento significa que a vida social dos colonizadores do Brasil se está

---

[56] Para Ribeiro, o Brasil emerge, assim, como um renovo mutante, remarcado por características próprias, mas atado genesiamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitadas de ser e de crescer só aqui se realizaram plenamente.

[57] Ribeiro diz que esses imigrantes encontraram, aqui, os brasileiros já formados, sendo capaz de absorvê-los e abrasileirá-los.

[58] Viana (1973), diz que o gaúcho seria um produto histórico de três fatores principais: o habitat, o regime pastoril e as guerras platinas. Estes três fatores agindo em colaboração modelam esse tipo social, específico que é o pastor riograndense, cuja psicologia é particularíssima, especialmente em seu aspecto político.
Quanto ao matuto, seu centro de formação principal são as regiões montanhosas do estado do Rio de Janeiro; o grande maciço continental de Minas e os platôs agrícolas de São Paulo. Para Viana, este tipo resulta das reações mesológicas exercidas pelo habitat florestoso do centro-sul, pela preponderância do regime agrícola e por certos fatores políticos administrativos, que não chegam a atuar com eficácia sobre o grupo riograndense e sobre o grupo setentrional.

[59] Para Viana, mesmo que fossem homogêneos os *habitats* e idêntica por todo o país a composição étnica do povo, ainda assim, a diferenciação era inevitável porque – levando somente em conta os fatores sociais e históricos – é já possível distinguir, da maneira mais nítida, pelo menos três histórias diferentes: a do norte, a do centro-sul, a do extremo sul, que geram por seu turno três tipos específicos: a dos sertões, a das matas, a dos pampas, com seus tipos específicos: o sertanejo, o matuto, o gaúcho.

organizando, diferenciado e adquirindo uma fisionomia própria[60]. Esse sistema impele, pouco a pouco, a nossa aristocracia social para o isolamento nos engenhos, para a vida rústica e tranqüila das fazendas e dos campos de criação.

Ribeiro (2006, p.369), diz que a dispersão dos antigos paulistas atingiu e ocupou também a região sulina de prévia dominação espanhola e a incorporou ao Brasil. Prossegue o autor dizendo que, ao contrário das outras áreas conformadas pelos paulistas, como a de mineração, a de economia natural caipira e a da expansão da cafeicultura, que apesar de suas diferenciações econômico-sociais, apresentam uma base cultural comum, na região sulina surgiram modos de vida tão diferenciados e divergentes que não se pode incluí-los naquela configuração e nem mesmo tratá-los como uma área cultural homogênea[61].

A heterogeneidade está implícita na formação social sulina. “Os modos de existência e de participação na vida nacional nos seus três componentes principais, não só divergem largamente entre si como também com respeito às outras áreas do país.”(RIBEIRO, 2006, p.369). Ribeiro está referindo-se aos lavradores matutos de origem principalmente açoriana, que ocupam a faixa litorânea do Paraná para o sul; os representantes atuais dos antigos gaúchos da zona dos campos da fronteira rio-platense e dos bolsões pastoris de Santa Catarina e do Paraná e a formação gringo-brasileira dos descendentes de imigrantes europeus, que formam uma ilha na zona central, avançando sobre as duas áreas[62].

A AMURC e a ANSULPAR estão incrustadas na região do Contestado, uma área com um histórico de lutas e conflitos pela posse de terras, marcadas por uma ocupação tardia.

> A própria formação do latifúndio no Sul do Paraná e Norte de Santa Catarina tem suas origens no Segundo Reinado, fortalecendo-se com a lei de terras de 1850 e sedimentando-se com o inicio do Período Republicano. A região foi ocupada a partir do século XIX (TONON, 2002, p.20).

Lago (2000), ao discorrer sobre a ocupação dos espaços catarinenses, nos aponta o caminho seguido para esta prática no território sulino. Entre os séculos XVI e XVIII duas orientações gerais, em sentido longitudinal, caracterizaram o

[60] É esse irremediável antagonismo entre a vida urbana e a vida rural que acaba por dar à vitória a tendência centrífuga, própria ao meio americano.
[61] Ribeiro fala em Brasis sulinos: gaúchos, matutos e gringos.
[62] Para Ribeiro, a coexistência e a interação desses três complexos operam ativamente no sentido de homogeneízá-los, difundindo traços e costumes de um ao outro.

movimento de contingentes humanos para a ocupação de espaços geográficos. Uma elegeu a faixa litorânea, buscando solos agrícolas de baixadas, próximos a lugares de atração de veleiros, mais tarde também freqüentados por vários navios vapores luso-brasileiros e de outras nacionalidades que buscavam o Rio da Prata, a conexão com os altiplanos andinos e portos do Pacifico, principalmente antes da abertura do canal do Panamá, em 1914. A outra orientação se localizou em áreas do planalto, com maior dependência de meios animais de transporte, valorizando áreas de cobertura vegetal campestre com objetivos pecuaristas.

No caso específico da região do Contestado, Fagundes e Ribas (2002), relata que recursos parcos possuíam estas populações, excetuados naturalmente os centros pastoris e as cidades que monopolizavam o comércio do sertão. Os produtos da caça, da pequena agricultura, a erva cortada, eram trazidos para estes centros, trocando-os por gêneros de imediata necessidade; pano, pólvora, chumbo e sal. Prossegue o autor

> Verifica-se, desta maneira, a existência de destinos diversos, nestas populações sertanistas: as das zonas pastoris conheciam a abastância; as do sertão bruto, a miséria. Na exuberância da selva quase virgem vegetava uma população pobre e conformada. A riqueza desta terra e a miséria desta gente disputavam dois estados: Paraná e Santa Catarina. Ao caboclo inculto e ignorante, na sua pobreza e abandono, importava-lhe pouco a jurisdição que pertencesse a sua ignorância (FAGUNDES E RIBAS, 2002, p.29).

Conforme Tonon (2002), anterior ao século XIX, o território era ocupado por indígenas e alguns poucos habitantes, oriundos do Norte ou Sul e que se fixaram ao longo do caminho das tropas. Este território foi cortado pelo caminho do Viamão que, no século XVIII, representou um importante estímulo para a economia sulina. O transporte de tropas bovinas e muares do Sul para Sorocaba, com o intuito de atender às regiões auríferas, estimulou de forma gradativa a ocupação e povoamento da região.

Os primeiros roteiros de Entradas[63] e Bandeiras[64], que ligaram o litoral ao interior do sul do Brasil, foram fundamentais para a formação desta região. Caminhos foram traçados. Em torno destes caminhos formaram-se os primeiros

---

[63] Expedição organizada, no período colonial brasileiro, pelas autoridades para explorar o interior em busca de metais preciosos e índios.

[64] Expedição armada, de caráter privado, que, partindo de São Paulo, desbravava os sertões em busca de ouro e índios para escravizar.

territórios. A história dos caminhos e estradas inicia-se antes do “descobrimento”, devido às trilhas que os nativos traçaram[65].

Os caminhos indígenas passaram a ser utilizados tornando-se rotas a serem seguidas pelos tropeiros transportando, principalmente, carne e couro para São Paulo. Os deslocamentos suscitam de pontos de paradas. Nestes pontos surgem pequenos vilarejos que os abastecerão durantes a sua estadia; intensifica-se as relações comerciais de compra e venda de produtos e ou animais.

Segundo Tonon (2002) o tropeirismo dependia da demanda de carnes e disponibilidades de tropas no Sul. Inicialmente, os tropeiros dispunham do gado nativo introduzido no sul por intermédio dos pregadores jesuítas como atividade de subsistência para os indígenas. Com o aumento da demanda de carne e industrialização do charque, o gado vacum passou a rarear, havendo a necessidade de criatórios. Surgem, então, os estanceiros.

> Os estanceiros, os imigrantes e outros lavradores, conforme ocupavam o território, expulsavam os habitantes nativos – os indígenas. [...] E a frente pastoril estende-se até os municípios de Irani e Palmas, limite dos Estados de Santa Catarina e Paraná. Nessa região de pecuária extensiva, formaram-se grandes fazendas constituídas de famílias que deram origem a grandes coronéis[66] (TONON, 2002, p.21).

O índio, o tropeiro, o sertanejo e o coronel estão na base da formação social do povo do Contestado. É um povo miscigenado instalado em uma localidade cujo tipo de relação entre eles baseava-se na dependência econômica e no compadrio, sendo o batismo uma forma de buscar proteção junto às pessoas de maior influência local/regional.

3.3 O CONTESTADO E A ESTRADA DE FERRO

De acordo com Santos (2000), as primeiras décadas do século XX marcaram profundamente o futuro imediato de Santa Catarina. Os desdobramentos do projeto

---

[65] Ver Albuquerque 1978.
[66] O coronel era um grande fazendeiro, possuidor de terras em vários distritos.

da modernidade[67] que avassalava o mundo, estavam chegando através de uma estrada de ferro. A questão dos limites entre o Brasil e a Argentina, na chamada área de Palmas (ou Missões), estava resolvida e uma Comissão Mista definia, entre 1900 e 1904, a demarcação da fronteira. Foi nesse cenário de busca pelo "progresso" e de disputa entre os dois países que foi projetada, ainda no Império, a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande[68], objetivando garantir o rápido deslocamento de tropas em caso de um conflito e paralelamente assegurar o domínio de imenso território no interior da região sul. O Estado-Nação unitário e hegemônico tomava a sua conformação, definindo seus limites, construindo estradas de ferro e linhas telegráficas, e criando os seus símbolos.

A falta de demarcação de fronteiras gera a disputa por terras entre o estado do Paraná e Santa Catarina, que resultou na chamada guerra do "Contestado" [69].

Esse fato marca as cidades de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), visto que, anterior ao acordo de limites elas eram uma só, denominada de Porto União da Vitória (pertencente ao Paraná). Ficou estabelecido que o limite entre as duas cidades na área urbana seria a linha férrea. A mesma compreendida como progresso também foi conflito[70].

Santos (2000) nos mostra que toda a área compreendida entre os rios Iguaçu e Uruguai, até a fronteira com a Argentina, foi considerada como passível de apropriação privada. A constituição de 1891 havia outorgado aos estados a administração das terras chamadas devolutas. A idéia de que a região era um grande vazio demográfico prevalecia, despertando a cobiça entre os que podiam tomar decisões e facilitando a distribuição de títulos de propriedade para alguns poucos privilegiados. Na falta de recursos financeiros para construir a estrada de

---

[67] Segundo Santos, o trem a vapor simbolizava o moderno. As ferrovias haviam possibilitado novas formas de articulação de bens e capital, em nível mundial.

[68] Na semana anterior a sua destituição, o Imperador Pedro II concedeu ao engenheiro João Teixeira Soares privilégios para a construção de uma estrada de ferro que partia de Itararé, na província de São Paulo, e chegava até Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul. Teixeira Soares criou inicialmente a *Compagni Chemins* de *Fer Sul Quest Brésiliens*, que a seguir transferiu parte da concessão original para a Brazil Railway Company, empresa sediada em *Portland* (EUA). Esta empresa já controlava vários trechos ferroviários no Brasil e na América do Sul, investindo também na extração de madeiras, indústria de papel, frigoríficos e negócios de colonização, formando um grande conglomerado, administrado pelo mega investidor Percival Farquhar.

[69] Em 1853, deu-se a emancipação política do Paraná. Separou-se de São Paulo para formar a província paranaense, ao definir as suas linhas divisórias, entrou em litígio com a Província de Santa Catarina, disputando o território que hoje é o oeste catarinense.O conflito durou de 1912 a 1916.

[70] De acordo com Paraná, até 1916, os interesses geopolíticos do Paraná concentravam-se no contestado, mas uma outra região começa a se destacar: o norte pioneiro, iniciando a produção do café em larga escala.

ferro, o governo republicano concedeu vantagens para investidores nacionais e estrangeiros. Aos poucos proprietários, aos posseiros e aos indígenas, habitantes tradicionais da região, nada se assegurou.

Além da disputa entre os estados pela demarcação de fronteiras existia a luta de caboclos fazendeiros e a empresa responsável pela construção da estrada de ferro pela posse de propriedades. Do lado dos caboclos – adeptos de um catolicismo rústico, diferente do catolicismo tradicional da igreja católica - estava atrelada a figura dos monges[71] que por esta localidade transitaram. Forte no imaginário das pessoas - ainda hoje - a crença na vinda do messias fortalecia o movimento social que passava a ter cada vez mais adeptos, vindos das mais remotas localidades.

Este povo é a base desta sociedade nos dias atuais. São eles os operários de firmas, erveiros, madeireiros, sitiantes, fazendeiros, lavradores, comerciantes, entre outros. Acrescenta-se a essa miscelânea de povos – constituídos por portugueses, negros e índios – as levas de imigrantes europeus que reforçaram esse contingente, principalmente depois de 1920.

A disputa pela posse de terras entre Paraná e Santa Catarina acabou ocasionando o conflito do Contestado[72]. Quando se emancipou de São Paulo, o território da província do Paraná estendia-se de São Paulo até o Rio grande do Sul. Só uma faixa litorânea, de São Francisco do Sul até Laguna não estava incluída no mapa paranaense, pois constituía a província de Santa Catarina.

Conforme Santos (2000), a população que ocupava a região que estamos focalizando, era formada por uns poucos fazendeiros e seus agregados, pequenos sitiantes, alguns fugitivos da justiça e negros escapulidos do cativeiro. Além desses, grupos de índios Kaigang, Xokleng e Guarani tentaram manter seus espaços de ocupação tradicional. A mestiçagem estava presente há muito tempo nesse cenário rústico. O caboclo emerge neste contexto. A passagem de tropeiros com suas cargas e manadas de gado e de militares e civis envolvidos em guerras, permitia um pequeno escambo e a troca de informações sobre o que acontecia em locais

[71] O primeiro foi João Maria D'agostinho, o segundo era Anastás Marcaf, que se intitulava João Maria de Jesus e o terceiro foi Miguel Lucena que intitulava-se José Maria.

[72] Segundo Fagundes e Ribas (2002), no primeiro dia do mês de janeiro de 1910, nasce em União da Vitória a Junta Governativa do "Estado das Missões", estado esse que deveria compor todo o território em litígio. O Estado das Missões seria constituído da zona denominada de "O Contestado" em toda a sua extensão. A tentativa de criação deste estado fracassou. Representantes de Palmas, Rio Negro, Clevelândia e União da Vitória eram seus idealizadores.

distantes, como São Paulo, Curitiba, ou Porto Alegre. A região também era percorrida por andarilhos, beatos, e monges[73].

Ao abordar o conflito do Contestado, Ribeiro (2006), diz que a rebeldia virtual de massas marginais brasileiras, tanto as do Sul como as demais áreas, só encontram em seu patrimônio cultural, formas arcaicas de expressão, revestidas quase sempre de uma feição messiânica. O motivo do conflito do Contestado, na região fronteiriça entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, deu-se em virtude de uma suspensão eventual da legitimidade das autoridades reguladoras da apropriação das terras devolutas. Ao estabelecer-se a disputa entre os dois estados pelo domínio da área contestada, esta ficou juridicamente em suspenso, ensejando movimentos populares de ocupação das terras de ninguém pela população matuta e de alargamento de suas posses pelos fazendeiros. Dada a fome de terra das massas rurais circunvizinhas, a região povoou-se rapidamente através da abertura de inúmeras clareiras na mata, onde famílias de posseiros procuravam conquistar um nicho e organizar uma economia independente de granjeiros. A violenta reação dos dois estados em disputa diante dessa invasão e, depois, a intervenção armada do governo federal lançou aquelas populações na ilegalidade, criando condições para o desencadeamento do conflito.

Para chegar a esta configuração, Santos (2000), nos mostra que ao fim do conflito do Contestado houve muitos sacrifícios de parte a parte. Acredita-se que em torno de 20.000 pessoas nela estiveram envolvidas. Ao liquidar os últimos focos de resistência cabocla, o governo havia enviado para a região 13 expedições militares. Pela primeira vez no Brasil utilizara-se avião como veículo bélico. Lutara-se quatro anos. Milhares de pessoas entre caboclos, militares e civis, foram mortas. A guerra *sertaneja* terminou em 1915, quando nos bastidores da República desenhava-se um acordo entre os governos do Paraná e Santa Catarina para pôr fim a questão de limites. Aos poucos sobreviventes, que escaparam do arbítrio e da repressão, não sobrou outra alternativa senão a fuga para o mais distante do sertão, apostando na invisibilidade para garantir a vida.

> No começo de 1915, com a tomada dos últimos redutos e a apresentação voluntária às autoridades de centenas de rebeldes, todos maltrapilhos,

[73] O mais conhecido deles foi João Maria D'Agostinho, um italiano que chegou ao Brasil em 1844. São João Maria, como ficou conhecido, percorreu várias vezes a região Sul, pregando e receitando remédios no intuito de aliviar os males da população.

> asfaimados e exaustos, estava terminada a medonha luta armada do Contestado, na qual, segundo documentos escritos, que dela há, tomaram parte cerca de oito mil soldados, componentes das forças regulares do Exército e das milícias paranaenses e catarinenses (FAGUNDES E RIBAS, 2002, p.37).

Vivenciada a questão de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, admite-se a relevância desse fenômeno social para a formação e ocupação do território do APL. Mestiços conformados historicamente da cruza dos índios, negros e portugueses, passam a dividir o mesmo espaço geográfico com imigrantes europeus dispersos pela área do Contestado, e dessa maneira, até seus hábitos e costumes e, sem dúvida, a economia sofre alterações.

De acordo com Paraná (2004, p.11), o estado paranaense ingressa no século XX dando destaque à estrada de ferro[74], sendo uma das principais a estrada São Paulo - Rio Grande, ligando Itararé (SP) a União da Vitória (PR), estando em franca atividade. A *Brazil Railway Company*, que adquiriu a concessão, está, neste período, construindo a continuação de União da Vitória a Marcelino Ramos (RS). Ao longo da ferrovia, dezenas de serrarias se encarregam do beneficiamento da madeira, cuja indústria está em ascensão[75]. Por volta de 1912, o sucesso que as estradas de ferro estavam proporcionando a São Paulo e no resto do Brasil, levou o governo Federal e os Estados a sonharem com a multiplicação das ferrovias por todo o território nacional, e não dispondo de verbas para construí-las, apelaram para as concessões de ramais a particulares.

Conforme Santos (2000), a nova dimensão da velocidade permitia a incorporação de enormes áreas de terras ao processo produtivo, promovendo a reorientação da produção econômica, a exploração de recursos naturais e a relocalização de investimentos[76]. A expansão da malha ferroviária para os mais distantes pontos da superfície terrestre era uma realidade que interessava a diferentes governos e grupos econômicos.

---

[74] A estrada de ferro do Paraná (Paranaguá – Ponta Grossa) está em plena atividade (1908), possuindo três ramais: o que liga Lapa a Rio Negro, transportando a produção da colônia Lucena (Itaiópolis) ; o de Curitiba a Rio Branco, que visava inicialmente interligar a capital com Jaguariaíva e o Norte pioneiro; o terceiro liga Morretes e Antonina, para beneficiar este último porto.

[75] Nesse tempo, o Paraná já havia perdido no supremo Tribunal Federal, em dois julgamentos, a questão do contestado para santa Catarina. Mesmo estando em recursos, para o Paraná a divisa meridional com o estado do Rio Grande do Sul é definida pelo Rio Uruguai.

[76] Cerca de 30.000:$000 (trinta mil contos de réis), equivalentes ao cambio da época a três milhões de libras esterlinas, foram gastos para a construção dos 1.403 Km de estrada.

Até a interligação ferroviária, rodoviária e mais recentemente aérea, os povoamentos desenvolveram-se distanciados geograficamente dentro da região Sul. Segundo Paraná (2004), é na década de 1876 que começa a tomar vulto a idéia de interligar as regiões paranaenses[77] por estradas de ferro, gerando diversos estudos e traçados[78]. A riqueza principal do Paraná, desse tempo, era o mate, com expressivo aumento da produção, havendo grande aceitação da erva-mate paranaense na América do Sul[79]. A partir de 1891, a zona colonizada, notadamente, por ucranianos e poloneses, estende-se na margem direita do rio Iguaçu (colônia de Palmira, Água Branca, São Mateus e Rio Claro), seguindo a política de povoar as margens do rio. As colônias indicadas na margem esquerda do Rio Negro (campos da estiva) marcam os planos paranaenses de colonizar essas terras localizadas no contestado. Nessa época, a conexão de transportes do sistema fluvial do Iguaçu com o sistema ferroviário ocorria em porto Amazonas[80]. Circundando a região de Curitiba, as colônias de imigrantes prosperavam, garantindo gêneros de primeira necessidade[81].

Para Tonon (2002), a presença de novas forças econômicas e sociais, compostas pelo capital estrangeiro, na construção da ferrovia e extração da madeira e os imigrantes nos projetos de colonização, alteram de forma significativa o panorama social da região. Os sertanejos da área contestada, isolados do restante do país, inseridos na estrutura coronelista, praticando uma agricultura de subsistência e de extrativismo, defrontam-se com uma nova ordem capitalista, representada, sobretudo, pelas consistentes e modernas empresas do Sindicato Farquhar, que invadem de forma abrupta o espaço e tempo do sertanejo. O reordenamento econômico promovido pelo avanço do capital estrangeiro, marginaliza milhares de sertanejos. São novas as relações de trabalho que adentram o sertão, são elementos de culturas distintas, trazendo novos costumes.

---

[77] O território paranaense fazia divisa com o Rio Grande do Sul.

[78] Para Paraná (2004,p.5), a preocupação também do império, sobretudo após a Guerra do Paraguai (1864-1869), era ligar o Mato Grosso ao litoral paranaense.

[79] De acordo com Paraná (2004,p.5), é nessa década que o estado passou a receber grande contingente de imigrantes europeus.

[80] A erva mate, a madeira e produtos de subsistência eram as mercadorias que mais circulavam nessa navegação fluvial.

[81] Após a reincorporação da área do território do Iguaçu, o Paraná apresenta as marcas da colonização: a tradicional (portuguesa), partindo do litoral com sede em Curitiba; a nortista (mineiros e paulistas), na região de Londrina e a sulista (catarinense e gaúchas) nas regiões oeste e sudoeste.

3.4 MARCAS DO PASSADO

> [...] o passado vive em nós, latente, obscuro nas células do nosso subconsciente. Ele é que nos dirige ainda hoje com a sua influência invisível, mas inelutável e fatal (OLIVEIRA VIANA).

Como conseqüência do passado de ocupação e povoamento, vão-se territorializando formas de uso e ocupação do solo que passa a marcar as características socioeconômicas e culturais da região sulina. Destaca-se, no Sul, o individualismo das pessoas, fruto do sistema capitalista e da distribuição e uso da terra.

As possíveis razões para o individualismo da sociedade sulina, como aponta Viana (1973), pode estar no tipo de organização territorial ocorrida. O modo urbano europeu que veio para o Brasil colônia tendia a levar os moradores de uma cidade a uma proximidade geográfica, assim, facilitando os relacionamentos. Mas, na grande propriedade (aqui no Brasil), as relações sociais restringem-se a uma hierarquia: latifundiário, serviçal e escravo. Quando isso ocorreu, houve um retraimento nas relações sociais pelo distanciamento geográfico entre as pessoas. Os hábitos urbanos dos europeus[82], no início da colonização, modificaram-se, pois logo estes tiveram que se adaptar ao modo de vida rural.

Restrito a sua propriedade, não se pode esperar outra forma de relações sociais se não aquela que prevalece a autoridade do patrão - tomando as decisões cabíveis para melhor conduzir o seu empreendimento – e a submissão dos serviçais (geralmente mestiços livres ou apadrinhados) e também dos escravos - estes não tinham escolhas, só acatavam ordens.

Lins (2000), aborda que uma grande restrição, presente em diferentes contextos produtivos territoriais no estado de Santa Catarina (portanto União da Vitória e Porto União), diz respeito exatamente ao caráter “ativo” da eficiência coletiva: o referente à cooperação, à ação conjunta e deliberada em escala de produtores. Dificuldades em relação a isso foram detectadas em diferentes estudos, tendo-se reconhecido que se trata de obstáculo considerável ao aumento do

[82] Nos primeiros tempos prevalece a tendência européia, de concentração urbana.

desempenho e da competitividade e ao próprio desenvolvimento local-regional. Logo, é necessário superar essa característica predominantemente individualista e impregnada de desconfiança e rivalidade entre os agentes.

No território do APL, as características individualistas fruto da sua formação territorial conformaram um povo cujos atos de cooperação se dão mais comumente no núcleo familiar. Fora disso e esporadicamente entre pessoas da mesma classe social que apresente parentesco e ou a mesma formação étnica, e raramente entre etnias e classes diferentes.

Nesse contexto as Gêmeas do Iguaçu emergem como conseqüência do seu passado.

> A história das 'Gêmeas do Iguaçu' está ligada às características culturais dos seus primeiros povoadores, aliada a fatores ambientais próprios do espaço físico onde elas estão inseridas. A historicidade desse espaço e do seu povo entrelaça-se na constituição de relações sociais e de poder que irão configurar-se no desenvolvimento econômico e cultural da sociedade local (GASPARI, 2005, p.92).

Como fazer cooperar sertanejos expulsos de suas terras com os fazendeiros que lutam pelo poder a qualquer custo e ainda imigrantes das mais variadas etnias? As questões econômicas e políticas presentes na história desses grupos sugerem o distanciamento entre eles, prevalecendo relações que não ultrapassam essas questões. Seria utopia imaginar uma relação diferente, por exemplo, eu te ajudo e você me ajuda, isto sim, eu te ajudo enquanto você estiver sendo útil.

O mais próximo do que poderia proliferar o espírito de cooperação nos municípios vem através da educação das moças na década de 40 no Colégio Santos Anjos[83]. Não podemos afirmar que essa pedagogia do coração não funcionou nesse território, mas dizemos que ela foi insuficiente, mediante as características de ocupação e povoamento já mencionadas. Isso se verifica após a leitura do livro de Gaspari (2005) que aborda o assunto.

> O colégio funcionava também em regime de semi-internato e internato, recebendo moças de toda região, filhas de fazendeiros que procuravam

[83] Conforme Gaspari (2005), as meninas e moças das Gêmeas do Iguaçu, com maiores recursos financeiros, estudavam no colégio Santos Anjos, criado em 1917 pela congregação das Servas do Espírito Santo, única escola feminina das cidades. Em 1929, foi criado o Curso Secundário Escola Normal. Era um dos melhores colégios, vinham pessoas de vários lugares para estudar, como Palmas, Ponta Grossa, Curitiba,etc.

> proporcionar às filhas uma educação condizente com a sua posição social e, assim, prepara-las para um bom casamento (GASPARI, 2005, p.103).

Gaspari (2005), ao ler e posteriormente relatar o conteúdo das atas das reuniões do colégio, mostra que a educação das meninas e moças, no colégio, estava voltada também para o que as educadoras chamavam de **educação do coração**, sendo as professoras as formadoras do coração. Das atas e documentos estudados por Gaspari transcreve-se alguns trechos para refletir sobre o que pensava e fazia em relação à educação das meninas e jovens. Nos interessa o seguinte:

> É incontestável a importância que o coração exerce, na vida mora da criança ou do adulto, o que, infelizmente, é tão ignorado. Já no lar certos pais, os primeiros educadores, acham que os filhos já tem o coração formado, bom, só porque eles se mostram as vezes, carinhosos e dóceis. Isto não basta. O coração humano é um mistério profundo. Ao lado dos bons sentimentos herdados dos pais, nele se aninham muitas misérias. Em suas dobras e esconderijos, mora o nefando egoísmo com o seu cortejo, disfarçando de muitas maneiras, às vezes, mesmo com aparências louváveis [...] o abismo do coração deve ser sondado, provocado, excitado, e estudado com muita paciência e tato. Isto se deve iniciar bem cedo, pois a criança, assemelhando-se a cera, deixa-se moldar, facilmente, pelas mãos hábeis de seus educadores. Primeiramente é no lar que ela recebe as primeiras lições a esse respeito. Daí a grande responsabilidade mòrmente por parte da mãe no desempenho desta tarefa sublime e delicada, em que constrói, de antemão, o futuro feliz do seus filhos, pois se diz tudo de um homem, quando dele se ouve: Este tem bom coração!
> A professora continua essa missão materna, ao receber qualquer criança que lhe é confiada. Mais que a inteligência deve o coração guia-la na espinhosa escola de formação. Ela, em primeiro lugar, deve ter, para dar: um coração bem formado, magnânimo, vigilante, forte, nobre, desprendido e sensível. Só assim, seus esforços produzirão o resultado que tem em mira e esperado, igualmente, pelos pais e pela Pátria: formar homens completos, íntegros, úteis à sociedade. Para alcançar tal fim deve lançar mão de todos os meios neste labor ingrato. Antes de tudo, ganhar a confiança dos alunos. Obtido isto, eles se lhe dão, revelam seus corações como o são abertos. A seguir, siga firme, tendo em vista este belo programa [...]. Conseguir dos educandos um coração sensível, isto é delicado, superior, acessível aos nobres sentimento; forte, isto é senhor da sua liberdade, senhor de sua serenidade; fiel isto é constante, apesar das circunstancias, dos contratempos e das dificuldades; generoso isto é, desprendido de si e finalmente entusiasta, isto é, capaz de vibração. **Estas cinco qualidades do coração: - sensibilidade, fortaleza, fidelidade, generosidade e entusiasmo – são os que produzem belas vidas**. Sonhamos todos em fazer felizes nossas crianças, nossos jovens. Pois bem alarguemos e levantemos para o alto de seus pequeninos corações. Exercício no coração. Ginástica do coração, vigilância, purificação, educação do coração; penoso e delicado trabalho. Mas não causemos nunca que glorioso é nosso fim! Possam eles assim, graças a nossos cuidados, a nossas orações, a nossos exemplos, merecer um maior elogio que se pode fazer a um ser humano.

> Quando pequeno: é um coração de ouro; quando já mergulhado na vida: é um homem de coração; quando, finalmente, levado a morte: foi um grande coração (GASPARI, 2005, p.107 e 108. grifo nosso).

No texto percebe-se “[...] a preocupação em formar jovens corações nobres e generosos” (GASPARI,2005, p.108). Isso ao nosso ver seria uma forma de se criar reciprocidade entre as pessoas, sugerindo a cooperação coletiva. Esse sistema de ensino privilegiava a classe das pessoas que podiam pagar, geralmente fazendeiros. Quem recebia os ensinamentos eram jovens e mulheres que, de acordo com as leis da Igreja, seriam submissas aos maridos, até porque a educação fazia parte do preparo para um casamento “bem sucedido”; Conforme os preceitos da boa conduta moral e religiosa, as alunas seriam punidas caso infringissem o regulamento da escola.

3.5 AS GÊMEAS DO IGUAÇU

Os dois municípios compreendem uma integração contígua interestadual. Têm a mesma origem de ocupação e povoamento, um complementa o outro. São unidos por aspectos naturais e sociais, sendo divididos, somente, por questões políticas.

Até o acordo de limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná os dois municípios formavam União da Vitória e estava do lado paranaense. Em 1917, surge Porto União como território de Santa Catarina, “O município era composto por terras que hoje são dos Municípios de Matos Costa, Iriniópolis e um pedaço de Caçador” (RIBAS, 2004, p.31).

Do lado direito dos trilhos (sentido, Rio Grande - São Paulo), temos Porto União e, à direita, União da Vitória. O centro comercial das cidades é dividido ao meio.

Foto 1: Divisa de estados e municípios
Fonte: www.portouniãodavitoria.com.br

Conforme Ribas (2004), entre 1930 e 1945, União da Vitória e Porto União sofreram os impactos da revolução getulista, acompanhada da ditadura. Sofriam também as conseqüências da Segunda Guerra Mundial, época em que havia muita falta de produtos (por exemplo, o combustível) e racionamento de tantos outros (café, açúcar, sal, entre outros). Porém, os anos pós-guerra trouxeram para os municípios um novo impulso industrial, principalmente no ramo da madeira, tendo em vista a abertura das exportações. Na década de 1970, foi iniciada a construção da rodovia Transbrasiliana – BR 153, que facilitou a comunicação com todo o país, auxiliando na exportação de produtos, locomoção de passageiros e no aumento das linhas de transporte. Ainda em 1970, foi asfaltado o trecho até Canoinhas, BR – 280. Na década de 1980, o asfalto chega até Porto União.

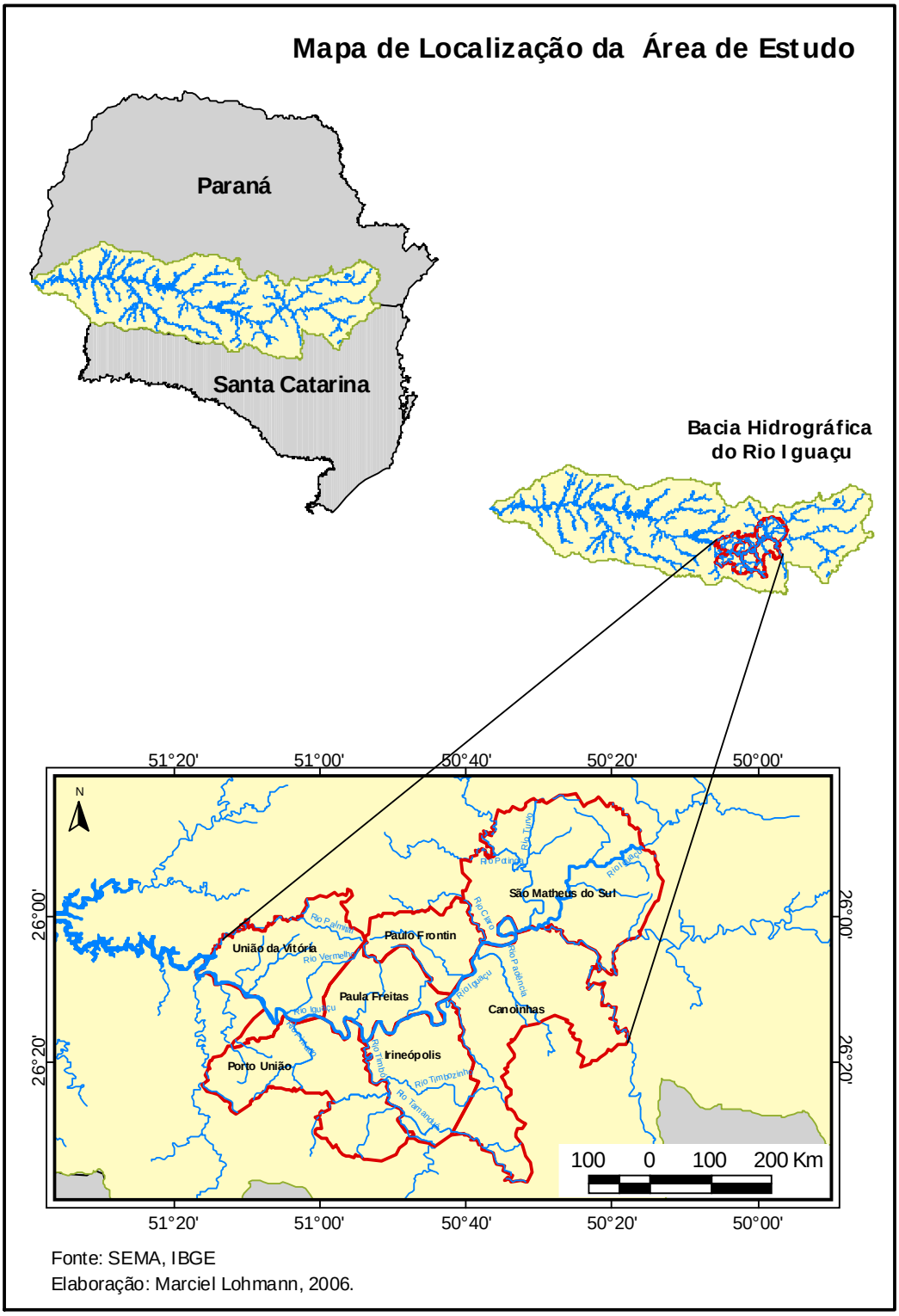
De acordo com Melo Junior (2001), na década de 1940, o tráfego rodoviário das Gêmeas do Iguaçu começava a superar o fluvial (o acesso às cidades era através da ponte férrea, vapores, lanchas e balsas). Assim, iniciou-se a construção da ponte rodoviária sobre o rio Iguaçu. O tempo de construção da ponte foi de um

ano e nove meses. A inauguração ocorreu em 10 de novembro de 1944. A Ponte Manoel Ribas é conhecida, nos municípios, como a “Ponte dos Arcos”.

Foto 2: Ponte Manoel Ribas
Fonte: www.portouniaodavitoria.com.br

Os municípios são banhados pelo Rio Iguaçu, cuja bacia drena uma área de aproximadamente 69.350 quilômetros quadrados. “O Iguaçu foi a grande via de povoamento do vale. Não só foi a grande porta à intrusão humana, como condicionou, através da navegação a vapor, a economia regional“ (RIESENBERG, 1973, p.91).

No mapa (abaixo), verifica-se a amplitude e a importância econômica e social desta bacia para os municípios do seu entorno.



Fonte: SEMA, IBGE
Elaboração: Marciel Lohmann, 2006.

Fonte: GONÇALVES, G.L. Análise Ambiental da Áreas Ribeirinhas do Rio Iguaçu, 2007

A navegação do rio Iguaçu teve inicio no final do século XIX, perdurando até a década de 1950. Por este rio foram transportadas pessoas, milhares de metros cúbicos de madeiras, toneladas de erva-mate, entre outros.

Na atualidade, o Rio Iguaçu não é mais a principal via para a navegação, transporte de mercadorias e pessoas. A sua utilização socioeconômica, principal, está focada no abastecimento de água (para consumo, irrigação, entre outros.) e extração de areia.

Destacamos nesses municípios o ramo da madeira. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Integrado do APL (2006), União da Vitória apresentou, em 2000, um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDH-M de 0,79 (33ª. melhor posição do Estado) e um PIB p*er capita*, em 2003 de R$ 6.558,00. No período 2000/2004, ocorreu uma redução acentuada do número de estabelecimentos, particularmente nos segmentos de madeiras serradas e móveis. Mas, nos segmentos de painéis de madeira e esquadrias, o município é sede de novos empreendimentos. O ramo madeireiro representou, em 2004, 82,7% dos empregos industriais e 87,0% do Valor Adicionado. No ano de 2000, o município possuía 141 estabelecimentos ligados ao ramo da madeira, empregando 3.051 pessoas. Em 2004, o número de estabelecimentos reduziu, porém, o de empregados aumentou para 3.645. Em Porto União, o PIB, em 2002 foi de R$ 111,7 milhões, e R$ 3.393,73 de PIB per capita com IDH-M de 0,80. O número total de estabelecimentos ligados à madeira, em 2000, era de 55, empregando 1.375 pessoas. No ano de 2004, o número de estabelecimentos subiu para 75, contando com 1.405 empregados. No geral, ao posicionar a participação do APL com a produção nacional, o produto mais expressivo é o de portas com 1 milhão unidades/ano, seguido por janelas com 208 unidades/ano, que posiciona o segmento de esquadrias como o maior produtor do Brasil. O segundo segmento mais expressivo é o de painéis de madeira, com produção de 240 mil metros cúbicos por ano de compensados e 98 mil metros cúbicos por ano de laminados. A madeira serrada é o terceiro segmento mais expressivo com 197 mil metros cúbicos por ano de serrados produzidos.

4 CARACTERIZAÇÃO DA AGLOMERAÇÃO DAS EMPRESAS E AVALIAÇÃO DO PROJETO DAS GÊMEAS DO IGUAÇU COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

4.1 INSTALAÇÃO DE MADEIREIRAS E SERRARIAS

Pela ocupação tardia do território que compreende a AMURC e a ANSULPAR, verifica-se que serrarias e madeireiras de grande porte instalaram-se, após à implantação da linha férrea. Antes, as dificuldades de escoamento da produção eram muitas, as madeiras eram transportadas através de carroças até os portos de parada de embarcações, serrarias ou marcenarias locais. Segundo Hort (1990), o ciclo da madeira no território iniciou-se com a chegada das primeiras caldeiras a vapor, em 1884, o que propiciou a instalação das primeiras serrarias.

As grandes reservas de espécies vegetais madeiráveis atraem o investimento estrangeiro, sendo o mais significativo na história deste território a implantação da Lumber. Em 1909, prevendo o aumento dos negócios da madeira, em função da facilidade de escoamento de produção pela ferrovia, a *Brazil Railway Company* subsidia a *Southern Brazil Lumber Colonization Company*, e instala no território as duas maiores serrarias do Sul do país, uma em Três Barras[84] e outra em Calmon, ambas em Santa Catarina. Altamente mecanizada para os padrões da época, necessitava pouca mão de obra e produziam muito, provocando a falência das pequenas serrarias da região[85].

Toda bibliografia que aborda a temática do Contestado, cita a implantação de serrarias pela Lumber, enfocando-a como símbolo da modernidade que adentrava o sertão, até então repleto da rusticidade sertaneja. Podendo explorar nove quilômetros[86] de cada lado da estrada de ferro, a Lumber propiciou mudanças econômicas e sociais neste território. Atraídas por ofertas de empregos, pessoas de

---

[84] Segundo Tonon (2002), a empresa Lumber, em Três Barras, serrava novecentos metros cúbicos por dia de madeira de araucária.

[85] O corte dos pinheiros era completamente indiscriminado e, a par de outros motivos, provocava mais um problema social, o desmatamento, e ainda prejudicou a criação de porcos debaixo dos pinhais, a extração da erva mate e as pequenas serrarias (CONHECENDO, p.28, 2004).

[86] Segundo Tonon (2002), a companhia construtora da ferrovia obteve, do governo, a concessão de uma área de terras equivalente a 9 quilômetros de extensão, de lado a lado, acompanhando a tração da ferrovia. Os dados de Tonon são baseados no contrato da empresa.

diversas regiões do Brasil e da Europa concentraram-se ao longo da estrada, extraindo, serrando e transportando madeira.

Segundo Tonon (2002), a companhia construtora da ferrovia não respeitou o tratado contratual que demarcaria nove quilômetros de cada lado. Utilizou-se de uma demarcação de quinze quilômetros de cada lado do eixo onde passaria a ferrovia. A demarcação da área não levou em conta sesmarias e posses. O traçado da ferrovia estava sob a responsabilidade da empresa que, em conluio com uma equipe formada de topógrafos e engenheiros enviados pelo Governo paranaense, estabeleceu um traçado que atingisse as melhores áreas de florestas de araucárias e madeiras de maior interesse comercial.

A utilização da madeira, apesar de sempre estar associada à exploração do mate[87] (combustível de embarcações e casas, construção de casas, embalagens, entre outros), não tem papel de destaque no cenário econômico paranaense e catarinense até a década de trinta.

> A propósito da indústria madeireira é oportuno assinalar ainda que ela pouco beneficia as regiões em que se desenvolve. O industrial madeireiro quase nunca pertence à região; geralmente vem de fora; alguns nem sequer residem nas serrarias, que funcionam sob a orientação de feitores. E nem tampouco fica na região o capital apurado na industrialização da madeira, afora os parcos salários pagos aos trabalhadores. Desta forma, abatidos os pinheiros de uma zona, um montão de serragem marca, ele só, a passagem daquela indústria (RIESENBERG, 1973, p.140).

Quanto à origem e evolução tecnológica das serrarias, Lazier (2003) afirma que foi no final do século XIX, com Antonio Rebouças, que começou a industrialização do pinheiro. Passou-se do giro lento da roda d'água do velho engenho para a rotação rápida da máquina a vapor. Em torno do pinheiro, organizou-se a maior indústria de madeira do país – as serrarias. Formaram-se em torno dela novos grupos de trabalhadores: os boiadeiros, carroceiros, os serradores, os maquinistas, conservadores de estradas, empilhadores de madeira, entre outros. As serrarias, porém, não exerceram função povoadora e sim transmigradora, por exemplo, terminadas as árvores existentes, a serraria mudava para outra região, ficando no local um monte de serragem, e não uma cidade.

[87] Segundo Lazier (2003), a produção de divisas com a exportação dependia do mate, que chegou a representar 985 do total das exportações paranaenses, em 1902. Em volume, a exportação foi de 12.462 toneladas em 1867, para 97.500 em 1928. Daí em diante, começou a cair, chegando a apenas 23.000 em 1983. O principal motivo da queda da venda está ligada à produção deste produto pela Argentina, que era a maior compradora do produto brasileiro.

A extração e industrialização da madeira estão ligadas à ocupação humana do planalto norte de Santa Catarina e Sul do Paraná. Municípios como "[...] Canoinhas e Caçador emergem economicamente com a exploração da erva-mate e da madeira[88]" (TONON, 2002, p.85).

> A partir da segunda década de 1900 a indústria madeireira começou a tomar incremento no vale. Todavia, nenhum amparo deu à economia colonial. Em primeiro lugar, porque a quantidade de pinheiros ainda existentes nos 25 ou 30 hectares dos lotes rurais dadas a prospecção de 40 árvores por alqueire, era demasiado pequena. Em segundo lugar, porque o preço do pinheiro era então muito baixo, equivalendo, de um modo geral, ao preço de uma arroba de erva mate. Mesmo nos vastos alqueires das posses a venda de pinheiros, naqueles dias, não representou capitais apreciáveis (RIESENBERG, 1973, p.139-140).

A partir de 1940, verifica-se que o ramo madeireiro passou a ser de suma importância para a economia dos municípios pertencentes ao território do APL. A partir de dados obtidos junto ao IBGE[89], realizou-se uma descrição da representatividade do ramo madeireiro na economia dos municípios da AMURC e da ANSULPAR a partir da década de 1950 até 1980. Objetiva-se mostrar a predominância dos estabelecimentos ligados a madeira em relação aos demais. Inicia-se com Santa Catarina e posteriormente faz-se o mesmo com o estado paranaense.

Fazendo um confronto dos resultados dos censos industriais de 1950 e 1960, no estado de Santa Catarina, verifica-se que, dos 1.547 estabelecimentos ligados ao ramo madeireiro, ocorreu uma média mensal de empregos de 9.334 pessoas, no ano de 1950. Em 1960, o número de estabelecimentos voltados ao ramo madeireiro elevou-se para 2.167, e a média mensal de empregos subiu para 14.360. As empresas que trabalhavam com papel/papelão em 1950 eram 28, empregando um total de 985 pessoas. Em 1960, o número de estabelecimentos que trabalhavam com papel/papelão subiu para 68 e passou a empregar 2.136 pessoas.

Consultando os censos industriais de 1959/1960, no que diz respeito aos estabelecimentos por classe e gênero da indústria nos municípios de Santa Catarina, verifica-se a ausência de dados sobre a média mensal de empregos. Os

---

[88] Conforme Tonon (2002), a exploração predatória da madeira principia no início do Regime Republicano, com a instalação de empresas estrangeiras na região. As perspectivas de desenvolvimento da economia madeireira passam a atrair capitais estrangeiros, o que não acontecia na economia ervateira.

[89] Ver tabelas em anexo.

dados encontrados se referem à Canoinhas, possuindo 102 estabelecimentos, no total, sendo 1 representante de papel/papelão e 33 do ramo madeireiro. Porto União possuía 102 estabelecimentos, sendo 5 papel/papelão e 41 do ramo madeireiro. Os outros municípios, que também fazem parte do território do Projeto APL, não são mencionados no censo.

Na década de 1970, o número de estabelecimentos, em Canoinhas, sobe para 115; ligados à madeira são 38, fabricação de móveis 7, totalizando 1.597 empregos, sendo 1.081 ligados ao ramo madeireiro. Irineópolis contava com 7 estabelecimentos, sendo 1 do ramo madeireiro, totalizando 101 empregos (não se tem o número de empregados ligados à madeira). Major Vieira possuía 16 estabelecimentos com 121 empregados, sendo 11 ligados à madeira, totalizando 106 empregos. Matos Costa possuía 13 estabelecimentos com 291 empregados, 8 estabelecimentos ligados à madeira que empregavam 223 pessoas , 5 estabelecimentos de móveis e papel que empregavam 68 pessoas. Dos 79 estabelecimentos de Porto União, 20 estavam ligados à madeira, 10 a móveis e papelão, assim, se tinha 657 pessoas ocupadas, sendo 223 na madeira e 82 no papel. Em Três Barras, existiam 15 estabelecimentos com 303 pessoas ocupadas, dessas 257 ligadas a madeira.

No ano de 1975, Canoinhas passa a contar com 132 estabelecimentos com 3109 pessoas ocupadas, 37 estabelecimentos são ligados à madeira, 11 a móveis e papel, totalizando 2.244 pessoas ocupadas. Irineópolis conta com 17 estabelecimentos, sendo 4 ligados a madeira e contava com 118 pessoas ocupadas. Major Vieira possuía 10 estabelecimentos com 85 pessoas ocupadas, quatro estabelecimentos estavam ligados à madeira. Matos Costa contava com 16 estabelecimentos com 211 pessoas ocupadas, destes, 11 ligados a madeira com 141 pessoas ocupadas e 5 estabelecimento ligadas a móveis e papel, esta última, empregando 70 pessoas. Porto União possuía 89 estabelecimentos com 1148 pessoas ocupadas, destes, 25 estavam ligados à madeira e empregavam 519 pessoas, 14 estabelecimentos se enquadram nos quesitos móveis/papel, sendo o último empregador de 211 pessoas. O município de Três Barras possuía 28 estabelecimentos com 765 pessoas ocupadas, destas, 417 estavam ligadas à madeira.

Em 1980, o município de Canoinhas contava com 112 estabelecimentos, sendo 30 ligados à madeira e 11 a móveis e papel, o número total de pessoas

ocupadas era de 4.002, onde 3.033 estavam ligadas à madeira e 45 ao papel. Irineópolis contava com 11 estabelecimentos com 119 pessoas ocupadas, 4 ligados à madeira com 29 pessoas ocupadas. Major Vieira Possuía 9 estabelecimentos com 88 pessoas ocupadas, 4 estabelecimentos voltados à madeira empregavam 53 pessoas. Matos Costa empregava 185 pessoas em 15 estabelecimentos, destes, 4 estavam votados à móveis e papel e 9 à madeira, o último empregava 115 pessoas. Porto União possuía 68 estabelecimentos que empregava 1.368 pessoas, sendo que 655 estavam ligadas à madeira e 331 ao papel. Três Barras contava com 27 estabelecimentos empregando 882 pessoas, somente seis da madeira empregava 438, o papel empregava 148.

Fazendo o confronto do resultado dos censos industriais do estado paranaense nos anos de 1950 e 1960, na década de cinqüenta, o estado possuía 561 estabelecimentos ligados ao ramo da madeira que empregavam 8.801 pessoas, e 18 empresas de papel/papelão com 1.297 pessoas, em média. Em 1960, os estabelecimentos que trabalhavam com a madeira aumentaram para 1.459, empregando 19.744, e 21 empresas de papel/papelão com 2.863 empregados.

Dos municípios do APL, no ano de 1959, encontramos os seguintes números: Cruz Machado possuía 24 estabelecimentos, destes, 14 ligados a madeira. Paulo Frontin possuía 20 estabelecimentos, com dois no ramo da madeira. União da Vitória, 83 estabelecimentos, 28 trabalhavam com a madeira e 1 com papel/papelão. Bituruna possuía 15 estabelecimentos, sendo 12 ligados à madeira.

Em 1975, Bituruna contava com 30 estabelecimentos, 27 ligados à madeira, empregando 683 pessoas de um total de 695. Em Cruz Machado, das 23 empresas, 13 eram do ramo da madeira, o número total do pessoal ocupado no município era 216, destes 168 na madeira. Em General Carneiro, existiam 31 estabelecimentos com 965 pessoas ocupadas, 24 empresas de madeira empregavam 849 pessoas. Paula Freitas tinha 4 empresas no ramo da madeira e 1 móveis/papel e empregavam 56 pessoas de um total de 82 distribuídas em 16 estabelecimentos. Paulo Frontin, possuía 34 pessoas ocupadas em 10 estabelecimentos, destes 2 ligados a madeira e 1 móveis/papel. Em Porto Vitória 216 pessoas ocupadas se distribuíam em 26 estabelecimentos, desses, 10 na madeira e 2 móveis/papel totalizando 127 empregados. Em União da Vitória, dos 100 estabelecimentos que empregavam 2.780 pessoas, 35 se ligava a madeira com 2156 pessoas e 15 empresas de móveis/papel com 116 pessoas.

Na década de oitenta, o município de Bituruna possuía 52 estabelecimentos com 990 pessoas ocupadas, 913 pessoas estavam inseridas no ramo da madeira e móveis/papel. Em Cruz Machado, 283 pessoas se distribuíam em 22 estabelecimentos e 215 no ramo da madeira. No município de General Carneiro, 993 pessoas estavam ocupadas em 49 estabelecimentos, 25 empresas do ramo da madeira ocupava 698 pessoas. Paula Freitas tinha 13 estabelecimentos com 116 funcionários, destes, 43 empregavam-se em 4 do ramo da madeira. Mallet possuía 26 estabelecimentos, destes, 12 ligados à madeira, empregando 220 pessoas. Paulo Frontin possuía 81 pessoas ocupadas, distribuídas em 10 empresas, 2 ligadas à madeira. Porto Vitória contava com 408 pessoas ocupadas em 23 estabelecimentos, 339 pessoas inseridas em 12 estabelecimentos do ramo da madeira. Dos 160 estabelecimentos, que ocupavam 4.421 pessoas, de União da Vitória, 59 era da madeira e ocupava 3.271 pessoas, e 21 móveis/papel com 269 ocupados.

Com relação à média mensal do pessoal ocupado no ramo da madeira em 1980, temos os seguintes dados: Mallet, 214; Canoinhas, 2.954; Iriniópolis, 28; Major Vieira, 52; Matos Costa, 116; Porto União, 628; Paula Freitas, não há dados; Bituruna, 955; Cruz Machado, 272; General Carneiro, 686; Paula Freitas, 39; Porto Vitória, 329 e União da Vitória, 3.241.

4.2 MATÉRIA-PRIMA E PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS: ORIGEM E DESTINO

> O *jerivá*, isolado ou em grupo numeroso, agita na altura o leque farfalhante; mas, dominando tudo, o pinheiro eleva o caule vigoroso e retilíneo por sobre a massa matizada da verdura, imprimindo à paisagem um cunho majestoso e melancólico. E a floresta derrama-se pelo vale amplo, variada e pujante: o cedro e a imbuia, as acácias e mirtácias, a *ilex* ... . É, em toda a sua plenitude, a zona de araucária (RIESERBERG).

Uma das preocupações dos empresários do ramo madeireiro é a disponibilidade de matéria-prima[90]. A redução da cobertura vegetal para plantio de outras culturas comestíveis, queimadas, restrições por legislação ambiental são os

[90] Este foi o motivo da criação do Projeto Renda Crescente, coordenado pela Câmara dos Dirigentes Logistas de União da Vitória. O projeto consistia em informar a população sobre a falta de matéria prima para a indústria madeireira que iria ser sentida já a partir de 2003. Desta forma, o objetivo era mostrar para a população que respeitando as leis ambientais era possível plantar o pinus e ainda ganhar dinheiro. A propaganda era feita fazendo um comparativo da região sul do Brasil com a Finlândia, mostrando que aqui pode-se colher o pinus com 20 anos e que naquele país levaria 80. A propaganda era feita visando mostrar que em propriedades pequenas poder-se-ia ganhar dinheiro.

argumentos mais comuns utilizados pelos madeireiros locais para justificar a falta de madeira.

Conforme dados obtidos junto ao IBGE Cidades (2007), constatamos que, no ano de 2006, os municípios do território do arranjo produtivo local, produziram juntos: 64.848 toneladas de erva-mate; 438 toneladas de pinhão (semente da araucária, comestível); 118.411 toneladas de carvão vegetal; 1.022.100 metros cúbicos de lenha; 231.100 metros cúbicos de madeira em tora; Abateram 60 mil árvores (de pinheiro brasileiro nativo); produziram 118.877 metros cúbicos de pinheiro brasileiro nativo (em toras). Com relação aos produtos da silvicultura, produziram: 652.000 metros cúbicos de lenha; 4.538.600 metros cúbicos de madeira em tora; 1.098.500 metros cúbicos de madeira em tora para papel e celulose e 3.441.340 de madeira em tora para outras finalidades.

A obtenção da matéria-prima é fundamental para a sobrevivência de uma empresa madeireira. O estudo realizado em 2005 pelo IPARDES, com os madeireiros das Gêmeas do Iguaçu, mostra que esse é um desafio a ser superado. Conforme a pesquisa, 57% dos madeireiros não têm reserva florestal própria. Dos 43% restantes, mesclam-se reflorestamentos de espécies variadas como o pinus, eucaliptus e outras. Conforme o PDI (2006), a madeira mais utilizada na atualidade é o pinus, com 200 fornecedores, sendo os maiores fornecedores o estado do Paraná (68%) e Santa Catarina (32%). Destacamos que, além do pinus, é usado o cedro, itaúba, jequitibá, imbúia, canela, bracatinga, entre outras.

Lago (2000) mostra que, em substituição a economia florestal extrativista, iniciou-se, de forma mais consistente, nos meados dos anos de 1960, o esforço do reflorestamento, orientado para a formação de maciços homogêneos de espécies exóticas de coníferas do gênero pinus, mais moderadamente com espécies do gênero eucaliptus e, também, de nativas. A legislação de incentivos fiscais ao reflorestamento, não mais vigora, mas persistem normas de repovoamento arbóreo que influem em mudanças no domínio vegetal e na própria fauna.

Com relação à origem dos insumos utilizados pelos municípios, verifica-se maior dificuldade em conseguir madeira dura proveniente do norte do Mato Grosso e do sul do estado do Pará. Como o deslocamento é feito por carretas, os problemas mais freqüentes são a quebra do veículo, geralmente pelas péssimas condições de rodovias, e o atraso na entrega das cargas, pois em períodos de chuva no Norte do

Brasil é comum o veículo ficar atolado na lama até por vários dias. Essas condições adversas encarecem o produto final.

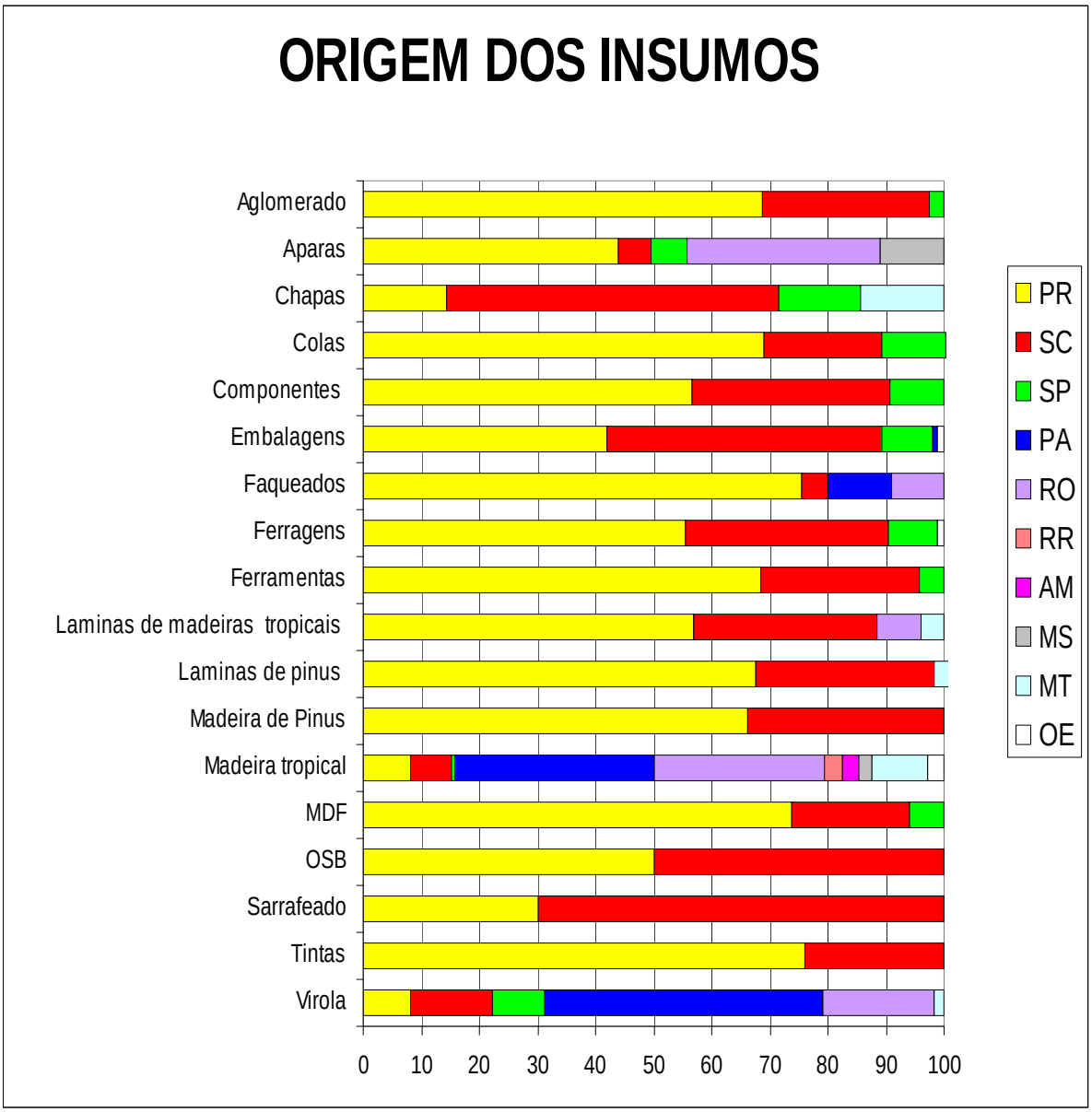


Gráfico 1: Origem dos Insumos
Fonte: IPARDES, 2005

A produção e obtenção de matéria-prima são variadas, assim como o destino das vendas. Os produtos têm como principais consumidores à população do Paraná, São Paulo e Santa Catarina.

Segundo Martini (2003), a cadeia produtiva do complexo madeireiro inicia-se a partir da floresta nativa e ou reflorestada. A madeira extraída[91] (toras) é processada de acordo com a finalidade, seja combustíveis (carvão e lenha) ou industriais. Dos **serrados**[92], originam-se os móveis, esquadrias, madeira para construção civil e outros fins. Os **painéis**[93] podem ser divididos em madeira sólida (lâminas e compensados) e os reconstituídos (aglomerados[94], MDF[95], OSB e Hardboard); e a **polpa** (pasta de alto rendimento e celulose).

Com relação ao destino dos produtos derivados da madeira, verifica-se que é muito diversificado.

---

[91] Seus produtos compreendem toras já prontas para serem serradas em chapas. Já são limpas de galhos e outros resíduos.
[92] Madeira serrada é a denominação genérica de vários produtos derivados de madeiras sólidas, como tábuas, pranchas, dormentes, entre outros.
[93] È desenvolvido por um processo de colagem, compreendendo vários processos de produção.
[94] Painéis de partículas prensadas.
[95] *Medium Density Fiberboard* - MDF, *Oriented Strond Board* - OSB, *High Density Fiberboard* – HDF, são painéis manufaturados de fibras de madeira.

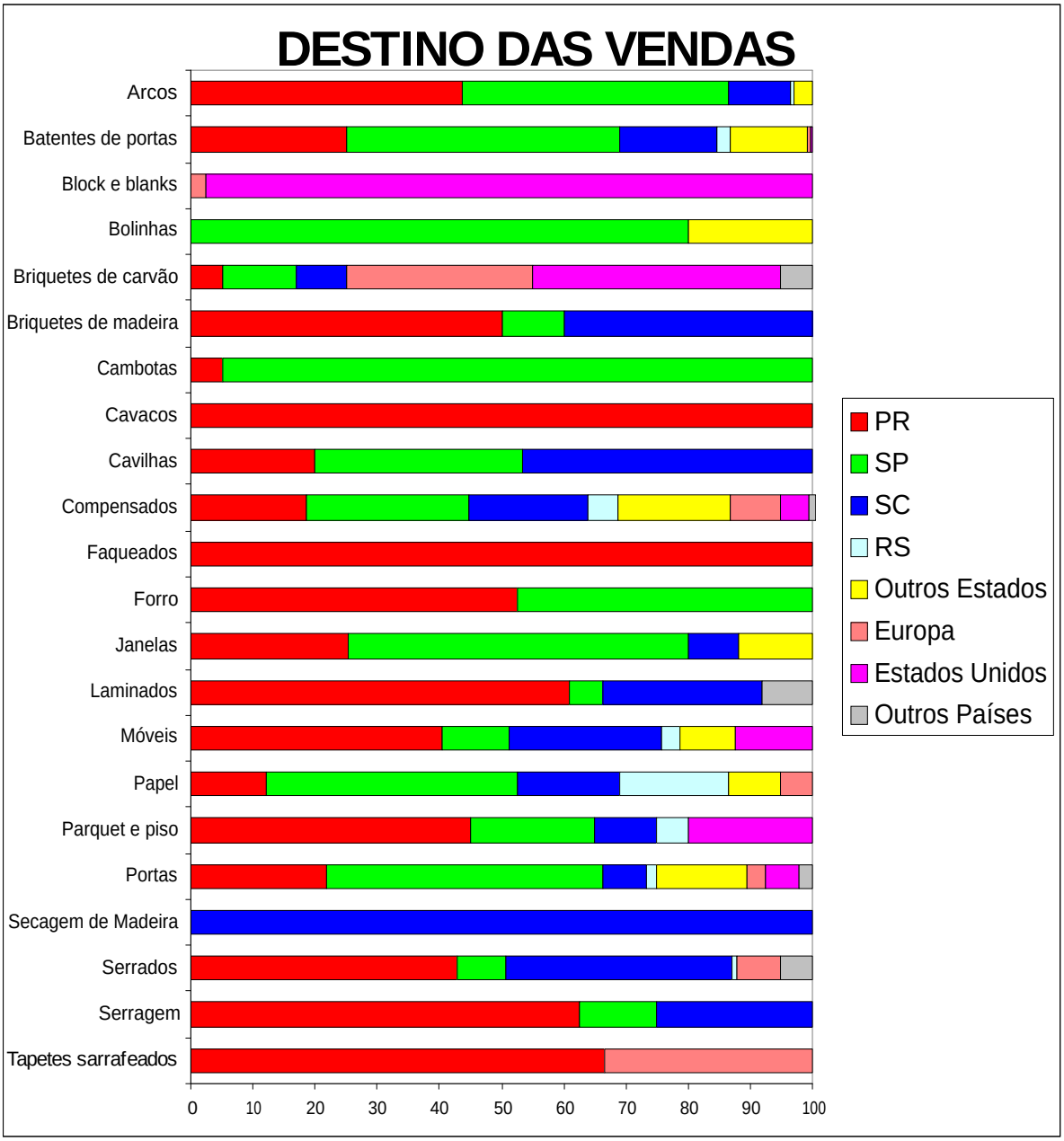
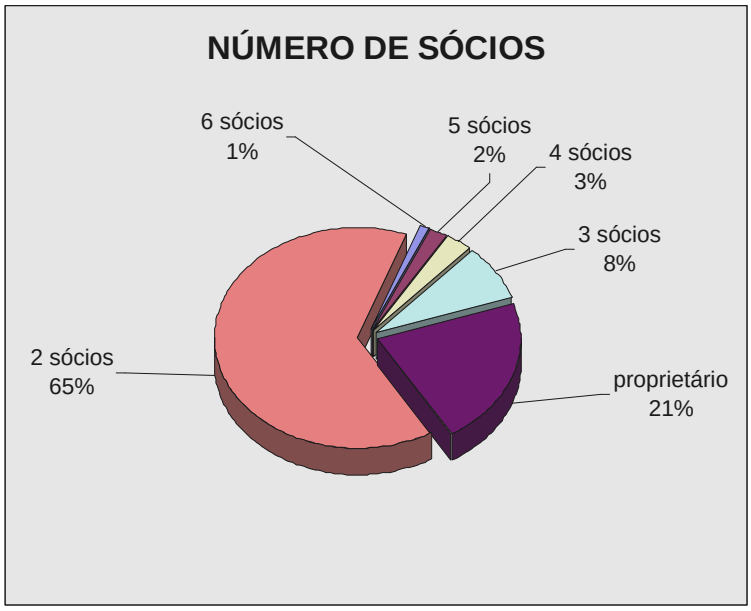


Grafico 2: Destino das Vendas
Fonte: IPARDES 2005

Conforme o IPARDES (2005), em estudo realizados em União da Vitória e Porto União, sobre as micro e pequenas empresas desses municípios, verificou-se que em sessenta e cinco por cento dos casos elas são administradas por no máximo dois sócios, enquanto que vinte e um por cento não possuem sócios, oito por cento têm três sócios, três por cento 4 sócios, dois por cento 5 sócios e um por cento seis

sócios. Fica evidente que nessas empresas predomina a organização e administração familiar, por isso o baixo número de empresas com mais de dois sócios. O parque de máquinas conta com; Briquetadeira, cabines de pintura, centro de usinagem, circular, destopadeiras, esquadrejadeiras, estufas de secagem, faqueadoras, furadeiras múltiplas, guilhotinas, laminadoras, linhas de pintura, lixadeira, pelitezadora de briquetes, plaina, prensa alta freqüência (painéis), prensa, refiladoras, secadores, serras, tornos, tupias. A média é de 3,6 funcionários por máquina. A que menos exige funcionários é a circular (1) e a que mais exige é o torno (8). Quanto à origem das máquinas, constata-se que 85,5% são brasileiras, 2% da Itália, 1,1% provém do Brasil/Itália, 0,5% da Alemanha, 0,4% da Argentina, 0,3% dos Estados Unidos da América, 0,2% da França, os demais 10% não foram informados.

A organização das empresas de União e Porto União por associados é a seguinte:

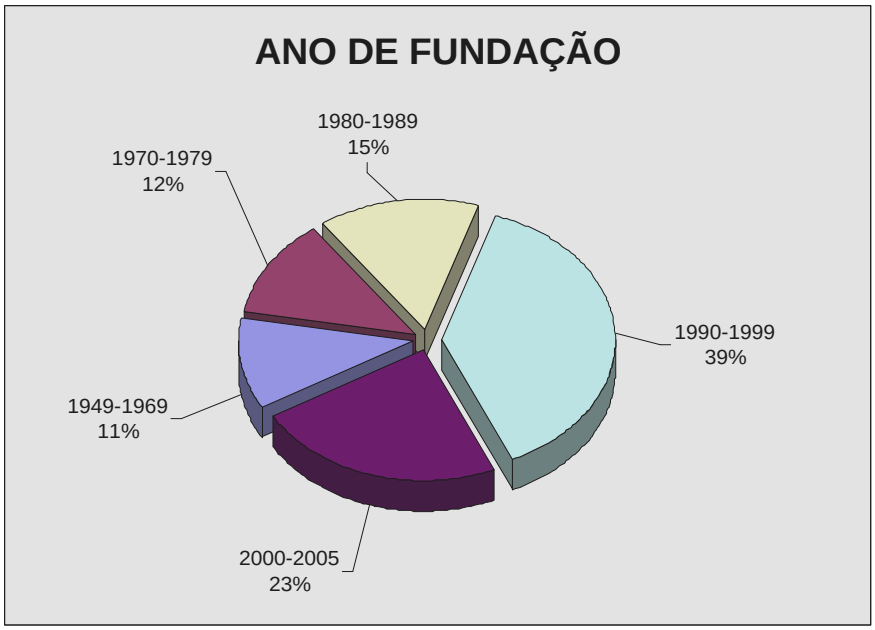


Fonte: IPARDES 2005
Gráfico 3: número de sócios

Destas empresas, 62% foram instaladas a partir da década de noventa, caracterizando a dinâmica indústrial após este período, propiciado pela intensificação do processo de globalização. De acordo com a pesquisa realizada

por Martini [96](2003), o tempo de permanência de micro e pequenas empresas em União da Vitória e Porto União é de 39,9%, mais de dez anos; 6,06%, dez anos; 3,03%, nove anos; 6,06%, oito anos; 12,12%, sete anos; 3,03%, seis anos; 12,12%, cinco anos; 6,06%, quatro anos; 3,03%, três anos; 3,03%, dois anos; 6,06% até um ano.

Pode-se ressaltar que a instalação dessas empresas se dá pelo processo histórico geográfico que propicia condições para tal, caso contrário, elas seriam instaladas em outro território.



Fonte:IPARDES 2005
Gráfico 4: Ano de fundação

Lins (2000), ao discorrer sobre o estado de Santa Catarina, mostra que este estado reúne condições para abrigar políticas de desenvolvimento estribadas nas possibilidades e forças locais. A rigor, isso representaria prolongamento da tradição catarinense, pois o crescimento industrial do estado caracterizou-se pelo desempenho de firmas de origem familiar, claramente locais.

4.3 A COOPERAÇÃO NAS GÊMEAS DO IGUAÇU

[96] Dissertação de mestrado em Economia, UFSC.

Objetiva-se verificar como ocorre ou se desenvolve nas Gêmeas do Iguaçu a cooperação, aplicou-se, nestes municípios, um questionário com dez perguntas que envolvem o assunto. O questionário foi distribuído em 23 empresas das 42 credenciadas no APL (conforme o Plano de Desenvolvimento Integrado do APL) no dia 15 de janeiro de 2007. O recolhimento do questionário foi no dia 18 do mesmo mês, obedecendo a ordem da distribuição.

Chegou-se ao número de 23 questionários após avaliar as empresas e verificar que algumas delas, apesar de terem o nome diferente, pertencem, ao mesmo dono ou família[97]. É o caso da Farmacomp, Tec-Pine e Dissenha S/A pertencente à família Dissenha; Alison Omar Abbas, Compensados Santa Catarina, Abbaspel e Indústria e Comércio de Condutores Elétricos Abbas, pertencentes à família Abbas; Esquadrias Porto União, Portottal e Portebras, pertencente à família Bearth[98]; Ótima Portas e Márcia Maria Moreira & Cia, pertencente à família Moreira e ainda o caso das esquadrias Siqueira e União, que funcionam no mesmo barracão. Em cada situação, desta, foi aplicado um questionário.

Não entregou-se o questionário à Agroflorestal Rio dos Pardos, uma vez que foi entregue à outra empresa de reflorestamento, no caso a Clontech. Não se foi entregue à Acifer porque, em União da Vitória, esta empresa tem um depósito de madeira e não a esquadria[99] . Com relação aos Irmãos Schwegler, não se conseguiu o contato pelo telefone e como não se sabia o endereço, não foi entregue; R. B Móveis não foi entregue porque optou-se por outra empresa de móveis – no caso a Silvio Iwanko; Fernando Jacson Scheffer, Weiss Eng. Florestal e Ambiental e Irmãos Flenik da Silva Ltda não receberam o questionário por falta de tempo útil no dia destinado a distribuição dos mesmos.

Mediante análise prévia dos endereços, optou-se por entregar primeiro para as empresas de União da Vitória e, posteriormente, para as de Porto União. As empresas não são tão próximas, assim, no trajeto, percorre-se cinco, oito, dez, quinze quilômetros, dependendo do lugar onde se quer chegar. A maioria das

---

[97] As respostas seriam similares ou iguais.

[98] Inclusive nesta empresa nos foi dito o seguinte: “eu não sei porque o APL, para nos avisar de reuniões, nos envia um e-mail para cada empresa, se é a mesma coisa”.

[99] Conforme o roteiro de entrega dos questionários, chegou-se até o depósito e, não tendo ninguém para receber não teve se o que fazer. Se optasse por retornar, ir até a empresa em Porto União, a entrega dos demais questionários seria comprometida.

empresas madeireiras (do APL ou não) não possuiu placa de identificação[100] e o número não é visível, dificultando o reconhecimento.

Os dois municípios que dizem ser os maiores produtores de portas e janelas do país não possuem nem uma placa dizendo a localização ou a distância da empresa desejada[101].

Entre o tempo de deslocamento de uma empresa a outra, identificação de qual pertencia ao APL e o famoso "espere um momentinho", "quem está por dentro disso é o fulano, ele já vem", esperar outras pessoas serem atendidas até chegar a vez, explicar o que se pretendia com a pesquisa, qual a finalidade, entre outros, perdeu-se um dia inteiro. O recolhimento durou três horas pela manhã e duas horas pela tarde.

A relevância do trabalho empírico é ver a empresa em funcionamento, ouvir opiniões sobre o ramo madeireiro no território, verificar que existem empresas "escondidas", sentir a reação das pessoas ao receber e ao entregar o questionário, etc.

O objetivo da pesquisa foi verificar como é e o que se quer da cooperação entre os envolvidos. Entende-se que a cooperação é fundamental para o sucesso do arranjo produtivo local. Para tanto, as perguntas foram elaboradas de modo que pudéssemos constatar, ou não, essa instituição.

Acredita-se que o preenchimento do questionário já é uma maneira de se cooperar, principalmente por todos os entrevistados fazerem parte do APL[102]. Conforme a elaboração das perguntas, querer-se-ia "retirar" dos empresários que a cooperação leva a competitividade, e não o contrário. Vamos aos resultados:

Dos vinte e três (23) questionários entregues nas empresas, doze (12) não foram respondidos e não se conseguiu recolher por não haver ninguém em casa[103]. Dentre os argumentos por não terem respondido "Estou numa correria, estou com um produto novo... minha mulher está em São Paulo! [104]", "não foi preenchido

---

[100] Como optou-se por distribuir o questionário nas empresas do APL, por falta de placas nas empresas e pela proximidade das que fazem parte do APL com as que não fazem parte, ia-se e perguntava-se ... aqui é a empresa tal?...aqui é a empresa do fulano?...e assim por diante.

[101] Como não se conhecia as empresas, houve dificuldade em encontrá-las.

[102] Optou-se em realizar a pesquisa entre os envolvidos no APL, porque entende-se que eles já participaram de reuniões juntos, sabem o que é um APL e seus objetivos.

[103] Esse é o caso da empresa Seger, ela não possui escritório e, ao passarmos recolhendo o questionário não havia ninguém em casa. Optou-se por não ir atrás nos outros dias já que tinha data definida para o recolhimento.

[104] Compensados União..

porque não deu tempo[105]", "Meu irmão que está mais ligado com isso está viajando[106]", "A empresa não participa mais[107]", "Se você puder voltar à tarde[108]", " A gente não respondeu porque quem faz parte do Apl é o "fulano" e ele está viajando[109]", " Eu acho que ela (a dona) nem olhou[110]", "Essa semana foi bastante corrida, meu pai estava atrás de uma peça[111]". "A empresa não participa fisicamente, porque o dono é muito ocupado e não tem tempo de ir às reuniões[112]". Duas empresas disseram que não foi respondido (nem argumentaram)[113].

Constata-se que a idéia de APL é bastante frágil. Enfatiza-se, no trabalho, que não é o governo quem criará um arranjo produtivo local, mas é o processo histórico e geográfico.

Dos questionários não preenchidos, extraíram-se duas questões importantes. Primeira: a empresa manda representante e os demais não têm conhecimento do assunto. Segunda: o empresário não pode "perder" dez minutos para responder "Sim", "Não" ou "Nenhuma das alternativas".

Nas doze empresas, o questionário foi preenchido por (3) donos, (5) sócios e (4) funcionários, representado no gráfico da seguinte forma:

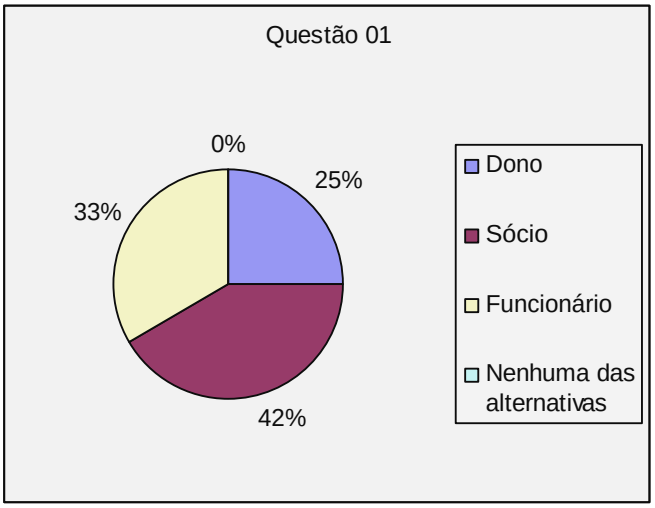


Gráfico5: Preenchimento do questionário

[105] Unimad.
[106] Esquadrias Schuster.
[107] Esse foi o caso das empresa da família Abbas, conforme o que repassou o recepcionista da empresa.
[108] Somapar.
[109] Ótima.
[110] Patrícia Bernadon.
[111] CVE esquadrias.
[112] Informação repassada pela recepcionista da empresa Pormade.
[113] Siqueira e Holas.

Dentre os motivos que fazem as empresas participarem do arranjo produtivo, fica evidenciado que cinqüenta e oito por cento delas querem (re)passar seus conhecimentos e experiências aos demais empresários, ou seja, são favoráveis a essa prática. Dezessete por cento são contrários à idéia de repassar experiências/conhecimentos, e vinte e cinco por cento disseram que participam porque: “[...] acredito que a união das empresas faz com que todos cresçam”; “Desejo compartilhar informações e novos conhecimentos e/ou oportunidades”; “Acho que a principal vantagem do APL é a troca de experiência e informação, mas focados em assuntos comerciais e menos técnicos.”

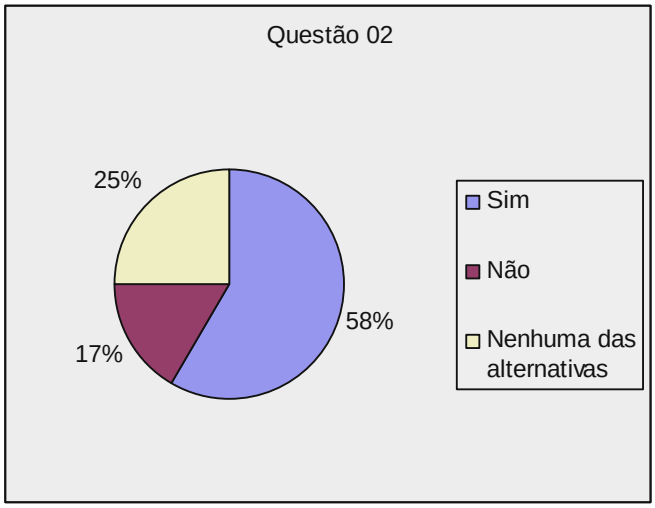


Gráfico 6: Motivos para participar do APL

Chamou-nos a atenção a fato de que sessenta e seis por cento das empresas esperam a participação do Estado como interventor para continuarem no “mercado”, resistindo às adversidades da atual conjuntura econômica e política. Dezessete por cento acreditam que isso não é necessário e dezessete por cento não quiseram opinar sobre o assunto.

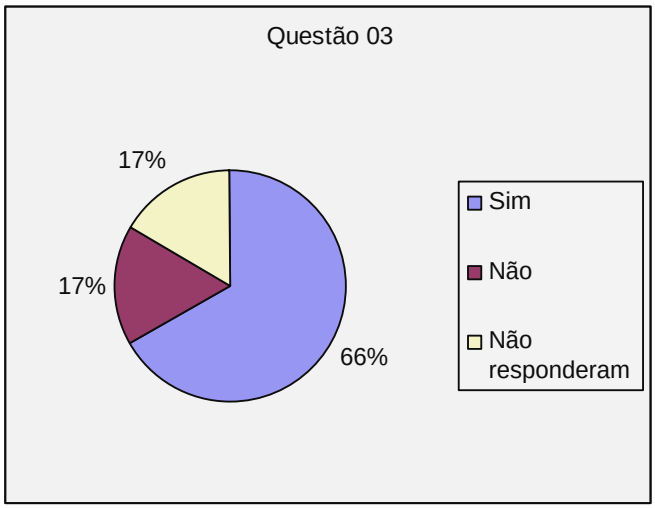


Gráfico 7: Necessidade de participação do Estado junto as empresas

Isso reflete o motivo que os levou a participarem do arranjo produtivo local pois cinqüenta e nove por cento acreditam que, da forma como ele está sendo conduzido, irão adquirir competitividade. Oito por cento participam porque foram convidados por outros empresários. Oito por cento não se pronunciaram sobre o assunto. Vinte e cinco por cento reafirmam essa condição se expressando assim: “Queremos formar o APL na expectativa da ampliação das vendas, pois creio que o destaque da região no ramo madeireiro atrairá novos mercados compradores”; “ A principal intenção (do APL) é o trabalho em grupo das empresas, principalmente no que se trata da competitividade individual de cada uma”; Quero trocar experiências, compartilhar oportunidades e conhecimentos”.

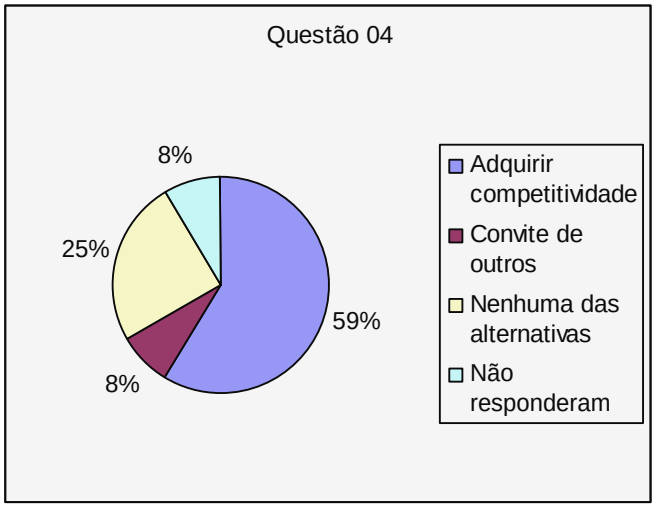


Gráfico 8: O que faz você fazer parte do APL?

Sobre o que é e os objetivos do projeto APLs, noventa e dois por cento dizem estar cientes do assunto. Isso é importante porque eles demonstram estarem informados de tal iniciativa. Mesmo não necessitando de comentários, nessa questão, uma pessoa respondeu: “Para melhorar a competitividade da Região”.

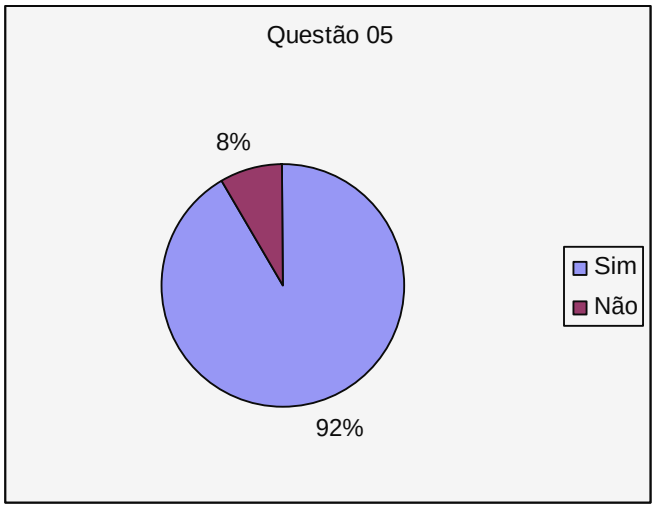


Gráfico 9: Você sabe o que é os objetivos do APL?

Cinqüenta por cento das empresas afirmam que só desistirão de fazer parte do arranjo produtivo local se não obtiverem resultados, ou se eles forem insatisfatórios perante o que almejam. Dezessete por cento desistiriam por divergências pessoais. Os trinta por cento restantes (4 pessoas) enfatizaram (individualmente) que desistiriam “Somente se o APL deixar de existir” ; “Sabe-se que os resultados não serão imediatos, mas só desistiríamos se o grupo não se integrasse com seriedade”; “Ações que visem promover somente uma minoria de empresários”. Um deles disse: “não participo do APL”.

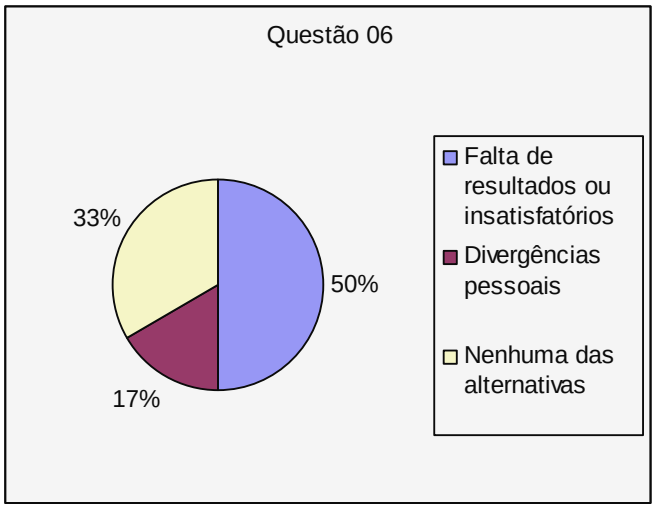


Gráfico 10: O que o faria desistir do APL?

Ao perguntarmos aos representantes das empresas quais seriam as circunstâncias que os faria não responderem um questionário, como esse, sessenta e seis por cento disseram que responderiam fazendo ou não parte do APL. Dezessete por cento não responderiam se não fizessem parte. Os dezessete por cento restantes não opinaram. Uma empresa reafirmou “não faço parte do APL” e a outra disse: “Se não conhecer realmente o esforço do APL e os benefícios já conhecidos, tal como a participação de feiras e eventos do setor”.

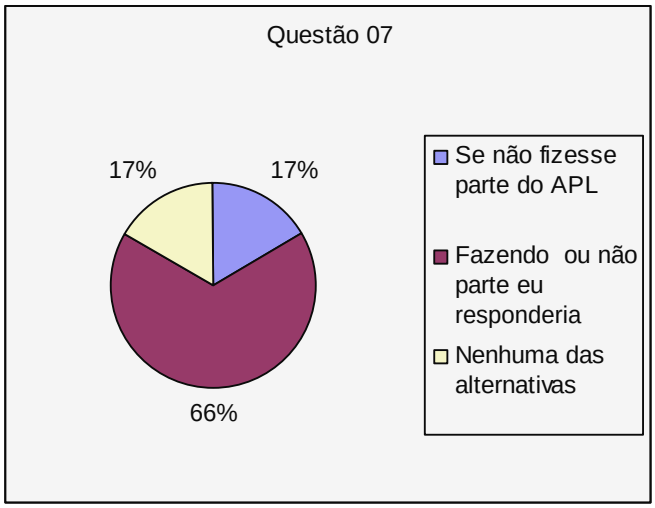


Gráfico n 11: Em que circunstancias não responderia o questionário

No desenrolar da pesquisa, reafirma-se, gradativamente, o caráter da intervenção econômica e política que os empresários esperam por parte do governo, fazendo com que sua empresa adquira cada vez mais competitividade (o que é normal). Evidencia-se isso quando foi perguntado sobre a freqüência da participação dos empresários nas reuniões ou palestras do APL. Quarenta e dois por cento não participam com freqüência. Trinta e três por cento participam sempre. Vinte e cinco por cento responderam: “eventualmente”; “não participo do APL”; “deixei de participar por motivos extraordinários”.

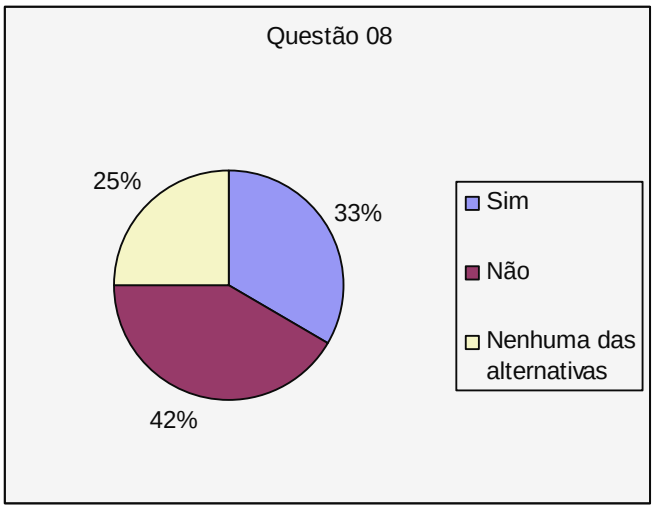


Gráfico 12: Participa das reuniões e ou palestras do APL?

Para cinqüenta e sete por cento dos empresários, a “maior vantagem” do arranjo produtivo é aumentar a competitividade e elevar os lucros. Entende-se que ser competitivo não é sinônimo de obtenção de lucros, mas a última palavra é a que mais cativa às pessoas. Duas pessoas responderam simultaneamente: aumentar a competitividade das empresas elevando lucros e aumentar os laços de cooperação e afetividade entre os empresários. Um destes ainda complementou com o seguinte: “Tornar nacionalmente conhecido o seguimento regional; ter a ajuda de órgãos que tem o respaldo do governo; a troca de informações”. Quatorze por cento responderam “nenhuma das alternativas apresentadas” , justificando o seguinte: “Não faço parte do APL”; e “O APL deve visar, especialmente, divulgar o produto objeto da sua existência, atraindo público alvo, portanto, sua maior qualidade é de viabilizar o aglutinamento da rede produtiva específica.

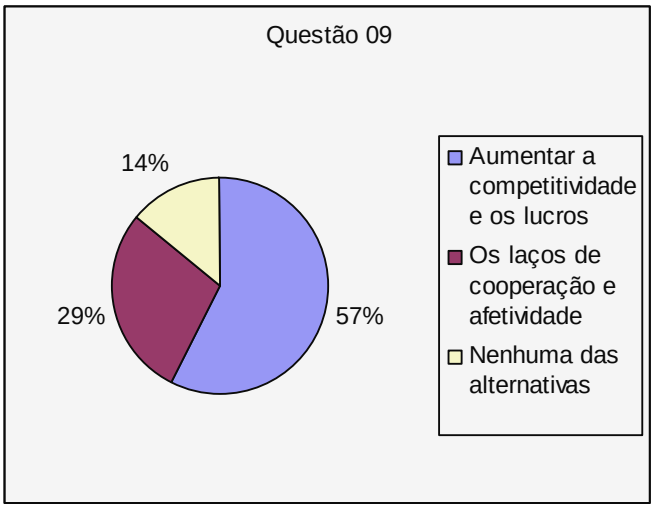


Gráfico 13: Maior qualidade do APL

Para dezessete por cento, a maior desvantagem do arranjo produtivo é ter que repassar suas informações e resultados obtidos. Outros dezessete por cento temem não dar certo o APL, aí seus concorrentes se beneficiarão das informações passadas outrora, prejudicando seus negócios futuramente. Duas pessoas não responderam. Sessenta e seis por cento selecionaram o item “nenhuma das alternativas”, desses, três pessoas não justificaram o porquê da escolha. Os demais (5 pessoas) escreveram: “Não vejo desvantagem no APL”; “Se funcionar como deve funcionar um arranjo produtivo local, não há desvantagem”; “ Acho que é uma grande confusão pensar que o APL é para troca de experiências entre os empresários: é sim, para destacar a especialidade, no caso, Esquadrias de Madeiras”. Outra resposta chama a atenção quando é dito: “No caso dos mais pequenos, que é o meu caso. Quando há uma feira ou coisa parecida sempre estamos financiando os mais grandes”; Para outro representante “Se metas e objetivos forem sendo delineados, todos terão vantagem em participar”.

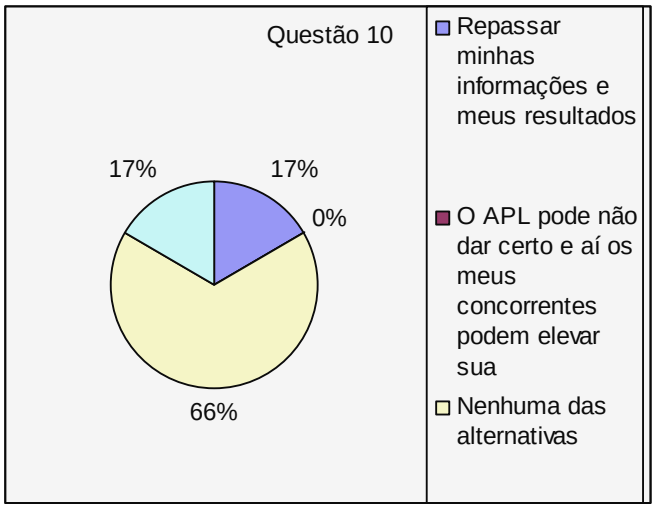


Gráfico 14: Desvantagem do APL

Após responderem as perguntas realizadas, os representantes das empresas poderiam preencher um espaço vazio deixado logo abaixo da última questão, com o que se dispusessem a comentar. Seis pessoas não o utilizaram.

Dos seis que responderam, extraímos o que a nosso ver é o reflexo do que está acontecendo com esse arranjo produtivo local. Um dos representantes escreve o seguinte: “Nosso APL da região está passando por várias dificuldades, a ponto de sucumbir. E o principal problema é a colaboração do nosso empresariado. Nossos empresários se queixam e dizem não acreditar do APL. Mas estes mesmos têm até preguiça de ir em uma reunião, sem falarmos no pensamento retrogrado de cada um (falta de cooperativismo). O problema na verdade é cultural!”. Parece que os empresários estão acostumados a trabalhar individualmente.

Outro representante escreve: “Vejo como fundamental o real engajamento dos empresários madeireiros para o sucesso do APL, como ocorre em outras localidades; sabe-se, também, que alguns sempre terão que dispensar maior empenho, conforme suas expectativas e visão **negocial.**[114] No entanto, há que se ter muita cautela, principalmente por parte do SEBRAE e do poder público, para que alguém não se arvore ser “o dono” do APL, mais preocupado em destaque na mídia do que com efetivo resultado. E isso já pode ocorrer desde o começo das atividades para a implementação do programa.”

[114] Foi escrito à caneta ficando legível as seguintes letras NE?OCIAL. Acredita-se que seja a letra G.

Surgem expressões que sugerem um descontentamento, como essa, “Gostaria que fossem disponibilizados cursos e palestras de mais qualidade, incentivo à pesquisa e desenvolvimento”. Ou ainda, insatisfação com a situação atual que se encontram os envolvidos, vejamos: “O que queremos do APL: A excelência do setor, qualidade, padrão, diversidade de produtos. Cooperação e doação do grupo, conhecimentos entre as empresas, integração das entidades locais, etc”.

Alguns demonstram perseverança e dizem: “Acreditamos que parcerias e ações conjuntas proporcionam melhores condições, tornando as Empresas mais competitivas”, ou ainda, “Acredito que neste cenário econômico atual uma das maiores preocupações do APL da madeira é com questões comerciais, tendo em vista a grande concorrência ofertando produtos muito similares a preço muito baixo. Visto isso, se faz necessário uma organização do setor; para que juntos consigam buscar mercados certos, promovendo lucratividade e desenvolvimento para a região”.

Ao analisar os questionários individualmente, começam a surgir situações interessantes:

“Acho que a principal vantagem do APL é a troca de experiência e informações; mais focados em assuntos comerciais e mesmo técnicas”, mas, ao responder qual a maior **desvantagem** do APL, o representante da empresa responde: repassar informações precisas sobre a minha empresa e os meus resultados obtidos. Ele quer receber, e não repassar conhecimentos.

Ao se perguntar o que o faz participar do APL, o funcionário responde: “fazer com que a empresa adquira competitividade”. Logo em seguida, pergunta-se, “Você sabe o que é e quais os objetivos do projeto de APLs do Sebrae?” Ele responde: **“Não”.**

Em outro momento, pergunta-se qual a maior qualidade do APL, o dono da empresa responde: “Os **laços de cooperação e afetividade** entre os empresários.” Ao responder a maior **desvantagem,** ele diz: “No caso dos mais pequenos, que é o meu caso, quando há uma feira ou coisa parecida **sempre estamos financiando os mais grandes**”.

Aqui, acreditamos ter argumentos que confirmam a falta de cooperação (entre as pessoas do APL) que tem suas raízes já no processo de ocupação e povoamento das Gêmeas do Iguaçu. Entendemos que isso não foi diagnosticado pelos

responsáveis do projeto APL de Porto União da Vitória. O povo do território do APL não está preparado para trabalhar com cooperação. É fundamental investir na questão política da sua formação..

No dia 02 de fevereiro de 2007, aplicou-se um questionário ao representante do grupo gestor do arranjo produtivo local com intuito de verificar como ocorre a relação entre os seus integrantes. Em contato com o representante do grupo percebe-se a sua “angústia” ao dizer que o grande problema é reunir o empresariado. A **sua fala ratifica** o que extraímos com o questionário aplicado nas empresas. A parte empírica da pesquisa serviu para provar aquilo que a história e a geografia deste território construíram, ou seja, pessoas com dificuldades de cooperar no que cerne o espírito da doação a um grupo cuja finalidade primeira era essa.

Conforme o que colhemos de informações, os integrantes do grupo gestor do arranjo produtivo são: “Associação Comercial de Porto União e União da Vitória, Banco do Brasil S/A, SEBRAE, IEL, SESI, SENAI, Sindicato Patronal da Madeira, Prefeituras de União da Vitória e Porto União, FACE/UNIUV, UNC e empresários do setor madeireiro”. Esses, e os empresários locais, seriam os integrantes do fórum distrital. Extraímos que as atividades desenvolvidas pelo SEBRAE estão voltadas a assessoria em elaboração de projetos e logística. Ao “IPARDES compete o levantamento de dados e a elaboração dos projetos em andamento ou a serem desenvolvidos”.

Para reunir o empresariado, são realizados convites para reuniões de trabalho de seus interesses; são esporádicas, em conformidade com os trabalhos e projetos em andamento. O tipo de palestras e/ou temáticas abordadas nas reuniões visam promover resoluções de problemas técnicos-gerenciais, com o intuito de incrementar a competitividade e promover a cultura exportadora empresarial. Isso confirma a proposta do SEBRAE.

Conforme o representante do grupo gestor, o envolvimento dos empresários nas reuniões se dá “Através das ações empresariais, estruturais e sistemáticas, aos vínculos associativos entre os empresários do setor, desenvolver alternativas de suprimento de madeiras e comercial”.

Apresentamos, a seguir, o que foi desenvolvido no APL nas primeiras reuniões. Isso é o que consta nos Boletins que foram divulgados:

O primeiro do dia 15/08/2005 aborda assuntos relativos a:

IIº ENCONTRO NACIONAL DO APL

a) APL DA MADEIRA ESTARÁ PRESENTE EM FEIRA DE BELO HORIZONTE
b) FEIRA CONSTRUIR – RIO DE JANEIRO
c) FUNDIÇÃO TUPY DE JOINVILLE PARTICIPA DE PROJETO DIRIGIDO AO APL DA MADEIRA DE NOSSAS CIDADES.
d) RODADA DE NEGÓCIOS COM EMPRESÁRIOS DO PARÁ
e) APL DA MADEIRA PREPARA CENSO DO SETOR.

Segundo Boletim divulgado no dia 23/08/2005:

a) *Showroom* do APL da madeira no aeroporto de Curitiba encerra com saldo positivo para a economia de Porto União da Vitória.
b) Técnico do MDCI – Ministério do desenvolvimento da Indústria e Comércio do Exterior vem fazer palestra sobre APL.
c) Divulgação da realização do Censo da madeira nos municípios de União da Vitória e Porto União.
d) Informativo sobre a rodada de negócios a ocorrer no Pará.
e) Apl da madeira depende da adesão de empresários dos municípios.

Terceiro Boletim, divulgado no dia 22/09/2005:

a) APL da madeira já tem seu próprio site.
b) Técnicos e imprensa conhecem experiência do APL da madeira.
c) Governo quintuplica multa por desmatamento em reserva legal.
d) Associação comercial e SEBRAE promovem mais uma edição do EMPRETEC (um programa formatado a partir de uma parceria da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Sebrae, através de uma pesquisa em 34 países para identificação de comportamentos e características comuns existentes entre empresários de sucesso reconhecido.)
e) Doações ambientais podem ter redução de IR.

Quarto Boletim, divulgado dia 26/09/2005:

a) APL da madeira agora no aeroporto de congonhas.

b) Palestra motivacional e seminário empresarial.
c) Embrapa florestas.
d) Palestra apresenta programa da ONU para empresários.
e) SEBRAE vai apoiar linhas de crédito do BNDS

Quinto Boletim, divulgado dia 10/10/2005:

a) 18 indústrias participam do *showroom* do aeroporto de Congonhas.
b) Paraná tem 22 APLs detectados.
c) Programa de capacitação empresarial ACEUV-ACIPU para o mês de outubro de 2005: **1 - Liderando Sua Equipe de Trabalho; 2 – Palestra Motivacional e Seminário Empresarial; 3 – EMPRETEC - Programa da ONU Para Empresários.**
d) TECMAD 2005 – II Ciclo de palestras sobre tecnologia da madeira.

Sexto Boletim, divulgado dia 31/10/2005:

a) É grande a repercussão do *showroom* em Congonhas;
b) Núcleo de esquadrias de madeira foi destaque na XV convenção da FACIAP em Foz do Iguaçu.
c) Indústrias do APL da madeira participam de palestra motivacional e seminário empresarial.
d) Índice de preços da madeira – setembro de 2005.
e) Curso sobre restauração de áreas degradadas.
f) Fórum Futuro 10 Paraná.

Sétimo Boletim, divulgado dia 02/12/2005:

a) APL mostra ações realizadas no ano de 2005 e Programação para 2006.
b) APL da madeira em parceria com o centro empresarial de Porto União da Vitória promove peça de teatro para encerrar o ano.
c) Madeireiros do Pará e de Curitiba participam de rodada de negócios em nossas cidades.
d) Santa Catarina desenvolve secagem de madeira a gás natural.

Questionamos sobre a data de inicio e de término do projeto APL, foi respondido: “Agosto de 2004 e não há termino, são inúmeros projetos realizados” Não foi dito quais seriam esses “inúmeros projetos”, mas, analisando o que é divulgado, acreditamos que ele está se referindo ao que consta no Plano de Desenvolvimento Integrado do Arranjo Produtivo da Madeira de Porto União da Vitória (PDI), que tem como *objetivos*: promover a competitividade das empresas do APL da madeira de Porto União da Vitória, através da inserção em novos mercados, desenvolvimento da cadeia de suprimentos e promoção da inovação, gerando a sustentabilidade e a lucratividade. O foco estratégico é: Ampliar as vendas das empresas participantes do projeto; fortalecer os vínculos associativos entre os empresários do setor; Atuar na melhoria do sistema de gestão das empresas; desenvolver alternativas de suprimentos de madeira. Os resultados esperados são: aumentar em 15% o volume físico de vendas até 2008, das empresas participantes, sendo: 5% no ano de 2006, 5% para 2007 e 5% para 2008; Elevar em 5% a produtividade da mão-de-obra até 2008, sendo 2% no ano de 2006, 2% no ano de 2007 e 1% no ano de 2007; reduzir em 40% o número de acidentes de trabalho até o ano de 2008, sendo: 20% em 2006, 10% em 2007 e 10% em 2007.

Perguntamos se houve ou estão ocorrendo melhorias no setor madeireiro após a institucionalização do projeto, a resposta foi “sim”, porém, não foi dito quais melhorias. Acreditamos que as “melhorias” que ocorreram está em torno do que é divulgado no PDI da madeira das Gêmeas do Iguaçu, como, por exemplo, ciclos de palestras, seminários, apresentação de *showroom* em aeroportos, elaboração do PDI, entre outros. Destaca-se a criação (em fase de conclusão) do laboratório da madeira do Centro Universitário da Cidade de União da Vitória – UNIUV, que conta com o aporte de 2,3 milhões de reais para sua construção.

Foto 3: Laboratório da madeira
Fonte: Ipardes

Ao perguntamos quem foi responsável pela delimitação territorial do arranjo produtivo local e por que se optou por ela, a resposta foi: “União da Vitória e Porto União”. Julgamos que a resposta foi insuficiente. Pelo que estudamos, essa seria a incumbência da equipe que identificou e caracterizou os APLs do Paraná, cujo coordenador foi Wilson Suzigan, e do IPARDES, como afirma o representante do grupo gestor de União da Vitória ao falar das atividades desenvolvidas por esse instituto: “[...] levantamentos de dados e a elaboração dos projetos em andamento ou a ser criados”.

Nessa questão, foi deixado um espaço em branco para considerações que julgassem importantes, mas ele não foi utilizado.

4.4 ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

> Cinqüenta anos de políticas públicas em favor do desenvolvimento territorial na América Latina produziram uma rica experiência para estudos acadêmicos, mas escassos resultados práticos [...] (SÉRGIO BOISIER).

O programa de desenvolvimento de distritos industriais, conhecido como **Projeto Promos/Sebrae/BID** realizou, em Brasília, nos dias 20 e 21 de novembro de 2006, um seminário de seu encerramento. Por quatro anos, desde 2002, o Projeto Promos/Sebrae trabalhou a realidade de quatro arranjos produtivos locais brasileiros (inspirado no modelo dos distritos industriais italianos) num trabalho realizado em parceria com a Câmara de Comércio, Artesanato e Indústria de Milão. Esse modelo de desenvolvimento territorial se disseminou pelo Brasil, e hoje é trabalhado em todos os estados brasileiros, através do SEBRAE.

4.4.1 - O caso de Porto União da Vitória

As opiniões constantes no texto pertencem ao autor e não representam necessariamente as opiniões das pessoas e instituições consultadas no curso da pesquisa. O trabalho é calcado na análise do projeto APL do estado do Paraná, realizando-se um estudo de caso do arranjo produtivo local da madeira de Porto União da Vitória.

Fundamental para o entendimento do desenvolvimento e aplicação de um projeto de desenvolvimento econômico é o livro “Projetos de Desenvolvimento” de Hirschman (1969), que analisa os sucessos e fracassos de tais projetos em vários países, como, Brasil, Índia, Paquistão, Uruguai, Peru, entre outros.

> Os projetos, por conseguinte, constituem aspectos privilegiados do processo de desenvolvimento. E foi a certeza de que o modo como são executados justifica exame atento que me levou a empreender o presente trabalho (HIRSCHMAN, 1969, p.13).

Sem a pretensão de analisar países, porém não menos louvável, analisa-se a aplicação de um projeto de descentralização industrial em um território específico. De Hisrchman, assim como de Boisier, extraímos que um diagnóstico falho leva a falhas na execução do projeto. Do primeiro autor encontra-se o alerta sobre a *Mão Oculta*, sendo um princípio baseado na ocultação de incertezas e dificuldades prováveis de tarefas ou etapas a serem desenvolvidas. A *Mão Oculta* constitui um

modo de induzir à ação através do *erro*, constituindo, este, a subestimação dos custos ou dificuldades do projeto[115].

> Os dois servos da Mão Oculta – a técnica da pseudo-imitação e a técnica do programa pseudoglobal – complementam-se perfeitamente: o primeiro apresenta os projetos como menos difíceis do que são, enquanto o segundo dá aos planejadores a ilusão de que possuem mais perspicácia sobre as dificuldades do projeto que têm realmente. Ambas as técnicas servem de muletas à autoridade que decide, permitindo-lhe seguir adiante numa fase em que não adquiriu confiança suficiente em suas capacidade de solucionar problemas e fazer uma avaliação mais realística das possíveis dificuldades do projeto e dos riscos envolvidos (HIRSCHMAN, 1969, p.37).

Quando não se consegue esconder os problemas que os projetos apresentam e os seus atores estão sofrendo de falta de confiança para executá-los

> As dificuldades (isto é, os custos) parecerão maiores do que são na realidade e a única maneira restante que pode induzir à ação em projetos perfeitamente exeqüíveis será a superestimação dos benefícios possíveis – precisaremos, por assim dizer, de uma lente de aumento que substitua a mão que ocultou custos e dificuldades. Destarte, a mesma enfermidade básica, isto é, a falta de confiança na capacidade de solucionar problemas, exige tratamento, seja atenuando as dificuldades, seja exagerando as expectativas sobre o futuro rendimento do projeto[116] (HIRSCHMAN, 1969, p.41).

O desenvolvimento de um projeto de desenvolvimento territorial está sujeito a essas situações. A falta de um estudo da realidade (diagnóstico) onde o projeto será ou está sendo aplicado pode ser *benéfico* ou *maléfico*. Hisrchman (1969) cita o caso de uma fábrica de polpa de madeira no Paquistão que dependia basicamente do bambu. No período de rebrota dessa espécie, a empresa ficou sem essa matéria prima, pois se sabia que a floração do bambu produz a morte da planta, seguida de regeneração a partir de sementes e não como habitualmente de rizomas. Mas não se sabia que o bambu que morre em flor era inconveniente para a fabricação da

---

[115] Ao analisar o desenvolvimento de projetos de desenvolvimento econômico em países subdesenvolvidos, Hisrchman diz que o sucesso deles pode ocorrer ao acaso (Mão Oculta) ou simplesmente não ocorrer. Para ele, é menor a necessidade nos países desenvolvidos de ocultar a incertezas e dificuldades prováveis de tarefas em perspectiva do que nos países subdesenvolvidos, onde se carece de confiança na criatividade própria.

[116] Para o autor, a Mão Oculta ou, na sua ausência, a exageração dos benefícios, foi considerada meio útil para enfrentar enfermidades específicas e temporárias de certas sociedades, isto é, o conhecimento deficiente pelo homem de sua própria capacidade de solucionar problemas. A extravagância das promessas de benefícios futuros desempenha papel útil nos projetos que exigem difíceis decisões iniciais, seja uma mudança de instituições existentes, seja nos sacrifícios fiscais exigidos de todos ou de parte dos cidadãos.

polpa de madeira porque se desintegra ao descer flutuando no rio. Outra notícia ruim foi saber que, uma vez terminada a floração, alguns anos se passam antes que os brotos cresçam até atingir o tamanho conveniente à exploração comercial. Assim, a empresa viu-se na tarefa de descobrir novas fontes de matéria prima. Soluciona-se o problema com a importação de polpa e, a partir de então, se começou a investir em outras fontes de matéria-prima. Esse é um caso em que houve uma falha de não diagnosticar o problema inicialmente, mas, posteriormente, tornou-se benéfico por ter sido sanado o problema e ainda descobertas fontes alternativas.

A aprendizagem que extraímos é que, em projetos de desenvolvimento econômico, não se pode contar com a sorte. Dizemos o mesmo para o desenvolvimento territorial. No exemplo citado, caso não fosse encontrada uma solução, iria ocorrer a falência do empreendimento. Vale assinalar que os percalços que emergem quando da execução podem ser sanados, mas isso já demonstra uma falha no diagnóstico que não previu essa situação.

Boisier (1999), já é mais direto que Hirschman e diz que, num projeto de desenvolvimento econômico, o diagnóstico (modelo mental) é fundamental para o sucesso deste. Se o diagnóstico é *falho*, o projeto (modelo real) já começa com *falhas*. No caso dos projetos da América Latina, ele diz:

> Os modelos reais de desenvolvimento regional ou territorial, em sentido mais amplo, foram construídos de acordo com três processos: (1) a regionalização dos países; (2) a descentralização dos sistemas de decisão públicos e privados; (3) o próprio desenvolvimento das regiões, supostamente descentralizado por definição. Pode-se dizer que o primeiro desses processos fracassou por completo; o segundo ainda não se configurou e a cultura centralizadora ainda domina a vida na América Latina; e o terceiro ainda é raramente adotado (BOISIER, 1999, p.310).

No caso do arranjo produtivo local das Gêmeas do Iguaçu, afirmamos, que ampliar o recorte territorial (que é trabalhado atualmente pelo APL da Madeira) é quebrar as barreiras impostas por políticas estaduais que barram o desenvolvimento territorial, uma vez que, um território histórico e geograficamente construído não é limitado por fronteiras políticas. Longe de ser um entrave administrativo e econômico, esses territórios são alternativas para o desenvolvimento socioeconômico. As divisas políticas não devem interferir no processo de desenvolvimento territorial.

Nas Gêmeas do Iguaçú, não se deve olhar só para os empresários e sim para a sociedade como um todo, uma vez que ela está envolvida nesse projeto. Que tal se fosse convidado para reuniões representantes de sindicatos, comunidade, presidentes de bairros, pastores, padres, professores, acadêmicos etc?. Reunir diferentes sujeito sociais é uma maneira de atingir a sociedade desse território e mostrá-los a importância da valorização do desenvolvimento territorial e os beneficios que serão gerados em cadeia. Não devemos esquecer que a religiosidade foi marcante na história desse território, chegando até mesmo a consolidadar o catolicismo pregado pela igreja católica e um *catolicismo rústico* pelos monges que percorriam esses supostos vazios demográficos. Por isso, precisamos de representantes de igrejas. Os professores enquanto formadores de opiniões atingirão aos alunos que serão os empresários e funcionários. Os representantes de bairros e acadêmicos farão o mesmo. Cada representante, como foi citado, atingirá uma parcela significativa de pessoas, e deste modo, contribuirá a sua maneira. Essa preocupação não existe no APL das Gêmeas do Iguaçu, como foi visto nos Boletins divulgados pelo grupo gestor.

Na composição do fórum distrital, não foi mencionada a participação de membros representantes da comunidade, o que seria o recomendável, além de transmitir a sensação de credibilidade e confiança que deve haver no grupo; A Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória - FAFI-UV, que poderia contribuir através dos cursos de Geografia e História, para a delimitação e formação social e econômica do território, sequer foi avisada de tal projeto, o que em nossa análise é considerado uma falha grave, uma vez que não temos dados significativos, divulgados, que mostrem a eficácia desses levantamentos realizados pelo IPARDES ou outros órgãos e institutos envolvidos. Não verificamos a participação de universidades estaduais ou federais. Não se contesta a eficiência dos envolvidos no projeto, isto sim, a falta de um grupo interdisciplinar para sanar problemas tão visíveis.

Como divulgado nos Boletins, existe uma grande preocupação em participar de rodada de negócios, descobrir novas técnicas de uso da madeira e com a questão ambiental (isso devido a intensificação da fiscalização por parte de órgão como o IBAMA, IAP, FATMA). Não se fala nos envolvidos ou em ações para atraí-los para reuniões. Parece que a grande preocupação é vender, obter lucro e, se possível, preservar o meio ambiente.

Com relação a metodologia de atuação em arranjos produtivos locais, verifica-se que o SEBRAE/UF está estruturado em três eixos principais, sendo eles: Eixo 1: Dinâmica de Distrito, Eixo 2: Desenvolvimento Empresarial e Organização da Produção e o Eixo 3: Informação e Acesso a Mercados.

Aqui entra um ponto fundamental para o nosso estudo, justamente quando é dito o seguinte:

> A INTENSIDADE[117] de trabalho em cada eixo deve variar de acordo com o planejamento, os diagnósticos elaborados pelos executores do programa e pela demanda dos AGENTES[118] locais. Esses fatores determinarão as principais atividades que devem ser desenvolvidas em cada APL e serão tão distintas quanto forem os pólos entre si. Assim, a equipe de projeto, juntamente com a governança local, deverá ter sensibilidade para verificar quais eixos estão menos desenvolvidos e devem ser priorizados (SEBRAE, 2004, p.39).

A citação é fundamental porque se trabalha com a hipótese de que houve uma falha no diagnóstico do APL da Madeira das gêmeas do Iguaçu ao não ser trabalhado ou identificado com clareza a formação territorial deste APL. Defende-se que o recorte espacial trabalhado hoje é insuficiente para dar conta dos objetivos de um arranjo produtivo local e também que o IPARDES e SEBRAE paranaense não sabem, ou fazem "vista grossa" para o tipo social que se conformou neste território.

Nesta ótica, o eixo 1 (Dinâmica de um Distrito) é à base dos dois outros. Nele trabalham-se os fundamentos de natureza interativa do desenvolvimento daquele setor econômico, atingindo, de forma ampla, o contexto social e institucional do território. As instituições que atuam sob a inspiração de fundamentos técnicos, em áreas como formação de mão-de-obra, regulação da base legal das empresas, organização da sociedade civil, e o poder público, de forma geral, todos devem envolver-se de alguma maneira. O trabalho, nesse eixo, visa gerar iniciativas de aperfeiçoamento dessa interação social, nos diversos vetores conectados com o setor empresarial em questão. Coloca-se, então, o tema da boa governança[119].

---

[117] Quantidade de recursos humanos, voluntários ou profissionais, envolvidos num determinado momento de um processo.

[118] O que cuida de negócios por conta alheia; o autor, o promotor; o que dirige; empresa ou pessoa que atua no mercado.

[119] Para o SEBRAE (2004), a governança está associada à: 1- qualidade das lideranças empresariais, políticas, sindicais, e sua relação com os problemas das empresas; 2- construção de centros tecnológicos prestadores de serviço – estruturas que as empresas não poderiam suportar de forma isolada, que cumprem o papel que os núcleos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e recursos

> O trabalho em Dinâmica de Distrito garante conteúdo institucional ao Programa, com a criação de um FÓRUM DISTRITAL[120] de gestão do arranjo, composto por representantes do setor produtivo, do setor público, de entidades de classe, ONGs e demais instituições representativas da região. Esse fórum permite construir, paulatinamente, uma consciência coletiva com o objetivo de estabelecer o reconhecimento e a visualização do território do APL como um todo, definindo a atuação e a importância dos seus diversos atores, fomentando sua organização e definindo os critérios e as rotinas de participação coletiva (SEBRAE, 2004, p.42).

Conforme reconhecimento do próprio SEBRAE (2004), o planejamento participativo é o principal instrumento social para o desenvolvimento do APL, incluindo no processo todos os atores capazes de assegurar uma representatividade ampla. Esse trabalho de inclusão tem como objetivo alargar o fórum de participação, de modo a criar procedimentos de consulta social e intersetorial, garantindo maior representatividade e produtividade das reuniões. A experiência mostra que essa dinâmica é capaz de produzir diagnósticos cada vez mais apurados do APL, focalizando suas potencialidades e dificuldades, interligando aspectos econômicos, sociais, políticos e institucionais. Com isso, é possível alcançar níveis superiores de capital social e associativismo, capazes de gerar novas políticas públicas e ações coletivas coordenadas.

A experiência das Gêmeas do Iguaçu está mostrando uma preocupação maior com os eixos 2 e 3. Mesmo o SEBRAE dizendo que no processo de desenvolvimento do APL os três eixos são trabalhados simultaneamente, percebe-se que isso não ocorre. Talvez até pelo caráter emergencial, tecnologias, técnicas e busca por mercado o eixo 1 (fundamental) está sendo esquecido.

No eixo 2 (Desenvolvimento Empresarial e Organização da Produção) são abrangidos os temas mais conhecidos e mais bem desenvolvidos teoricamente: os assuntos relativos à produção e à produtividade, em termos quantitativos e qualitativos. Trabalha-se tudo que constitui o fundamento da produtividade física da empresa.

---

humanos desempenham nas grandes empresas; 3 – Gestão de recursos naturais, com vistas a uma conservação adequada das condições ambientais, garantindo que a atividade produtiva não se tornará destrutiva da qualidade ambiental; 4- geração de solidariedade, confiança mútua e atenção para com os problemas sociais; e 5 – construção de atitudes positivas no rumo do desenvolvimento técnico, tecnológico e econômico.

[120] É um amplo espaço de debate, análise e concepção de estratégia, iniciativas, projetos e avaliação de resultados de um APL; A regra básica de um fórum é a democrática: o mérito é submetido ao juízo público; a voz de cada um tem o valor que lhe atribui a instancia coletiva, o voto de cada um tem o valor unitário.

> Entram em cena as questões da eficiência tecnológica, da qualidade, do *design* e da logística, requisitos essenciais à geração de uma relação qualidade/preço que viabilize o crescimento de mercado. Trabalhar esse eixo é trabalhar o gerenciamento das empresas de forma ampla. Custos, recursos humanos, produção, fluxo de caixa, tecnologia e finanças, estão entre os problemas em jogo. Não é possível empreender a melhoria dos processos produtivos sem investimento em formação gerencial. Programas de qualificação de gestores, de enriquecimento e ampliação do capital humano das empresas, de formação profissional, de empreendedorismo e de aprimoramento de processos burocráticos visando alcançar maior eficiência, são algumas das iniciativas essenciais para a melhoria dos processos produtivos (SEBRAE, 2004, p.42).

Aqui a cooperação deve funcionar para que objetivos do APL sejam cumpridos como, por exemplo, adquirir insumos, trocas de informações técnicas sobre produtos, entre outros.

No eixo 3 (Informação e Acesso a Mercados) é incluído tudo que está sendo relacionado a venda do produto.

> Aqui, aloja-se o problema da agregação de valor ao faturamento das empresas, de forma individual e coletiva. O que impõe a necessidade de conhecer: (1) o mercado, seu *modus operandi*, os interesses dominantes, secundários e emergentes; (2) as avaliações sobre a qualidade do produto vendido e do pós-venda das empresas do APL; e (3) os concorrentes, seus interesses e sua capacidade em termos de produtos, preços e serviços. Trata-se, portanto, de construir uma visão do posicionamento competitivo do arranjo (SEBRAE, 2004, p.43).

Neste eixo, entram as questões ligadas à venda do produto, ao marketing, às exposições em feiras, enfim, à comercialização e busca por novos mercados.

Além dos eixos, o SEBRAE (2004), fala nos vetores de atuação, sendo constituído por três bases: ações, metas e atitudes[121]. Por meio dele, dá-se a diferença dos trabalhos em cada um dos eixos. Ou seja, em um mesmo APL, vetores diferentes de atuação ocorrem simultaneamente, seja pela diferença de eixo, seja pela diferença da profundidade da abordagem.

Ações: são todas as modificações e os movimentos que deverão ser realizados para a efetiva implementação de um objetivo do programa. As ações são proposições concretas e específicas, executadas pelos participantes diretos ou indiretos do programa, em ordem crescente de complexidade.

---

[121] O exemplo dado pelo SEBRAE (2004) é o seguinte: em um eixo é possível, simplesmente promover ações, como por exemplo, palestras e cursos sobre associativismo no eixo Dinâmica de Distrito. Já no eixo Desenvolvimento Empresarial e Organização da Produção, esse tipo de ação não seria indicado, e sim a presença de consultores na fábrica trabalhando em mudanças de atitude na gestão de custos.

Atitudes: As atitudes são os comportamentos, procedimentos, processos e rotinas que os atores deverão incorporar no cotidiano de suas atividades e relações, de modo recorrente e sistemático, para garantir que as ações realizadas sejam mantidas e produzam os resultados esperados, tornando-se parte do movimento geral dos atores no território.

Metas: As metas são os planos, programas e projetos decorrentes das ações cometidas, sustentadas pelas novas atitudes, elaboradas pelos atores, objetivando consolidar os processos e a sustentabilidade do programa.

O objetivo do SEBRAE é que sejam atingidos nove focos (em negrito) simultâneos com esta forma de trabalho.

Tabela 1:Objetivos do SEBRAE

Eixos/vetor	Dinâmica de Distrito	Desenvolvimento Empresarial e organização da produção	Informação e Acesso a Mercados
Ações	Participação	**Gerencia Financeira e de Produção**	**Análise e Prospecção de Mercado**
Atitudes	Inclusão	**Qualidade e certificação**	Competitividade
Metas	**Lucidez**[122]	Produtividade	**Internacionalização**[123]

Tabela modificada da sua forma original (SEBRAE, 2004, p.45).

Os resultados esperados através destes nove focos trabalhados simultaneamente podem ser visualizados no quadro abaixo:

Tabela 2: Eixos

Eixo 1	Desenvolvimento de um fórum Distrital	Fortalecimento da cultura associativa	Criação de centros de serviço
Eixo 2	Melhoria da gestão empresarial	Aumento da produtividade	Melhoria da qualidade dos produtos
Eixo 3	Acesso a novos mercados	Internacionalização do APL	

Tabela elaborada a partir de dados do SEBRAE, 2004.

[122] Capacidade de uma coletividade construir o discernimento de seu lugar histórico, do contexto presente e dos cenários futuros possíveis para o seu desenvolvimento e existência.
[123] É a inserção da empresa no mercado externo

Saquet (2003), ao escrever sobre o desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS), nos traz elementos importantes para nossa análise sobre a formação territorial do APL das Gêmeas do Iguaçu. Saquet afirma que os italianos que chegaram em Silveira Martins e no Rio Grande do Sul no final do século XX, não conheciam a língua oficial da Itália, recém unificada. Falavam o dialeto de cada comuna de origem. Por isso, os que tiveram a possibilidade de viajar juntos, procuraram adquirir lotes de terras próximos uns dos outros, o que foi dificultado pela forma de *distribuição* dos lotes rurais, por linha, até que eles acabassem no sentido Norte-Sul ou Sul-Norte. Os italianos tinham essa preocupação de vizinhança porque estavam acostumados com isso na Itália. Saquet (2003), parafraseando Azevedo, diz que a unificação da Itália não aboliu os sentimentos *localistas* e *regionalistas*. Assim, os italianos não se *sentiam italianos,* mas vicentinos, veroneses, entre outros, constituindo, assim, suas identidades e territórios culturais.

Cabe lembrarmos que o território do arranjo produtivo local da madeira é constituído por um magma de etnias (alemães, italianos, poloneses, ucranianos, etc.). Percebe-se que a prática da cooperação é mais comum entre os integrantes de um grupo, do que entre esses grupos. Acredita-se que isso está ligado à própria reprodução do seu modo de vida da sua terra original, aqui, no Brasil. Ao falar da migração italiana para o Rio Grande do Sul, Saquet (2003), mostra que, apesar da forma de apropriação dos lotes rurais, eles conseguiram reproduzir na colônia, além de características de suas produções agrícolas e artesanais, elementos de seu *modo de vida cultural*, através da alimentação, das roupas, da religião e dos próprios dialetos, constituindo, no território local, territórios, a partir de suas diferenças, no processo de formação do território da Colônia Silveira Martins e, no Rio Grande do Sul, inerentes à lógica do capital e seus aspectos culturais. Saquet, ao analisar várias obras, mostra o papel da Religião Católica como a principal força que permitiu aos colonos a solidariedade para enfrentarem e superarem as diferentes dificuldades da vida cotidiana nas colônias italianas.

Chamamos a atenção para a importância da análise dos diferentes modos de vida reproduzidos por vários grupos étnicos no território do APL. É comum, no comércio desse território, o dono falar o idioma do país dos seus ancestrais, com a família ou conhecidos do mesmo grupo étnico (o mais comum é o Libanês), ou ainda nas áreas interioranas, como, por exemplo, falar em alemão, ucraniano, entre outros. Lembramos que os empresários não pertencem a uma única etnia. Acreditamos que

a religião pode ser uma das forças agregadoras desses grupos étnicos. Mesmo separados por diferentes modos de vida, a crença em Deus está em todos. Constatamos diversas igrejas que corroboram essa situação: Lar Espírita, Igreja Matriz – Paróquia Nossa Senhora das Vitórias, Igreja Luterana, Igreja Metodista, Igreja Evangélica Batista, Igreja Adventista, Igreja Ucraniana, Congregação Cristã do Brasil e outras tantas Igrejas Evangélicas presentes.

Percebe-se duas falhas que estão evidentes e já mostram que o projeto APL desses municípios precisa ser revisto. A **primeira** é o recorte territorial. Não está claro o porquê de se trabalhar com todos os municípios da Ansulpar e somente Porto União da AMURC, se os envolvidos, até o presente momento, são somente empresas de União da Vitória e Porto União. Quando é mostrado números de produtividade "regional" ou mesmo quando cita-se a cobertura vegetal, se fala uma tal região Irati-União da Vitória. Isso mostra que os próprios números não são dirigidos em específico ao APL. Isso mostra que não foi diagnosticado quais seriam os municípios que constituiriam um território.

A área do território do APL, trabalhada pelo SEBRAE/PR, é de 7.059 quilômetros quadrados, ficando assim distribuído entre os municípios que o compõem: Bituruna, 1215; Cruz Machado, 1478; General Carneiro, 1070; Mallet, 723; Paula Freitas, 420; Paulo Frontim, 369; União da Vitória, 720; Porto Vitória, 213 e Porto União com 851 quilômetros quadrados. A população inserida nessa área é de 166.715 pessoas. A densidade demográfica é de 24,3 habitantes por quilômetro quadrado. Embora exista essa delimitação territorial, fica evidente que é trabalhado somente com as empresas de União da Vitória e Porto União no projeto. As ações voltadas às melhorias no ramo madeireiro não abrangem os demais municípios.

Sugerimos que a delimitação do território do APL seja ampliada e que o mesmo deve ser visto dentro de suas dimensões econômicas, políticas e culturais. Para tanto, uma análise histórica geográfica é fundamental. Ao se trabalhar, simultaneamente, com municípios de Santa Catarina e Paraná, admitindo que eles apresentam similitudes, é dar um passo rumo ao entendimento, de que, quando se trata de desenvolvimento territorial, não podemos ficar presos às fronteiras políticas. Afinal, o povo brasileiro é um só. O recorte territorial deve ser pensado e estruturado, de modo que auxilie no desenvolvimento de projetos voltados a ele.

Em nossa análise, o recorte territorial (atual) do arranjo produtivo local deveria compreender, pelo menos, mais seis municípios de Santa Catarina, além de Porto

União. O território ficaria constituído da seguinte maneira: Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Mallet, Paula Freitas, Paulo Frontin, União da Vitória e Porto Vitória, do lado paranaense; e Porto União, Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Iriniópolis, Major Vieira, Matos Costa e Três Barras, no estado catarinense. Pode-se, ainda, do lado catarinense, inserir mais alguns municípios com as mesmas características que fora citado nos outros (chegamos a essa conclusão na fase final da dissertação), sendo eles: Calmon, Mafra e Timbó Grande. Mesmo que esses últimos não sejam inseridos como parte do recorte territorial, na pesquisa, verifica-se que poderiam fazer parte do mesmo.

Dito isso, o território do arranjo produtivo da madeira abrangeria um total de 10.726 quilômetros quadrados. Se inserirmos mais os três municípios catarinenses, teríamos 13.007 quilômetros quadrados. A população envolvida seria de 259.186 mil pessoas. A densidade demográfica ficaria na casa de 24,2 habitantes por quilômetro quadrado. Com Calmon, Mafra e Timbó Grande a população aumentaria para 322.977 pessoas e a densidade demográfica seria de 30,1 habitantes por quilômetro quadrado.

Afirma-se que existe um recorte territorial do APL da madeira das Gêmeas do Iguaçu, porém, ele não é trabalhado em todas as suas dimensões. A análise fica limitada aos municípios de União da Vitória e Porto União.

A **segunda** falha é não levar em consideração a formação social desse território. Não basta citar superficialmente alguns momentos históricos, mas sim, aprofundar os estudos sobre o que levou a eles e utilizar-se disso para entender o presente e criar estratégias de ação a serem seguidas. Quando questiona-se quem é o povo do território do APL deve-se ficar clara a resposta. Ora, num território marcado por conflitos pela posse da terra e poder, o mínimo que pode ser feito é compreender como isso ocorreu e quem eram os atores envolvidos. A consequência de não se conhecer esse povo está sendo sentida na atualidade. O grupo gestor do APL não consegue reunir todos os empresários para reuniões que seriam ou são de seu interesse. Dos escritos de autores como Tonon, Gaspari, Fagundes e Ribas, entre outros citados, e da pesquisa empírica, já temos argumentos suficientes para dizer que a cooperação não dar-se-á em um território que compreende historicamente submissão, privilégio de classes e coerção.

Constata-se que a atividade ligada ao ramo madeireiro nunca foi voltada, somente, para o atendimento dos mercados locais. Num primeiro momento, através

do Rio Iguaçu e posteriormente pela ligação ferroviária de São Paulo com o Rio Grande do Sul, tivemos a circulação desses produtos. Assim, as relações de circulação, comunicação de produtos e mercadorias nunca estiveram restritos ao espaço local. O povo que se instalou próximo à ferrovia veio com o intuito de viver a *modernidade*, logo, beneficiar-se dela, seja em atividades ligadas à madeira (corte, transporte, carregamento, etc.) ou em outra, como o comércio, que pudesse beneficiá-lo, direta ou indiretamente, desse fluxo de pessoas e produtos. Na atualidade, como foi mostrado, Porto União e União da Vitória continuam mantendo relações de circulação e comunicação de produtos e mercadorias com vários estados brasileiros, destacando-se São Paulo, Paraná e Santa Catarina e mesmo com outros países, como os Estados Unidos, Inglaterra.

Quando se trata da origem dos insumos utilizados, destacamos a participação do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Pará, Roraima, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, isso para a aquisição de colas, ferramentas, lâminas, entre outros. No que se refere à origem das máquinas, constata-se que elas são fornecidas pelo Brasil, Itália, Alemanha, Argentina, Estados Unidos da América e França. Essa dinâmica do local reagindo com a territorial, nacional e global é fundamental para se justificar a importância da primeira escala de análise. Entende-se que o local é o lugar onde ocorre a relação direta do meio natural com o homem. Para Saquet (2003,p.106)), “o lugar é fruto da vida cotidiana de um grupo social. É o conhecido, é onde se reconhece e se é reconhecido pelo outro; é identidade e relações de afetividade, é onde o geral se objetiva, onde acontece a apropriação e a produção do espaço e do território”.

A realidade é que o SEBRAE e o IPARDES com todo o seu histórico na atuação de apoio a empresários e ao desenvolvimento social e econômico estão enfrentando dificuldades em desenvolver esse projeto nesse território; é praticamente impossível que eles não saibam dos problemas existentes; disso pode-se tirar no mínimo duas considerações acerca disso a) **Primeira**, o projeto foi criado por questões políticas, ou seja, só para dizer que existe e fazer alguns “reparos” emergenciais que, pelo menos, acomodem um grupo de madeireiros que reivindicam leis ambientais menos “severas” para o ramo e a busca de novos mercados e técnicas, ou; b) **Segunda**, realmente eles não conhecem a área de estudo (o que parece mais plausível) e estão aplicando técnicas de melhoramentos na gestão,

novas tecnologias, entre outros, para ajudar a corrigir problemas que são conseqüências e não as causas do que se vive nesse território.

Uma das conclusões que se pode chegar no momento é que o APL das Gêmeas do Iguaçu não passa de um atendimento personalizado a um grupo de empresários (que mais participam), gerando discussões a cerca da madeira, técnicas de uso e comercialização do produto acabado. Ele não está contribuindo para o desenvolvimento territorial e sim para o fortalecimento de algumas empresas. Não é “culpa” dos empresários que participam, e sim desse projeto (se é que podemos chamar assim) que está fora da realidade em que ele está sendo implantado.

No caso do APL, o que se percebe é, um povo sem nenhum histórico de cooperação que deve exercê-la para que essa organização seja vista com bons olhos. A atividade de extração de madeira é, por si só, extremamente individualista e predatória, essa predação não sugere uma simbiose entre os envolvidos, pelo contrário, seria como se dois leões tivessem que disputar uma presa. Isso é mais propenso ao que Darwin chamou de evolução e seleção das espécies, cujo mais forte sobrevive, do que uma aceitação cordial entre os envolvidos.

Embora pareça uma análise que sugere o entendimento de que nunca haverá cooperação entre os sujeitos envolvidos, o que se quer mostrar é o contrário. Estamos dizendo que esse território deve ser estudado em todas as suas dimensões. Se isso não ocorrer, ficaremos esperando que alguns empresários apresentem resultados para que eles atraiam outros, e assim por diante. Se essa situação se confirmar, aqueles que conseguiram um tratamento praticamente personalizado pelo governo irão se impor como “os que deram certo”, pois abraçaram a causa, acreditaram e foram em frente. Eles reivindicarão ou exercerão influência sobre os demais.

A cultura é construída milenarmente. Não se deve esperar que medidas políticas apaguem o passado e reconstruam o presente como se nada tivesse ocorrido outrora. Da experiência de União da Vitória e Porto União, parte-se para a idéia de que a falha em um diagnóstico pode comprometer todo um trabalho. Na pesquisa, mostramos a falta do diagnóstico, nesse arranjo, e focamos nosso estudo na cooperação, mostrando que o projeto APL exige isso para “dar certo”, porém, os representantes do governo não atentaram para isso. Num país, como o nosso, isso

significa mais dinheiro público jogado fora, ou, em outra hipótese, mais benefícios concedidos a uma minoria.

Devemos lembrar que as Gêmeas do Iguaçu estão “sofrendo”, mais uma vez, pela falta de estudos sobre a sua história e geografia. Isso implica no fraco desenvolvimento econômico desses municípios.

A relevância do desenvolvimento territorial está na superação do modelo economicista concentrador de renda que predomina no Brasil. Trabalhar as múltiplas dimensões dos territórios, respeitando a sua história e geografia é fundamental. Acreditamos que a dissertação contribuirá para ampliar os olhares sobre territórios e contribuir para apagar a idéia de que, o que foi (ou é) bom para o desenvolvimento econômico e social em outros países o será também no Brasil. Entendemos que cada território possui dinâmica própria e ela deve ser compreendida.

5 CONSIDERAÇÔES FINAIS

Como o objetivo geral da dissertação foi realizar uma análise do projeto arranjo produtivo local, seu desenvolvimento e aplicação em Porto União da Vitória, acredita-se possuir subsídios para algumas considerações sobre o mesmo. A partir do que se estudou, pode-se dizer que ele está sendo conduzido de forma errada para o que se pretende como projeto de desenvolvimento territorial. Como explicitado no trabalho, o recorte territorial utilizado pelo IPARDES, SEBRAE, APL, entre outros, é falho, visto que não aborda os municípios que realmente fazem parte dele. O conceito de território é limitado, ele é exclusivamente baseado na idéia do desenvolvimento econômico. Entende-se que o território deve ser estruturado a partir de sua formação histórica e geográfica, sendo abordado dentro das suas múltiplas dimensões. Não se tem uma discussão sobre a formação social desse território, assim não foram identificados previamente os empecilhos que seriam encontrados na sua execução. Enfatiza-se a falta de diagnóstico para a elaboração do projeto APL das Gêmeas do Iguaçu. Para tanto, foca-se a discussão na dificuldade de cooperação que existe entre os diferentes grupos étnicos do território. Se cooperar é fundamental para o êxito de um arranjo produtivo local – fica claro nos documentos do próprio SEBRAE – mostra-se que isso, pelo menos da forma como está sendo conduzido por representantes do governo paranaense, não será atingido em União da Vitória e Porto União. Evidencia-se a “resistência” dos empresários em cooperar, dividir informações sobre a sua empresa, ou mesmo ir às reuniões previamente marcadas pelo grupo gestor do APL.

Os empresários e/ou empresas que estão participando efetivamente no grupo que compõem o APL estão consolidadas no mercado e estão com capacidade de se manter sem a intervenção do governo, caso necessário. Desse modo, o projeto não está conseguindo atingir, de forma eficaz, aquele público de micro, pequenas e médias empresas. Por isso, se diz que esse projeto está sendo um atendimento personalizado a alguns empresários. Basta ver as discussões geradas no seio do APL. A preocupação está em não ser multado pelos órgãos de fiscalização, e está em descobrir novas técnicas e novos mercados. Cooperar? Nada. Eles querem é

sobreviver nesse mercado global instável. O próprio SEBRAE só trabalha visando o desenvolvimento econômico.

Não se verifica estratégias para atuar junto às empresas que não estão aderindo ao projeto. O máximo é um telefonema ou algo parecido convidando para participar. O que se tem é palestras sobre importância do APL, modelos que deram certo, e tome: Preservação ambiental, crédito, exposições em aeroportos.... Talvez, a idéia geral seja a de que quando os outros virem o sucesso dos empresários envolvidos, eles se incorporem normalmente. Se os órgãos do governo pensam assim, já se pode adiantar que isso é uma falácia. Ora, tem-se um entrave étnico muito maior do que a *ânsia* de se ganhar dinheiro em grupo, cada família ou etnia acredita que pode conquistar isso sozinha. Lembra-se, também, que um pequeno empresário não faz questão de "ajudar" um empresário de porte médio, e vice-versa. Além da questão étnica, existe a questão econômica e a questão política. Existe, nesse território, mais de nove etnias e alguns deles são os donos e funcionários de empresas. Do "dia para noite", nenhum sírio irá cooperar com um alemão, ou algum empresário bem sucedido de "nome" ajudará alguém sem posses ou renome na política. Por isso, há necessidade de se criar estratégias de ação para (re)unir esse povo. Na dissertação fala-se da importância que teriam como aglutinadores os representantes de igrejas, representantes de associações de moradores, professores, entre outros. Eles seriam forças agregadoras, e não centrífugas.

Entende-se que o pequeno empresário se sente explorado por outro de maior porte. Dificilmente ele terá "força" dentro do arranjo e isso dificulta a cooperação, caso ele faça parte do grupo. Muitos não participam do arranjo por esse motivo. Não se pode afirmar que a "Pedagogia do coração" mostrada por Gaspari funcionou, mas sim, que ela foi insuficiente para formar um povo apto para tal instituição. A ideologia do branquiamento ainda está presente no cotidiano desse povo. Os "coronéis" ainda existem, mas não com esse nome. Agora são homens bem sucedidos que exercem influência econômica e política sobre os que não foram tão bem afortunados. Os "explorados" são aqueles remanescentes ou descendentes de índios, negros, mamelucos ou imigrantes que, ainda hoje, sobrevivem de uma agricultura de subsistência ou de salários baixíssimos nos setores secundários e terciários. O projeto de desenvolvimento territorial não está prestando atenção nisso.

O Brasil está implantando mais um modelo de desenvolvimento baseado em outros países. Agora parece que a idéia é boa, pois visa identificar territórios e

desenvolvê-los de acordo com suas potencialidades. Não se pode deixar de mencionar que o Brasil assinou uma parceria com a Câmara de Comércio, Artesanato e Indústria de Milão/Lombardia - Itália. Não se conseguiu identificar nenhuma empresa nas Gêmeas do Iguaçu, do porte de uma Ferrari, Fiat, Pirelli ou outras grandes empresas, como as de Milão. É uma realidade totalmente diferente de qualquer território brasileiro. Lombardia, cuja capital é Milão, possui uma população de aproximadamente 8.988.951 habitantes, distribuída em uma área de 23.872 quilômetros quadrados, com uma densidade demográfica de 377 habitantes por quilômetros quadrados.

Entende-se que copiar modelos não é ruim, o problema é não ter pessoas aptas para implantá-los em nosso país. No caso do desenvolvimento territorial, verifica-se que o Brasil possui estudiosos que poderiam adaptar esses modelos, ou desenvolver outros, porém não são acionados pelo governo. As cidades de União da Vitória e Porto União são exemplos claros, não têm pesquisadores de Universidades Estaduais ou Federais envolvidos na pesquisa do APL. A identificação e caracterização dos APLs do Paraná foi realizado por pesquisadores da UNICAMP de São Paulo. Existem alguns poucos professores da UNIUV – Centro Universitário de União da Vitória trabalhando no projeto, mas não é suficiente. É preciso um grupo multidisciplinar. A Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória se distancia apenas duas quadras da sede do APL e sequer tem conhecimento que ele existe. A Faculdade poderia contribuir com estudos sobre a delimitação e formação territorial do arranjo, uma vez que possui cursos de História e Geografia. Pela proximidade geográfica, poderia existir uma parceria entre a FAFI-UV, UNIUV, UNICENTRO de Irati, UEPG em Ponta Grossa, UFPR em Curitiba e serem desenvolvidos estudos mais aprofundados sobre a formação desse território e traçar ações para desenvolvê-los.

Portanto, pode-se afirmar, até o presente momento, que o arranjo produtivo local das Gêmeas do Iguaçu não é uma alternativa para o desenvolvimento local e territorial, mas sim para o fortalecimento de alguns empresários. Defende-se que o projeto APL de Porto União da Vitória deve ser retomado para aprofundar as discussões sobre esse território, visto que, para o sucesso do mesmo, a história e geografia devem ser respeitadas.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, A. Santa Catarina: tradição e mudança. In: SANTOS, S.C. (org). **Santa Catarina no século XX**: Ensaios e Memória Fotográfica. Florianópolis. Ed da UFSC: FCC edições, 2000, p. 151-195.

ALBUQUERQUE, M, M. de. **Pelos caminhos do sul:** história e sociologia do desenvolvimento sulino. Ed. Impressora Oficial Paraná, 1978.

BARBOSA, L.C. Arranjos produtivos locais: uma estratégia de política industrial. In **Metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais**: Projeto Promos - Sebrae – BID. Brasília: Sebrae, 2004. p. 11-14.

BARROS, F. A. Ferreira de. **Confrontos e contrastes regionais da ciência e tecnologia no Brasi**l. Brasília: Ed. Universidade de Brasília –UNB,1999.

BESEN, G. M. V.; DELGADO, P. R. Arranjos produtivos locais no Paraná. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**: Economia, Estado e Sociedade IPARDES. nº 119.Julho/dezembro de 2005.

BOISIER, S. Post-scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. **Planejamento e políticas públicas.** Brasília, n. 19, 1999.

BRASIL. **Termo de Referência Para Atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais**. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. 2003.

BRASIL. **Metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais**: Projeto Promos - Sebrae – BID. Brasília: Sebrae, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior - MDIC, Agência de Promoção de Exportação do Brasil-APEX, Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. **Projeto Extensão Industrial Exportadora**. 2006.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. **Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro**: incorporando a noção de desenvolvimento local. Jaguariaúna: Embrapa Meio Ambiente, 1997. p.27.

CHORINCAS, J.; MARQUES, I.; RIBEIRO, J. F. **"Cluster" e Políticas de Inovação – Conceitos, Experiências Européias e Perspectivas de Aplicação a Portugal**: 2001. Disponível em http://www.dpp.pt/gestao/ficheiros/clusters.pdf. Acesso em 28 mar 2007.

CORRÊA, C. H. A criatividade intelectual: dependência e liberdade. In: SANTOS, S.C. (org). **Santa Catarina no século XX**: ensaios e memória fotográfica. Florianópolis: Ed. da UFSC: FCC Edições, 2000.

CORREIA, P. C.; NUÑES, B. E. C.; CACHOEIRA, O. D. Redes de empresas: a competitividade ampliada mediante relações de cooperação. In: **FACE em Revista**. 2006.

CUNHA, L. A. G. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial:** o caso do Paraná tradicional. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2003.

_____. Do desenvolvimento setorial ao desenvolvimento territorial. **Revista Redes**, RS. (no prelo), 2007.

FAGUNDES, J.; RIBAS, J. O. (orgs) Monografia de Porto União. Palmas: Kaygangue, 2002.

GALVÃO, O. J. A. **"Clusters" e distritos industriais: estudos de casos em países** selecionados e implicações de política. Disponível em<http://www.ielpr.org.br/apl/uploadAddress/Clusters-Galv%C3%A3o.pdf> Acesso em 25 mar 2006.

GASPARI, L,T. **Imagens femininas nas "Gêmeas do Iguaçu" nos anos 40 e 50**. União da Vitória: Kaygangue, 2005.

GONÇALVES, G.L. **Análise ambiental das áreas ribeirinhas do Rio Iguaçu:** municípios de São Mateus do Sul a União da Vitória – PR e Canoinhas a Porto União – SC. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007.

HIRSCHMAN, A. **Projetos de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

HORT, J. **Geografia do município de União da Vitória**. União da Vitória: UNIPORTO,1990.

IBGE . IBGE **Cidades**. Disponivel em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/> Acesso em 20 jan. 2006.

LAGO, P. F. A Terra e o homem. In: SANTOS, S.C. (org). **Santa Catarina no século XX**: ensaios e memória fotográfica. Florianópolis. Ed. da UFSC: FCC edições, 2000.

LAZIER. H. **Paraná:** terra de todas as gentes e de muita história. Francisco Beltrão: GRAFIT, 2003.

LAVALLE. A. M. **A madeira na economia paranaense**. Curitiba, Grafipar.1981.

LINS, H.N. O Alvorecer de um Novo Século. In: SANTOS, S.C. (org). **Santa Catarina no século XX**: ensaios e memória fotográfica. Silvio Coelho dos Santos (org). Florianópolis: Ed. da UFSC: FCC edições, 2000.

MARTINI, S.T. **A competitividade da micro e pequena empresa madeireira na Região do Vale do Iguaçu**: suas potencialidade e fragilidades. Florianópolis: Universidade Federal da Santa Catarina – UFSC, 2003.

MELO JUNIOR, C. F. de. **Porto União da Vitória:** um rio em minha vida. Porto União: Gráfica Uniporto, 2001.

MELO, M. S. 2000. **Lagoa dourada, furna assoreada do Parque Estadual de Vila Velha**. In: SCHOBBENHAUS, C.; Campos, D.A.; QUEIROZ, E.T.; Winge, M.; Berbert-Born,M. (Edit.) Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brásil. Disponível em <http://www.unb.br/ig/sigep/sitio099/sitio099.htm >. Acesso em 20 mar. 2006.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil**: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos Avançados, São Paulo, n.43, v.15, p83-100, set./dez., 2001.

PARANÀ, Fundação Municipal Faculdade da Cidade de União da Vitória-FACE. **Relatório Técnico:** 1º Encontro das etnias: Potencial turístico de União da Vitória. Nov., 2003.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLS) do Estado do Paraná**: etapa 1 – Identificação, mapeamento e construção da tipologia das aglomerações produtivas. Curitiba: IPARDES, 2005.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLS) do Estado do Paraná**: etapa 2 – Pré-seleção das aglomerações produtivas e mapeamento dos ativos institucionais e das ocupações de perfil técnico-científico. Curitiba: IPARDES, 2005.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLS) do Estado do Paraná**: etapa 3 – Caracterização estrutural preliminar dos APLs - Pré-selecionados e notas metodológicas para o estudo de caso. Curitiba: IPARDES, 2005.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjos produtivos locais do Estado do Paraná**: identificação, caracterização e construção de tipologia. Curitiba: IPARDES, 2006.

PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação. **Paraná 150 anos**: o sesquicentenário do Paraná no contexto escolar. Curitiba: CETEPAR, 2004.

PARANÁ. **Plano de Desenvolvimento Integrado do arranjo produtivo da madeira de Porto União da Vitória**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivo/sdp/proAcao/APL/PDPUniaoVitoriaPortoUniaoPR.pdf> Acesso em 15 jun. 2006.

PARANÁ. **Termo de cooperação**. 2005. Disponível em < http://www.seti.gov.br/UGF/anuncios/encerrados/2005eg28_Caracterizacao_Estrutural_APLs.pdf> Acesso em 20 mai. 2006.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RAMOS, J. **Una estratégia de desarollo a partir de los complejos productivos (*clusters*) en torno a los recursos naturales.** Santiago: CEPAL, 1998 (versão não publicada).

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIESENBERG, A. **A instalação humana no vale do Iguaçu**, Coleção Vale do Iguaçu da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória-PR., 1973

SANTA CATARINA. **Fundação Empreender**. Joinvile, 1996. Disponível em http://www.fe.org.br Acesso em 15 abr. 2006.

SANTA CATARINA. Secretaria Municipal de Educação de Porto União. RIBAS, J. O. História do Município. In: **Conhecendo Porto União**: cidade amiga. Porto União: Ângelus Gráfica Ltda, 2004.

SANTOS, S. C. dos. A modernidade chega pelo trem. In: **Santa Catarina no século XX**: ensaios e memória fotográfica. Florianópolis: Ed. da UFSC: FCC edições, 2000.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**: O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SKIDMORE,T. E. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

TONON, E. **Ecos do Contestado:** rebeldia sertaneja. Palmas: Kaygangue, 2002.

VIANA, O. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1973.

ANEXO A - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA MADEIREIRA NO TERRITÓRIO DO APL NO PERÍODO DE 1959 A 1980

Municípios	Total de estabelecimentos	madeira	Papel/papelão
Canoinhas	102	33	1
Porto União	112	41	5
Mafra	93	38	2
Rio Negrinho	46	17	2

Estabelecimentos por classe e gênero da indústria 1959/60 - Santa Catarina.
Fonte: o autor

	Nºestabelecimentos	Média mensal de empregos	Nºestabelecimentos	Média mensal de empregos
madeira	1547	9334	2167	14360
Papel/papelão	28	985	68	2136

Santa Catarina – confronto do resultado dos censos de 1950 e 1960.

1970	ESTABELECIMENTOS			PESSOAL OCUPADO		
	Total	Madeira	Móveis/Papel	Total	Madeira	Móveis/Papel
Bituruna	19	15		374	368	
Cruz Machado	22	12	2	184	143	(x)
General Carneiro	24	18	5	621	508	(x)
Paula Freitas	4	3		63		
Paulo Frontin	19	4		53	24	
Porto Vitória	17	7	2	123	55	(x)
União da Vitória	103	28	17	2307	1797	111
Canoinhas	115	38	7	1597	1081	35
Irineópolis	7	1		101		
Major Vieira	16	11		121	106	
Matos Costa	13	8	5	291	223	68
Porto União	79	20	10	657	223	82
Três Barras	15	5	1	303	257	(x)

Número de estabelecimentos e pessoal ocupado

1975	ESTABELECIMENTOS			PESSOAL OCUPADO		
	Total	Madeira	Móveis/Papel	Total	Madeira	Móveis/Papel
Bituruna	30	27	1	695	683	(x)
Cruz Machado	23	13	1	216	168	(x)
General Carneiro	31	24	6	965	849	(x)
Paula	16	4	1	82	56	(x)

Freitas						
Paulo Frontin	10	2	1	34	(x)	(x)
Porto Vitória	26	10	2	216	127	(x)
União da Vitória	100	35	15	2780	2156	116
Canoinhas	132	37	11	3109	2244	98
Irineópolis	17	4	1	118		(x)
Major Vieira	10	4		85		
Matos Costa	16	11	5	211	141	70
Porto União	89	25	14	1148	519	211
Três Barras	28	8	2	765	417	(x)

Número de estabelecimentos e pessoal ocupado.

	Nºestabelecimentos	Média mensal de empregos	Nºestabelecimentos	Média mensal de empregos
madeira	561	8801	1459	19744
Papel/papelão	18	1297	21	2863

Paraná – confronto do resultado dos censos de 1950 e 1960.

Municípios	Total de estabelecimentos	madeira	Papel/papelão
Cruz Machado	24	14	0
Paulo Frontin	20	2	0
União da Vitória	83	28	1
Bituruna	15	12	0

Estabelecimentos por classe e gênero da indústria 1959 – Paraná.

1980	ESTABELECIMENTOS			PESSOAL OCUPADO		
	Total	Madeira	Móveis/Papel	Total	Madeira	Móveis/Papel
Bituruna	522	29	2	990	913	(x)
Cruz Machado	22	12	3	283	215	(x)
General Carneiro	49	25	7	993	698	181
Paula Freitas	13	4		116	43	
Paulo Frontin	10	2		81		
Porto Vitória	23	12	1	408	339	(x)
União da Vitória	160	59	21	4421	3271	269
Canoinhas	112	30	11	4002	3033	45
Irineópolis	11	4	1	119	29	(x)
Major Vieira	9	4		88	53	
Matos Costa	15	9	4	185	115	(x)
Porto União	68	21	16	1368	655	331
Três Barras	27	6	5	882	438	148

Número de estabelecimentos e pessoal ocupado.

ANEXO B – QUESTIONÁRIO ENTREGUE AS EMPRESAS DO APL

1 - Qual o seu cargo ou posição dentro da empresa?
( ) Dono ( ) sócio ( ) funcionário ( ) Nenhuma das alternativas

2 – Você faz parte do APL porque quer repassar seus conhecimentos/experiência adquiridos durante anos ou gerações para os demais empresários?
( ) Sim ( ) Não ( ) nenhuma das alternativas

3- Nesse momento da conjuntura econômica e política global você se vê como um dependente de ações governamentais para continuar atuando no mercado?

( ) Sim ( ) Não

4 – O que faz você fazer parte do APL?
( ) Fazer com que sua empresa adquira competitividade.
( ) O convite de outros empresários que estão tendo resultados efetivos em suas empresas
( )Nenhuma das alternativas

5 – Você sabe o que é e quais os objetivos do projeto de APLs do Sebrae?

( ) Sim ( ) Não

6 – O que faria você desistir de estar no grupo de empresas participantes do APL?

( ) Falta de resultados ou insatisfatórios ( ) divergências pessoais ( ) Nenhuma das alternativas

7 – Em que ou quais circunstâncias você não responderia esse questionário?
( ) Se não fizesse parte do APL ( ) fazendo ou não parte eu responderia, pois gosto de cooperar com esse tipo de pesquisa ( ) Nenhuma das alternativas

8 – Você participa de todas as reuniões ou palestras?
( ) Sim ( ) Não ( ) Nenhuma das alternativas

9 – Qual a maior qualidade do APL?
( ) aumentar a competitividade das empresas e conseqüentemente elevar os lucros
( )os laços de cooperação e afetividade entre os empresários.
( ) Nenhuma das alternativas

10 – Qual a maior desvantagem do APL?

( ) repassar informações precisas sobre a minha empresas e os meus resultados obtidos.

( ) O APL pode não dar certo e aí os meus concorrentes podem elevar sua competitividade a custa do que eu ensinei, prejudicando meus negócios futuramente.

( ) Nenhuma das alternativas.

ESPAÇO DESTINADO A OUTRAS CONSIDERAÇÕES QUE JULGUE IMPORTANTE, POR EXEMPLO, NÃO FAÇO PARTE DO APL, GOSTARIA DE FALAR MAIS SOBRE TECNICAS E TECNOLOGIAS ETC.

ANEXO C – QUESTIONÁRIO APLICADO AO REPRESENTANTE DO GRUPO GESTOR DO APL

1-Qual sua função ou cargo dentro do APL?

2-Quem faz parte do grupo gestor do APL?

3- O Apl possui um Fórum Distrital? Caso a resposta seja sim, descreva quem o compõe?

4 – O que é feito para atrair os empresários para as reuniões? Qual a periodicidade delas (mensal, quinzenal, etc) ?

5 – Quais as atividades desenvolvidas pelo SEBRAE e o IPARDES (ou outras instituições) no APL? Quem mais contribui?

6 – Que tipo de palestras e ou temáticas são trabalhadas nas reuniões?

7 – Como ocorre o envolvimento dos empresários nas reuniões (todos falam, quando solicitados)? O que é mais solicitado por eles ou a maioria?

8 – Qual a data de inicio e de término do Projeto APL? Quantas etapas do projeto já foram realizadas?

9 – Houve ou está ocorrendo melhorias no setor madeireiro da região após a institucionalização do projeto?

10 – O que é pago pelos empresários (palestras, eventos, etc.)? Se os empresários pagam algo, é tudo meio a meio? O governo paga quanto?

11 – Quem é responsável pela delimitação territorial do APL? Porque optou-se por ela?

12 – O ESPAÇO ABAIXO É DESTINADO PARA CONSIDERAÇÕES QUE ACHAR IMPORTANTE DE SEREM DITAS E NÃO FORAM PERGUNTADAS.

This document was created with Win2PDF available at http://www.win2pdf.com.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo